



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Flavia Aline de Oliveira

A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000-2016):

ao que e a quem serve?

Florianópolis

2020

Flavia Aline de Oliveira

A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000-2016):

ao que e a quem serve?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dra^a Elizabeth Farias da Silva

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Universitária da UFSC

de Oliveira, Flavia Aline

A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000-2016) : ao que e a quem serve? / Flavia Aline de Oliveira ; orientador, Elizabeth Farias da Silva, 2020.

109 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Mulheres. 3. Violência Sexual. 4. Conflito Armado. 5. Colômbia. I. da Silva, Elizabeth Farias. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Flavia Aline de Oliveira

A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000-2016):

ao que e a quem serve?

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dra. Adriane Nopes, Dr(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Janyne Sattler, Dr(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Carlos Eduardo Bao, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Suplente)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Sociologia e Ciência Política.

Prof. Dr.(a) Ernesto Seidl
Coordenador(a) do Programa

Prof. Dr.(a) Elizabeth Farias da Silva
Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

Às mulheres da classe trabalhadora:

Aquelas que vieram e lutaram antes de mim,

Aquelas que vivem e lutam ao meu lado,

Aquelas que virão e lutarão depois de mim.

AGRADECIMENTOS

“- Quem estará nas trincheiras ao teu lado?”

- E isso importa?

- Mais do que a própria guerra.”

Ernest Hemingway

Chegar até aqui foi uma luta constante. A Academia ainda é um espaço patriarcal e burguês. Carrega, tal como Guerreiro Ramos apontava na década de 50, os vícios da classe que a formou e que a determina. Existir e estar dentro dela enquanto mulher pobre é uma guerra. Pesquisar mulheres e América Latina é outra mina. Agradeço, assim, primeiramente, a todas/os que me antecederam na batalha de abrir caminho para a crítica necessária a universidade e a ciência burguesa.

E agradeço aos que me deram amor, suporte, risadas e ombros durante essa jornada.

A meus pais, Solange e Nilton, por todo o carinho, inspiração e suporte em todas as etapas que me trouxeram até aqui. A minha mãe, que esteve ao meu lado em todos os momentos, que acreditou em mim e que segurou minha mão para me dar a sustentação necessária. A meu pai, por ser meu grande amigo, e por mesmo na sua simplicidade ser o companheiro de debate que me colocou nas trilhas dos estudos da sociologia e da ciência política. Sem tal apoio e amor, jamais poderia ter chego até a pós-graduação. Agradeço minha família, num todo, e em especial minha irmã Cristiane pela inspiração de resistência e resiliência nesse período.

A meu amor e companheiro, Guilherme, que divide dias e lutas ao meu lado, e que me deu o apoio, a paciência e o carinho precisos para que essa pesquisa se desenvolvesse, e que cuidou de mim nos dias pesados e celebrou ao meu lado minhas vitórias. Todo meu amor.

A mulher que guiou meu caminho como orientadora, prof. Elizabeth, que acreditou em mim e na minha pesquisa, e cujas contribuições foram fundamentais para a realização desse trabalho. E

aos demais amigos/as do núcleo que tanto trouxeram e acrescentaram a essa pesquisa: prof Adriane, Douglas, Franke, Gabriela, Jocieli, Juceli, Loren e Mariana.

A prof. Janyne Sattler, que trouxe reflexões, inspirações e afeto que enriqueceram a pesquisa e meus dias, e cuja existência traz luz a esse mundo tão difícil.

Aos (melhores) amigues Angelita Paloschi e Rafael Zaccaron e Campagnaro, por terem acompanhado todos os momentos dessa pesquisa sempre com as palavras necessárias para me fazer seguir adiante, pelos sorrisos e abraços, e por serem a luz nos meus dias mais escuros.

Às amigas Ana Sovernigo, Ana Zalazik, Camila Lehnen(saudades), Bel Schauffert e Paola Villa que tornaram os dias mais leves, e que me deram apoio, risadas, sorrisos e companhia nos melhores e nos piores dias.

À João Pedro, o grande amigo que o mestrado me trouxe, que dividiu as dores e alegrias da pós-graduação e da militância comigo.

Aos camaradas de militância, com quem compartilho a construção de uma revolução e afeto, e com quem dividi noites, debates e lutas ao longo do mestrado - Adriana, Felipe, Gabriela, Henrique, Jorge, Lucas, Maurício, Matheus, Rosa e Victor, e outros não nomeados. Foi a Revolução Brasileira que deu um verdadeiro significado a essa jornada.

A Associação de Pós Graduandos da UFSC (APG-UFSC), onde pude construir uma greve estudantil histórica, paralisações e mobilizações em defesa da Universidade pública.

Ao Dr. Paulo Cordeiro, pelos cuidados e dedicação. Sem sua ajuda para amenizar e curar tantos problemas, essa pesquisa não teria sido concluída.

A CAPES, e a classe trabalhadora brasileira, que financiaram essa pesquisa. Essa dissertação é fruto, dentre tantas coisas, da luta em defesa da Universidade Pública junto a APG-UFSC que integrei ao longo do Mestrado, e de uma luta engajada pela Universidade Necessária. Muito desse trabalho foi lido, escrito e pensado entre intervalos de marchas, dias de greve e madrugadas pós

paralisações, após reuniões, assembleias e mobilização estudantil, e junto a debates sobre que Universidade precisamos construir, uma universidade onde, efetivamente, esteja a classe trabalhadora. Sem essa luta não haveria universidade para seguir e defender essa pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, em especial a seus servidores, Otto e Janete, sempre prestativos.

A Alexandra Elbakyan, hacker casaquistã responsável por criar e manter o *Sci-Hub*, plataforma que democratiza e publiciza artigos antes inacessíveis pela privatização do conhecimento.

“Sólo le pido a Dios[a]

que la guerra no me sea indiferente

es un monstruo grande y pisa fuerte

toda la pobre inocencia de la gente.”

Mercedes Sosa

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a violência sexual contra mulheres enquanto estratégia a partir do conflito armado colombiano no período de 2000 a 2016, procurando entender a que propósitos serve e a quem beneficia esse uso. Para este debate procurar-se-á entender historicamente as origens e meandros do conflito na Colômbia, refletindo acerca da sua natureza agrária, relacionadas a concentração de terra e ao latifúndio no país. Analisar-se-á a violência sexual contra mulheres no conflito colombiano, como os grupos armados, principalmente paramilitares, avançou sobre os corpos das mulheres de forma a alcançar objetivos estratégicos, de conquista e controle de territórios, e a forma com que a violência afetou a vida das mulheres. Por fim, o trabalho também reflete acerca da utilização histórica da violência sexual como um recurso estratégico enquanto uma violência de cunho sócio-político-econômico, especialmente em processos de conflito e conquista. As principais referências deste trabalho serão o Centro de Memória Histórica da Colômbia, a Ruta Pacífica de Las Mujeres, e autoras como Silvia Federici e Rita Segato.

Palavras-Chave: Mulheres, Violência sexual, Conflito armado, Colômbia.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze sexual violence against women as a strategy based on the Colombian armed conflict in the period from 2000 to 2016, seeking to understand the purposes and to whom the use of this violence is useful. Based on this debate, it aims to understand, historically, the origins and intricacies of the conflict in Colombia, reflecting on its agrarian nature, related to land concentration and landowning in the country. It studies sexual violence against women in the Colombian conflict, as armed groups, mainly paramilitary, used their bodies in order to achieve strategic objectives, to conquer and control territories, and the way in which violence affected women and their lives. Finally, the work also reflects on the historical use of sexual violence as a strategic resource as a socio-political-economic violence, especially in processes of conflict and conquest. The main references of this work will be the Historical Memory Center of Colombia, the *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, and authors such as Silvia Federici.

Keywords: Women, Sexual Violence, Armed Conflict, Colombia.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Distribuição de eventos violentos no conflito armado por grupo armado, 1980-2012..... p. 64
- Gráfico 2** – Distribuição do número de massacres no conflito armado por grupo armado, 1980-2012..... p. 65
- Gráfico 3** – Evolução do número de vítimas de violência sexual no conflito armado da Colômbia, 1985-2012..... p. 76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação em tamanho e concentração da propriedade rural na Colômbia, 2000 – 2009..... p. 67

Tabela 2 – Modalidades de violência sexual empreendidas no conflito armado colombiano..... p. 77

Tabela 3 – Violações dos direitos humanos contra as mulheres no conflito armado colombiano..... p. 79

Tabela 4 – Associação entre as violações de direitos humanos com idade, etnia, região e responsável..... p. 79

Tabela 5 – Impactos das violações de direitos humanos contra as mulheres..... p. 94

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	p. 15
1.1 DEBATE METODOLÓGICO-EPISTEMOLÓGICO.....	p. 21
2. A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO ESTRATÉGIA.....	p. 25
3. O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO (1920-2016): INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA.....	p. 49
3.1 A QUESTÃO DA DEPENDÊNCIA: BREVE DEBATE.....	p. 70
4. A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COMO ESTRATÉGIA NO CONFLITO COLOMBIANO.....	p. 73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 97
6. REFERÊNCIAS.....	p. 102

1. INTRODUÇÃO:

Mulheres e seus corpos têm sido historicamente percebidas como extensão campos de batalha durante períodos de conflito. Os estereótipos e as violências contra mulheres presentes nas sociedades são inflamadas e manipuladas pelas forças presentes no conflito de maneira a serem utilizadas como uma estratégia de guerra para conquista de vantagens sociais, políticas e econômicas. Uma lógica que submete mulheres a uma série de violências que se tornam cotidianas. A violência central a qual mulheres estão submetidas é a violência sexual que em situação de conflito armado, inclui diversas expressões desde o estupro ao tráfico de mulheres com fins de exploração sexual. Essas violências ocorrem em distintos contextos, durante e após os conflitos, ocorrendo nas próprias casas, plantações, igrejas, hospitais ou mesmo campos de refúgio (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004; INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA, 2013).

Atos de violência sexual são cometidos durante ataques a centros civis, ou durante os ataques de pilhagem. Mulheres e meninas são violentadas enquanto realizam tarefas diárias, como coleta de alimentos, água e madeira. Também como um recurso de guerra, mulheres e crianças são sequestradas por grupos armados e mantidos em regime de escravidão sexual, ou forçados ao combate. Em casos de detenção, correm o risco de ser estupradas, submetidas à mutilação sexual, humilhação e tortura. Mesmo a presença de organizações humanitárias e internacionais de manutenção da paz podem desencadear um aumento da prostituição, que por sua vez podem levar mulheres e crianças a serem traficadas para fins de exploração sexual. Algumas organizações humanitárias e de manutenção de paz foram flagradas condicionando a entrega de comida e outros itens de ajuda humanitária ao sexo forçado, como explicam Megan Bastick, Karin Grimm e Rahel Kunz (2007)

A violência sexual é usada para torturar e humilhar pessoas, e pode ter como objetivo ganhar o controle sobre as vítimas, ou garantir sua conformidade, como durante a detenção ou recrutamento forçado, como apontam Bastick, Grimm e Kunz (2007). A violência sexual foi amplamente utilizada no conflito armado colombiano com essa função, e com o objetivo político central de roubo de terra e controle territorial, servindo especialmente ao grande latifúndio do país, e para controle social e exploração, como explica a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013).

Há, no entanto, um silêncio latente sobre a Colômbia e a violência constante contra as mulheres que acontece no país desde o início do conflito, como explica Hernando Calvo Ospina (2010). Assim, estuda-se a Colômbia não apenas para se voltar o olhar para a América Latina e suas mazelas, que são próximas das que também se enfrenta no Brasil, mas para entender e denunciar como o conflito afetou particularmente a vida das mulheres. Segundo o antropólogo Dario Fajardo

(2015) o conflito colombiano tem suas raízes no conflito agrário, tendo iniciado ainda na década de 50. De acordo com Fajardo (2015), o latifúndio de terras sempre foi um problema na Colômbia e um fator de empobrecimento para as maiorias rurais do país. Além disso, o envolvimento da Colômbia com o narcotráfico aprofundou o conflito, e sua aliança com os Estados Unidos aumenta a tensão militar no país e tensiona suas fronteiras com os demais países vizinhos pela posição geoestratégica que a Colômbia ocupa na política estadunidense. O conflito aprofundou problemas econômicos e políticos estruturais concentrando terra e poder.

Fajardo (2015) explica que o conflito tem participação direta do Estado colombiano e de seus aparatos estatais, assim como a influência direta dos Estados Unidos, especialmente a partir da política de segurança nacional estabelecida na guerra fria que se mantém no país colombiano até os dias atuais. O conflito tem servido a diversos objetivos: para proletarizar a população e diminuir custos de mão de obra e para o controle de manifestações sociais e organizações políticas, perseguidas brutalmente no país, e para o acúmulo de terras, que mantém a população rural, e as minorias como mulheres, indígenas e afrocolombianos na pobreza ou na pobreza extrema, sendo frequentemente expulsas de suas terras.

De acordo com a *United Nations Women* (2016), de 1958 a 2012, cinco milhões de colombianos¹ foram forçosamente deslocados de 6,6 milhões de hectares de terra - uma área equivalente ao tamanho da Suíça - no que constituiu efetivamente uma contra-reforma agrária que consolidou metade das terras da Colômbia nas mãos de 1% de sua população. Até 2015, o número de deslocados internos registrados pelo Governo colombiano foi de 5.859 milhões, dando à Colômbia a distinção de ter a maior população de deslocados do mundo depois da Síria, país que também sofre com grupos terroristas e a intervenção imperialista ocidental. Dessa população de deslocados internos, mais de 78% são mulheres e crianças. Segundo a organização, mais de 97% dos deslocados vivem na linha da pobreza, sem acesso a recursos básicos como educação, saúde ou segurança. Expulsas de suas terras por massacres, assassinatos, ameaças de morte e violência sexual, as mulheres deslocadas frequentemente acabam tornando-se chefes de família e lideranças em suas comunidades. Tanto ao longo do deslocamento quando em seus novos locais, mulheres e suas famílias acabam ainda mais vulnerabilizadas e expostas aos riscos de violência sexual. Enquanto o deslocamento forçado afeta meninos, meninas, adolescentes, adultos, mulheres, grupos étnicos e deficientes de maneira geral, o deslocamento atinge especialmente as mulheres.

A *United Nations Women* (2016) também pontua que mulheres rurais são especialmente afetadas pois carecem de títulos de propriedade ou direitos coletivos de propriedade. São também elas as que mais defendem suas terras, que resistem ao deslocamento ou que procuram voltar para

¹ De uma população de aproximadamente 50 milhões de colombianos.

as terras que lhes foram apropriadas e por isso tornam-se alvos de ataques, pela conexão que possuem com o território e para defender suas comunidades do avanço extrativista. Da mesma forma, o deslocamento de mulheres afro-colombianas e indígenas possui um elemento espiritual e cultural adicional, dada a centralidade da terra em suas cosmovisões. Em alguns casos, o deslocamento exacerba a possibilidade da extinção cultural do grupo. Galindo (2014) afirma que a violação dos direitos das mulheres no conflito armado do país foi ignorado pelo Estado colombiano, muito embora afete a vida de metade da população, que é de mulheres, e que foram ou serão vítimas de violências como estupro, mutilação sexual, escravidão sexual, nudez forçada, entre outros.

De acordo com o *Informe Nacional de violencia sexual en el conflicto armado* (2017), produzido pela Comissão Nacional de Memória Histórica da Colômbia, a violência sexual que os grupos armados realizam às margens de rios, entrando à força nas casas ou coagindo suas vítimas, não são práticas ocasionais ou desconectadas, mas estratégias práticas de domínio sobre as mulheres, comunidades e população civil em geral. A violência sexual reclama a posse dos corpos das mulheres, e por extensão, a posse dos seus territórios.

Além de estar marcada pela condição de se existir mulher em um território em guerra, a violência sexual no conflito colombiano, também está marcada pela raça e pelas estruturas de uma sociedade dividida em classes. Majoritariamente, as mulheres violentadas são mulheres pobres, negras e indígenas do interior do país, embora a população das regiões urbanas também sofra os efeitos do conflito colombiano. Rita Segato² (2016) explica que essas chamadas “novas guerras”, compostas especialmente por milícias e com baixos níveis de formalização quando comparadas às grandes guerras mundiais, têm como característica central a escritura, a inscrição da guerra nos corpos das mulheres. Para Segato (2016) essa violência não pode ser compreendida da forma como ela é apresentada pela mídia, como um incidente difuso, esporádico e anômalo. É preciso perceber a sistematicidade desta estrutura que relaciona elementos como a exploração das mulheres, os mercados legais e ilegais, as milícias paraestatais e o próprio Estado nacional. Essa estrutura tem uma extensão global e uma importância política, isto é, interfere na política e influencia governos, como também é interferida por eles, tanto nas políticas nacionais, quanto nos centros imperialistas.

A *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013) explica que no conflito colombiano os interesses econômicos, sociais e políticos estão relacionados à terra e ao controle do território: atividades extrativistas e produção agrícola em grande escala, a construção de infra-estruturas para facilitar essas atividades, a ocupação do território na luta política entre o Estado e as forças guerrilheiras insurgentes. Portanto, em quase todos os conflitos que se desenvolvem no território colombiano o

² Rita Laura Segato (1951 -) é uma antropóloga argentina residente no Brasil e professora na Universidade de Brasília. Uma das mais conhecidas pesquisadoras feministas na América Latina, Segato discute, entre outras coisas, a guerra sobre os corpos das mulheres, as chamadas novas guerras, e a estruturação do machismo nas sociedades colonizadas.

objetivo central é separar as populações da terra que habitam e habitavam. Isto é percebido através dos testemunhos de mulheres indígenas, camponesas, afrodescendentes, vítimas das violências que as obrigam ao deslocamento forçado junto com suas famílias. A violência não só empurra as populações para o deslocamento, mas procura também minar a possibilidade de retorno e reconstrução das comunidades. Seu objetivo é destruir as raízes das populações em suas terras e deixar o caminho livre para sua exploração.

A *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013) aponta que essa violência que busca separar a população civil da terra age deliberadamente contra as mulheres, porque elas são centrais na manutenção da vida, já que são elas que historicamente mantiveram e continuam a manter as condições da humanidade entendida como os padrões mínimos de qualidade de vida (abrigo, alimentação, higiene, educação, etc.) necessárias para suas famílias e comunidades. Além das condições de reprodução da vida que mantém as relações familiares e comunitárias que compõem o tecido social. A violência contra as mulheres não é um fim em si mesmo, é o meio para o roubo de terras, posterior exploração dos roubados/as e o controle político-social. A organização aponta que o conflito valeu-se de uma política sexual sistemática e preparada contra as mulheres que assume uma forma destrutiva contra a forma de vida das mulheres e age com crueldade contra seus corpos para deixar uma marca de domínio que perdura, física e psicologicamente. O ataque sobre os corpos das mulheres, contra a rede de relações que tecem e cuidam e contra os espaços em que se desenvolvem e desenvolvem seus meios de vida, procura destruir a tarefa de criação social que une dia a dia a vida coletiva. A violência tem sido conhecida por gerações de mulheres, cujas avós, mães e filhas foram violentadas e submetidas a seu terror.

Lina Céspedes-Baez (2010) discute que não se dá atenção o suficiente para a relação entre violência sexual, roubo de terras e deslocamento forçado no conflito colombiano. Essa falta de entendimento dos múltiplos fatores dificulta a compreensão da complexidade da violência contra as mulheres no conflito, e no limite, não permite conceber uma política de reparos adequados, uma vez que fica invisibilizado o vínculo estreito que há entre as mulheres e a terra, a exploração capitalista e as violências de gênero.

Sara Meger (2016) aponta que investigar a complexidade do estupro como arma de guerra para além da tragédia dos indivíduos afetados é necessário para entender o conflito armado como parte de uma estrutura global, economicamente exploratória e misógina em sua essência. Entender os interesses e as relações de poder que compõem a violência sexual em situações de conflito armado é necessário para não se cair em estereótipos de gênero ou apenas na vitimização das mulheres, compreendendo a violência de forma atomizada e individualizada sem perceber as relações sociais que estão ali perpassadas. Para Meger (2016) a violência sexual na guerra é parte de

relações sócio-político-econômicas, e precisa ser compreendida a partir da relação entre normas locais de gênero, globalização neoliberal e a economia política do conflito armado. Meger (2016) aponta que há interesses materiais subjacentes no uso de violência sexual e nas normas que o sustentam, e que os conflitos armados ao longo do sul global não estão desconectados da economia política neoliberal e capitalista.

Essas reflexões compõem a problemática central desta pesquisa que é: a que e a quem serve o uso da violência sexual como arma de guerra no conflito armado colombiano? A hipótese central está relacionados à centralidade da questão agrária no conflito armado colombiano e o uso estratégico da violência sexual para controle social, roubo de terras e expansão do latifúndio colombiano, como problematizado pela *Ruta Pacífica de las Mujeres* e Lina Céspedes-Báez.

O conflito se iniciou em 1958 e adentrou o século XXI, e o trabalho levará em consideração a historicidade do conflito mas seu recorte de tempo aqui utilizado para analisar a violência contra as mulheres, será entre 2000 até o final do ano 2016. O recorte de tempo aqui utilizado diz respeito ao momento mais contemporâneo do conflito, período em que se concentra a produção de dados pelas organizações de mulheres acerca da violência no conflito. A principal característica desse momento é a ideia propagada de que o conflito não estaria mais ocorrendo no país a partir da chegada de Álvaro Uribe ao poder em 2002 momento em que se passa a divulgar internacionalmente suas novas políticas de segurança nacional e sua aliança com os Estados Unidos. No início dos anos 2000 também ocorre o advento do Plano Colômbia, que permite uma presença estadunidense ainda maior na Colômbia (Fajardo, 2015). E é também a partir dos anos 2000 que começa a se fortalecer o debate internacional acerca do estupro como arma de guerra desencadeado por conta dos conflitos/guerras na Iugoslávia e no Congo, que resulta também em um debate interno na Colômbia acerca do problema da violência sexual e seu uso ao longo do conflito colombiano, e quando relatórios e dados passam a ser divulgados a partir da pressão e da organização de movimentos feministas pelo país, como a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) explica. 2016 é o ano em que ocorre a negativa do acordo de paz que vinha sendo negociado em Havana desde 2012 e que contou, pela primeira vez, com uma grande participação feminina. As negociações levaram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, a entregarem suas armas. O acordo de paz negado em plebiscito popular, levantou as críticas de opositores de esquerda e denunciaram que o acordo foi uma forma de armadilha do governo para depor as armas dos guerrilheiros e possibilitar a posterior perseguição, o que ocorreu com outros acordos no passado, segundo Calvo Ospina (2010).

Apesar dos anos 2000 – 2016 serem um marco contemporâneo do conflito, assim como os debates internacionais acerca dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, na Colômbia o que

se viu foi a continuação da violência. Apesar do recorte de tempo que este trabalho se propõe a analisar, vale dizer que a violência contra as mulheres tem origens históricas que remontam há muito mais tempo.

Silvia Federici (2017) explica como a colonização nas Américas carregou o mesmo padrão de violência que a caça às bruxas possuía na Europa, perseguindo mulheres como uma estratégia para cercear suas liberdades, e colocá-las sob um domínio patriarcal, tomar suas terras e suas possibilidades de sobrevivência e se apropriar dos seus conhecimentos. Federici (2017) diz que antes da colonização, as mulheres possuíam suas próprias organizações, esferas de atividades reconhecidas socialmente, e embora não gozassem de plena igualdade para com os homens, eram entendidas como complementares e tinham respeitadas suas contribuições para a família e a comunidade. Na economia colonial, a autora escreve que mulheres foram reduzidas a condição de servas, expropriadas de seus territórios de origem e subjugadas pela condição de gênero inferior estabelecida pela ideologia ocidental.

A condição subjugada das mulheres ao poder patriarcal masculino se tornou um paradigma inclusive para o desenvolvimento científico que adota uma perspectiva androcentrada e uma universalidade que não leva em consideração as pluralidades locais e homogeniza e determina qual é o verdadeiro conhecimento. A sociologia, como outras das áreas das ciências também sofre desse mal. A desigualdade entre homens e mulheres está constantemente ausente das análises sociais, cujo sujeito de análise é um sujeito supostamente não-gendrado. A sociologia, responsável por estudar o mundo social e as relações sociais, historicamente ignorou mulheres, suas experiências sociais e as relações de poder desiguais que separam homens e mulheres como indivíduos, assim como nem sempre discute as relações de desigualdade presentes na sociedade como um todo, como coloca Dorothy Smith³ (1987).

O androcentrismo permite o silenciamento acerca das mazelas que mulheres enfrentam na sociedade atual e normaliza a violência. Por essa razão, torna-se muitas vezes difícil estudar esse tema. Geralmente os comentários ao anúncio do meu trabalho são ‘que tema pesado’ ou ‘eu jamais estudaria isso’. É sabido que o estupro como estratégia de guerra acontece, e o que os conflitos e as intervenções trazidas pelo imperialismo causam às mulheres, mas silenciamos o tema porque nos parece difícil falar ou ler sobre o tema. Eu escolhi estudar esse tema para romper com o silêncio.

Destarte, o objetivo central desse trabalho será analisar a violência sexual como estratégia de guerra no conflito armado colombiano, procurando entender a que e a quem serve essa violência. Os objetivos específicos tem como intenção estudar a história do conflito agrário colombiano

³ Dorothy Smith (1926-) é uma socióloga e ativista canadense responsável por trazer o debate feminista aos estudos sociológicos. Suas pesquisas incluem sociologia do conhecimento, teoria feminista e metodologia .

discutindo as determinações que o compõem, investigar o uso da violência sexual contra mulheres enquanto recurso estratégico no conflito da Colômbia, e compreender os aspectos sócio-político-econômicos que compõem a violência sexual e seu uso.

O trabalho está dividido em três capítulos, considerações finais e o referencial teórico. O primeiro capítulo fará uma análise teórica da violência sexual como uma violência estratégica a partir de autoras como Silvia Federici, Maria Mies e Rita Segato. Seu objetivo será discutir a violência sexual como uma violência fundamental no processo de acumulação do capital, sendo essencial para a estrutura de uma sociedade capitalista e sendo também herança, no caso latino-americano, da colonização. O segundo capítulo tratará da história do conflito armado colombiano a partir dos principais teóricos que estudaram a questão no país, como Dario Fajardo e Hernando Calvo Ospina, e também a partir dos relatórios produzidos pelo Centro de Memória Histórica da Colômbia. Este capítulo tem por objetivo trazer o panorama histórico da violência no conflito armado do país. O terceiro e último capítulo tratará expressamente da questão central desse trabalho que é a violência sexual contra mulheres como uma estratégia no conflito a partir dos documentos da Ruta Pacífica de Las Mujeres e artigos de autoras como Lina Céspedes-Báez e Donny Meertens. Este capítulo terá por objetivo explicar a dimensão da violência sexual contra as mulheres no país, especificamente entre os anos 2000-2016, e seu uso como recurso estratégico para o conflito.

1.1 Debate Metodológico – Epistemológico:

O trabalho se dará especialmente a partir de pesquisa bibliográfica e hemerográfica, que inclui livros, artigos científicos, relatórios e informes de organizações nacionais e internacionais. Nesse trabalho, as fontes bibliográficas majoritárias de pesquisa serão relatórios e livros de Organizações de Mulheres que vêm denunciando as violências contra mulheres no conflito colombiano, tal como a *Ruta Pacífica de Mujeres*, os informes e artigos do Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia, e artigos científicas de autoras envolvidas em estudar e denunciar a violência contra as mulheres no conflito colombiano. Para o debate teórico serão utilizadas autoras que pensaram a violência contra as mulheres sob o regime do capital como Silvia Federici, Maria Mies e Carole Pateman. Os principais meios de pesquisa foram o *Google Scholar/Google Acadêmico/Google Acadêmico* através de palavras-chave em inglês e espanhol: *'Rape'/'Sexual Violence'/'Violencia Sexual, 'Civil War'/'Conflicto armado', 'Colombia'*, alguns artigos foram também encontrados no *Academia.Edu*, e a maior parte obtidos através do *Sci-Hub*⁴. No entanto, foi

⁴ Sci-Hub é uma plataforma que rompe os direitos autorais e permite o acesso público a artigos científicos de plataformas pagas como a Elsevier e o Jstor. A responsável pelo projeto é a hacker casaquistã **Alexandra Elbakian** que milita internacionalmente pelo livre acesso às pesquisas produzidas com investimento público que é monetarizado por

especialmente através de uma análise cuidadosa das referências dos relatórios, informes e artigos que a bibliografia pôde ser formada, podendo ser lida e analisada. A partir das palavras-chave ou dos sites majoritários de pesquisa nem sempre foi possível encontrar material específico para o tema da pesquisa e foi através de artigos e outros relatórios referenciados pelos relatórios produzidos no país pelo Centro de Memória Histórica da Colômbia, organizações de mulheres e pesquisadoras referenciando-se entre si e demais organizações, pesquisadoras e professoras acerca do tema, que a bibliografia majoritária se compôs concretamente.

A análise do referencial será trabalhada a partir dos debates trazidos pelas Epistemologias Feministas. Norma Blazquez Graf⁵ (2012) discute que a epistemologia feminista se dedica a entender como o gênero influencia as concepções de conhecimento na prática investigativa. Procura desvendar as concepções dominantes e a justificação de conhecimentos que sistematicamente desfavorecem e excluem mulheres das pesquisas e da construção da ciência. A autora explica que a chamada autoridade epistêmica é negada às mulheres, que temos estilos e formas de conhecimento desprazados, sendo nossas teorias consideradas inferiores às teorias produzidas por homens, e dessa forma, parte de um conhecimento científico que reforça e/ou reproduz hierarquias de gênero é presente e valorizado na Academia. Linda Alcoff⁶ (1993) escreve que a história da epistemologia feminista em si é a história do embate da luta feminista comprometida com as mulheres para ter seu entendimento do mundo legitimado e respeitado.

A partir das Epistemologias Feministas, especialmente o debate do feminismo do ponto de vista debatido por Sandra Harding⁷, busca-se trabalhar com o conceito da “objetividade forte” que exige que o sujeito do conhecimento seja colocado no mesmo plano causal crítico que os objetos do conhecimento. Harding (2015) aponta ainda que a objetividade forte rejeita também o ideal da neutralidade e da visão de lugar nenhum presente no método científico tradicional, mas que essa objetividade se mantém comprometida para com a ciência e seu desenvolvimento. A objetividade forte requer que os cientistas e suas comunidades sejam integradas a projetos comprometidos com seus meios, com as comunidades em que existem e com aquelas que pesquisam. A objetividade forte demanda comprometimento dos pesquisadores para com valores morais e políticos inclusivos e que incluam e não marginalizem grupos que historicamente têm sido afastados da produção científica. Para a autora, a objetividade forte é de fato ‘objetividade real’: é mais competente para

empresas privadas de educação.

⁵ Norma Blazquez Graf é uma filósofa e psicóloga mexicana e professora da Universidad Autónoma de México, a UNAM. É uma das principais pesquisadoras latinas acerca de epistemologia feminista, ciência e mulheres e pesquisa feminista.

⁶ Linda Alcoff (1955-) é filósofa e professora na Hunter College. É especialista em epistemologia feminista, debates raciais e existencialismo.

⁷ Sandra Harding (1935-) uma filósofa feminista que deu início aos estudos acerca de método e epistemologia feminista. A autora pesquisa temas como epistemologia, metodologia de pesquisa e filosofia da ciência.

alcançar os objetivos de justiça para com a sociedade num todo do que a versão de objetividade que está ligada a um ideal de neutralidade.

Pesquisar mulheres de forma comprometida com a denúncia e a transformação da realidade desigual em que vivemos, não apenas colocando mulheres como objetos de pesquisa, é parte do que compõe o método deste trabalho. É um trabalho feminista, *per se*. Eli Bartra⁸ (2012) aponta que pesquisadoras e pesquisas feministas têm, ou precisam ter, como compromisso melhorar a condição de vida das mulheres, e, portanto, usa-se, de conceitos próprios do feminismo que pensam a realidade das mulheres, como patriarcado, exploração das mulheres, discriminação sexual, relações de gênero.

Estudar mulheres não é algo novo - o novo é estudar mulheres a partir das suas próprias produções científicas, como apontou Harding (1987). Nesse sentido, a *Ruta Pacífica de Mujeres* (2013) escreveu que precisamos compartilhar o conhecimento das mulheres. O conhecimento das diferentes manifestações e intensidades da violência não é apenas da outra mulher-vítima cuja experiência é estranha, é um conhecimento que circula entre as mulheres porque, até certo ponto, estamos todas imersas em processos de violência. Em particular, todas nós mulheres conhecemos a experiência de sermos presas porque vivemos em uma sociedade que nos faz habitar um corpo violável.

Entendendo-se que essa violência é inerente à condição de subalternidade da América Latina, a análise também assenta bases no sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos. Alberto Guerreiro Ramos⁹ reivindicava que a prática científica precisa ser parte de uma militância política engajada para a mudança estrutural das desigualdades e do subdesenvolvimento que acometem não apenas Brasil, mas América Latina como um todo. Reivindica-se a ciência em mangas de camisa de Guerreiro Ramos (1957), que discute a importância de recusar a posição de uma pesquisadora neutra, e afirmar o compromisso para com uma ciência engajada e comprometida com a prática científica junto a e para a transformação das estruturas sociais, especialmente na América Latina, marcada pelo subdesenvolvimento. Como apontava Guerreiro, não basta apenas produzir ciência, é

⁸ Eli Bartra (1947-) é uma filósofa mexicana e professora da la Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, a UAM-X. É uma pesquisadora reconhecida por suas pesquisas sobre mulheres e arte popular, de diversas partes do mundo e especialmente no México. Pesquisa também métodos de pesquisa feminista e epistemologia feminista .

⁹ Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi um filósofo, sociólogo e economista negro brasileiro, com formação também em Direito. Nasceu no interior da Bahia, tendo imigrado pro Rio de Janeiro, primeiramente a trabalho, posteriormente ingressando na Academia. É um dos grandes nomes do pensamento social brasileiro, tendo discutido a questão do negro no Brasil, sociologia e desenvolvimento nacional. É pouco estudado pela Academia brasileira, e algumas de suas obras não são reeditadas desde que foram lançadas na década de 50. Lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de Yale, tendo falecido enquanto professor da Universidade do sul da Califórnia. Foi professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina. Deu palestras em Pequim, Belgrado, na Universidade de Paris e na academia de ciências da União Soviética. Guerreiro Ramos foi também membro da delegação brasileira na ONU na década de 60, e militou no teatro experimental do negro, ao lado de Abdias de Nascimento. Foi embora do Brasil perseguido pela ditadura militar, tendo falecido fora do país.

preciso colocá-la a serviço de uma transformação social, pois como Guerreiro Ramos (1957) apontava, quem não age, quem não participa do processo societário não compreende a sociedade.

O debate trazido por Guerreiro Ramos (1996) também é presente em sua proposição de análise crítica dos materiais e escritos estrangeiros de maneira a crítica, submetendo-os a um olhar cuidadoso diante da própria realidade, uma observação necessária ao se estudar autores e autoras centrais que não necessariamente pensaram as realidades periféricas, pensando a construção de uma análise autônoma e de uma ciência própria produzida na periferia do sistema que precisa abandonar a postura apologética aos cânones europeus e estadunidenses, como colocado pelo autor.

Portanto, tornar-se atenta a essas críticas significa construir um conhecimento autônomo, compreendendo que o gênero, em interação com outras categorias como raça, classe, etnia, idade e sexualidade, é um organizador social, e não apenas um organizador, mas parte do que compõe a estrutura social. Também se trata de apontar que não é suficiente entender como funciona e como está organizada a vida social, também é necessária a ação para transformar de forma radical a sociedade.

2. A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO ESTRATÉGIA

A violência sexual nos conflitos armados se mostrou ao longo dos anos e séculos como uma das violências mais persistentes contra mulheres. O estupro como arma de guerra é um crime que ocorre em uma escala global. Presente desde os conflitos da antiguidade, a violência sexual contra mulheres foi registrado em todos os conflitos que aconteceram no passado recente. Na segunda guerra mundial foi empregada especialmente pelas tropas nazistas contra mulheres de outras nacionalidades, e através da prostituição forçada dentro dos campos de concentração. Também na segunda guerra mundial a ocupação japonesa na China usou da escravidão sexual com as ‘mulheres de conforto’ como exercício de controle e humilhação contra a população chinesa. Durante a guerra do Vietnã, uma das violências infligidas pelo exército estadunidense foi o estupro de mulheres vietnamitas como forma de humilhar os homens do exército, e como estratégia de terror para conseguir poder sobre determinado território. Na década de 1990, na guerra da Iugoslávia, o conflito mais emblemático nesse sentido, a violência sexual foi a principal arma estratégica de guerra, utilizada especialmente com o objetivo de engravidar as mulheres da etnia oposta de maneira a miscigenar forçadamente aquele povo, com o propósito de extingui-lo e de conseguir a apropriação do território. Uso semelhante da violência sexual foi visto no conflito de Ruanda, cuja guerra e a utilização do estupro também teve contornos étnicos. A violência sexual também teve um uso sistemático no conflito da República Democrática do Congo, empreendido especialmente por grupos paramilitares pagos por grandes empresas internacionais para se apropriarem de regiões ricas em minérios. Situação semelhante se pôde observar na guerra do Sudão e na guerra do Timor-Leste. Na América Latina, a violência sexual de forma estratégica se fez presente nos conflitos de El Salvador, e no conflito armado da Colômbia (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004; INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA, 2013).

Apesar de sistemático e antigo, o reconhecimento do estupro na guerra veio apenas no final do século XX, o reconhecimento de seu uso enquanto uma arma e estratégia de guerra veio apenas no século XXI. De forma mais ampla, a violência sexual na guerra foi primeiramente reconhecida na Conferência de Direitos Humanos de Viena em 1993 onde foi estabelecido que a violação dos direitos humanos das mulheres em situação de conflito armado, que incluem assassinato, estupro sistemático, escravidão sexual e gravidez forçada, constituem violações dos princípios dos Direitos Humanos Internacionais e da lei humanitária (*UNITED NATIONS*, 1993). Em 1998 a Organização das Nações Unidas declarou que a comunidade internacional falhou nas suas respostas em relação ao problema do estupro nos conflitos armados, destacando ainda que foi apenas na década de 90 que o tema se tornou relevante na agenda internacional por conta do conflito iugoslavo e do conflito

civil da República Democrática do Congo, conflitos em que a violência sexual enquanto um recurso de guerra foi um dos seus principais aspectos (*UNITED NATIONS*, 1998). Nos anos 2000 o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a *Resolução 1325*, e apenas em 2008, com a *Resolução 1820*, reconheceu que o estupro é utilizado como arma de guerra.

Como explicam Beth Speake (2012) e Patricia Hynes¹⁰ (2004) foi o uso da violência sexual de forma sistemática como arma e estratégia¹¹ de guerra na Guerra da Iugoslávia e no conflito armado da República Democrática do Congo que fez com que as autoridades internacionais prestassem atenção nesse problema. A *Resolução 1325* lançada logo no início dos anos 2000 trata sobre mulheres, paz e segurança e discute a importância da participação das mulheres na construção da paz e a proteção de seu acesso aos Direitos Humanos. É apenas oito anos depois que o reconhecimento da violência sexual como uma arma de guerra acontece com a *Resolução 1820*. Mesmo que a violência sexual em conflito armado tenha sido apontada em tratados anteriores, foi apenas essa resolução que reconheceu seu uso como um recurso estratégico. Essa forma de violência foi apresentada na resolução como um empecilho para o restabelecimento da paz e da segurança e foi definida como:

Uma tática de guerra que visa dominar, humilhar, atemorizar, dispersar e/ou forçosamente realocar civis membros de uma comunidade ou grupo étnico

A resolução também classificou o estupro e outras formas de violências sexuais utilizadas como arma de guerra como sendo crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou ato constitutivo de genocídio.

Insuficiente e atrasado em, pelo menos, cinco séculos de história, o reconhecimento da violência sexual na guerra como um problema veio após séculos de seu uso recorrente. O estupro é considerado tão antigo quanto a própria guerra e foi desde sempre compreendida pela maioria da literatura sobre guerra, como um erro de soldados indisciplinados e atos isolados consequentes da violência generalizada característica dos períodos conflituosos. A ideia de que o estupro em tempos de guerra é um problema inevitável, é uma das compreensões mais antigas e mais presentes acerca do problema. O estupro é comumente apontado como parte da violência natural estabelecida em um período de guerra e como um problema do indivíduo responsável pelo ato. A análise que

¹⁰ Patricia Hynes é especialista em Migração forçada, Asilo Político, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas. É doutora pela Universidade de Middlesex e professora na Universidade de Bedfordshire. Tem publicações junto a órgãos das Nações Unidas, e quatro livros publicados acerca de seus temas de pesquisa.

¹¹ Estratégia é definida por Carl Von Clausewitz (2014) como o engajamento das forças necessárias para a conquista dos objetivos em uma guerra. É a estratégia que define que batalhas e que meios serão empregados em vistas de se conseguir um objetivo central para a vitória da guerra.

individualiza a violência desconsidera que a violência contra as mulheres tenha raízes que remontam a padrões instituídos em períodos de paz, e que o próprio formato do conflito armado se encontra estabelecido numa sociedade patriarcal capitalista (MEGER, 2016; NOBEL'S WOMEN INITIATIVE, 2011; SEGATO, 2014; SPEAKE, 2012).

Individualizar a violência também não permite que se consiga pensar suas origens históricas, uma vez que o mito de criação da sociedade ocidental¹² tem por marco um estupro, o rapto e a escravidão sexual forçada de mulheres. A pesquisadora Kelly Canela¹³ (2012) aponta que no mito da fundação de Roma, Marte¹⁴ estuprou a virgem vestal¹⁵ Rea Sílvia gerando Rômulo, que veio a ser o fundador de Roma. Ainda para a fundação de Roma, as mulheres sabinas foram raptadas, violentadas, e, posteriormente, forçadas ao casamento, para garantir tanto uma aliança militar com o povo Sabino, quanto a continuidade de Roma, que precisava de mulheres para 'parir' seu povo. Quando Roma foi conquistada pelos gauleses, para que as mulheres romanas não fossem violentadas no 'direito de guerra', os romanos enviaram mulheres escravizadas ao acampamento dos inimigos. Na obra *Metamorphoses*, de Ovídio, aparecem 12 casos de violência sexual. Medusa¹⁶, a lendária mulher com cobras no lugar do cabelo e que petrifica homens com o olhar, torna-se um monstro como um castigo após ser violentada por Netuno no templo de Minerva.

Susan Brownmiller¹⁷ (1975) apresenta esse contexto também nas guerras gregas, onde o que na contemporaneidade é reconhecido como 'estupro'¹⁸, era socialmente aceitável e um comportamento de acordo com as regras da guerra, um ato sem estigma para guerreiros que viam as mulheres que conquistavam como espólios legítimos, úteis como concubinas, para trabalho escravo

¹² Da história ocidental – eurocêntrica - que remonta a Grécia e a Roma antigas. Eu, enquanto autora, escolhi esse marco porque fomos colonizados pelas civilizações europeias e portanto, como alguns historiadores e pensadoras feministas como Ochy Curiel(2014) discutem, os padrões de violência, como o estupro, e os padrões normativos de sexualidade e gênero foram impostos e trazidos por eles aos povos colonizados, como a América e a África. Como latino-americana, prefiro pensar que o início da civilização provém dos povos originários de Abya Yala. Não encontrei, para comparação, mitos criadores dos povos originários latinos onde houvesse um estupro, há desigualdade de gênero no mito asteca, mas não violência. Além disso, *Pacha Mama*, que é a mãe terra, tem um papel central nos mitos que percorrem toda a América Latina.

¹³ Kelly Cristina Canela é uma advogada e professora brasileira, doutora em direito pela Universidade de São Paulo em Direito Privado, sendo pesquisadora de direito romano e estupro no direito romano.

¹⁴ Marte é o deus da guerra romano. Marte é o nome romano de Ares, o deus da guerra grego.

¹⁵ Vestal em referência a deusa Vesta que representava o fogo sagrado. Vesta é o nome romano da deusa grega Héstia. As virgens vestais eram sacerdotisas e sábias que estudavam e reproduziam a sabedoria da deusa.

¹⁶ A lenda da medusa é uma lenda grega que Ovídio reproduziu aos romanos. Netuno é o nome romano para Poseidon e Minerva é o nome romano de Atena. A lenda da Medusa tem também o aspecto da culpabilização da vítima uma vez que Medusa é castigada pela deusa por ter sido violentada em seu templo. É Medusa que é punida pela violência que sofreu, e não Netuno/Poseidon que foi quem a violentou e cuja violência teria desonrado a deusa. A responsabilidade recai, no entanto, toda sobre Medusa que é condenada a se tornar um monstro e morre tendo a cabeça decepada por Perseus.

¹⁷ Susan Brownmiller (1934 -) é uma escritora, ativista e jornalista feminista. Em sua obra discutiu estupro, feminilidade e violência contra as mulheres na guerra.

¹⁸ As aspas decorrem a partir do entendimento de um debate que é um contemporâneo - hoje consideramos o estupro e demais violências sexuais como violências, porém para aquele momento histórico, não o era.

ou troféus de batalha, relacionados com a humilhação dos inimigos e adversários no conflito. Um exemplo, é Helena que é entendida historicamente como a culpada pela guerra de Tróia, tendo sido ela raptada com outros tesouros de Menelaus e apropriada por outro como se ela não fosse mais que um item da propriedade do rei. O uso do rapto, sequestros e escravidão sexual forçada é parte do guarda-chuva que compõe a violência sexual. Max Weber (1999) escreveu que o rapto de mulheres nas guerras levava a lutas e reparações. A mulher raptada é vista como um troféu, adorna o herói, assim como o escalpo do inimigo.

Embora seja atual o entendimento de que sexo forçado é uma violência, o que se percebe é que o estupro esteve historicamente presente nas sociedades, e na vida e na história das mulheres¹⁹. A presença da violência sexual nos mitos não é apenas uma expressão abstrata da violência contra as mulheres. O que os mitos trazem são parte de um simbolismo que tem correspondência na realidade concreta daquela sociedade. Isso fica demarcado com o estupro de Lucrecia em Roma, violentada por propósitos políticos, que a levou ao seu suicídio. No entanto, Canela (2012) aponta que embora o estupro fosse algo presente nos mitos e apresentado de forma comum na sociedade romana, por exemplo, era uma violência que não era considerada aceitável e que ao longo dos anos da República de Roma foi discutida e repreendida, havendo um entendimento social de que era um ato atroz por parte de quem a realizava.

A violência sexual no espaço dos mitos existe como expressão do cotidiano das mulheres. Suas implicações são mutuamente alimentadas: os mitos reforçam a violência, e a violência legitima os mitos. Uma violência que se torna cada vez mais rotineira em um processo que a igreja católica irá ajudar a naturalizar por meio da Inquisição também, deixando sua contribuição perversa para a história da violência sexual contra as mulheres. Rose Marie Muraro²⁰ (2005) discute na introdução que escreveu a uma das edições do *Malleus Maleficarum*, a trajetória da submissão das mulheres e da violência a que foram submetidas. Ao longo do texto, Muraro destaca a degradação da condição de vida das mulheres com a ascensão de um Deus-uno que pare a humanidade, pervertendo e ocultando o fato de que quem pariu e pare a humanidade foram e são mulheres.

A igreja também se esforçou para demonizar mulheres que fogem do molde feminino da Virgem Maria, silenciosa, submissa e complacente, sempre vivendo as sombras de Deus, e incapaz

¹⁹ É a partir de pesquisadoras contemporâneas como *Susan Brownmiller* e *Kelly Canela* que se pode recuperar a mitologia e a história discutindo-as a partir dos entendimentos que temos acerca das violências ali presentes nos dias atuais. Para o momento histórico em que acontecem, o que hoje consideramos enquanto estupro e demais violências sexuais eram entendidas como parte do *modus operandi* tanto da guerra, como da vida geral, e não era entendida enquanto a violência que entendemos hoje. Isso não diminui, entretanto, que as coisas tenham sido e escritas como foram, ou as consequências que tiveram na vida e na história das mulheres ainda sentidas e percebidas por todas nós mais de 2000 anos depois.

²⁰ Rose Marie Muraro (1930 – 2014) foi uma intelectual brasileira. Formada em física e economia, foi uma das responsáveis por fundar o movimento pela emancipação das mulheres no Brasil. Dedicou a vida a escrever e a pensar a questão das mulheres.

de viver sozinha e por si, dedicando-se sempre ao filho e sacrificando-se pelos outros²¹. As mulheres que fogem a esse molde são punidas, perseguidas e mortas. A história da origem e desenvolvimento do capitalismo, particularmente o período de ‘cercamento das terras’ também nos dá exemplos do uso da violência sexual contra as mulheres como uma estratégia de guerra. Como explicam Silvia Federici (2017) e Rose Marie Muraro (2005), também os conhecimentos ancestrais das mulheres sobre os seus próprios corpos, sobre os processos de contracepção e reprodução foram roubados, mutilados e praticamente extintos. Parteiras, anciãs ou curandeiras se tornam bruxas e seu conhecimento não lhes pertence mas é parte de um aparato que lhes foi fornecido diretamente pelo diabo, como aponta o *Malleus Maleficarum* (2005).

Privadas dos meios de subsistência que lhes permitiam ser donas de si e de um conhecimento acerca de si próprias e do mundo no qual existiam, mulheres foram relegadas ao espaço privado. Apartadas do espaço público²², e portanto do domínio civil de leis e do controle do Estado, mulheres são relegadas a funções que passam a ser socialmente consideradas inferiores²³, mesmo que essenciais ao funcionamento do capital, como a reprodução da força de trabalho e da criação dos filhos, como apontou Silvia Federici (2017). Esse processo se dá especialmente a partir da fundação do Estado moderno e da colonização.

Consequentemente dessa mesma exclusão social provém o pensamento de que mulheres são perigosas e fofoqueiras e que precisam ser controladas, uma ideia que as coloca em posição de vulnerabilidade sócio-econômica, e isoladas socialmente. A ideia de que mulheres unidas só produzem o mal e que devem ser apartadas umas das outras e dos espaços comuns, são acusações que aparecem também como justificativa para a violência sexual contra as mulheres, e como forma de controle social e territorial. A fofoca, ou *Gossip* em inglês, antes entendida como forte laço de

²¹ As orações a – sempre – virgem Maria denotam isso. Maria é denominada como a Virgem Intercessora – ela, sozinha, é entendida como incapaz de resolver os problemas que surgem mas apenas de interceder por eles e levá-los ao ‘pai’, que é Deus, e na tradição cristã-ocidental, um homem, o primeiro patriarca.

²² Afirmar que mulheres foram apartadas do espaço público não é o mesmo que afirmar que estas não estivessem nele. Especialmente mulheres proletárias, assim como mulheres escravizadas, executavam funções e trabalhos no espaço dito público, e não existiam apenas no espaço do lar como mulheres burguesas, majoritariamente brancas, ao considerarmos Colônias. O entendimento acerca dessa separação se dá porque, embora mulheres estivessem nesse espaço, elas não eram reconhecidas nele, estavam também submetidas ao espaço privado ao serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e a manutenção do lar e dos filhos, e mesmo habitando o espaço público, não usufruíam dele, tampouco possuíam qualquer espaço político em seu meio. Ao longo do tempo temos as mulheres que lutaram para quebrar com essas regras e que conseguiram adentrar aos poucos esses espaços que lhes eram negados, mas que mesmo ao serem ocupados continuam sendo socialmente entendidos como não lhes cabendo completamente ou por direito. Um exemplo disso é a ocupação das mulheres nas universidades, onde hoje são a maioria dos estudantes, porém, onde a majoritária bibliografia estudada é composta apenas por autores homens, e onde a maior parte dos clássicos, assim considerados, são de autores homens.

²³ É preciso apontar que a inferiorização do trabalho da mulher também cumpre uma função dentro de um capitalismo patriarcal de acumulação do capital, pois uma vez que o capitalista não precisa arcar com os custos da reprodução da mão de obra do trabalhador, como a preparação de suas refeições, cuidado da casa, amparo emocional, ou a criação dos filhos, esse valor é apropriado pelo capitalista que lucra com o trabalho não pago executado por mulheres em seus lares (FEDERICI, 2017, SAFFIOTI, 1976).

amizade que unia mulheres, passa a ser entendida e divulgada, inclusive por autores como Shakespeare, como algo perigoso, subversivo e que precisa ser destruído, como explica Silvia Federici (2019). O objetivo de destruir esses laços e marcar socialmente mulheres dessa forma é destruir a capacidade de organização coletiva e romper os laços de unidade que estariam compostos. A questão central exercida por essa concepção diz respeito ao terror social e ao uso desse adjetivamento social misógino para exercer uma violência cujo propósito é a expropriação das mulheres de suas terras e o controle sócio-político de suas comunidades. A ideologia que diminui mulheres não existe por acaso, ela existe como expressão e justificativa de uma classe que precisa diminuí-las como seres humanos para explorá-las e violentá-las a serviço do capital.

A alienação das mulheres de si mesmas e seu processo de desumanização e coisificação que naturaliza a violência que sofrem serve justamente para o capital e suas classes dominantes. A violência contra as mulheres é parte do movimento fundacional do capitalismo e uma das bases que o sustenta até os dias atuais. Não é parte de uma cultura, simplesmente. É parte de uma estratégia que diminui mulheres como seres humanos para violentá-las de maneira a se apropriar das terras que possuíam, e destruir os laços comunais que compartilhavam com os/as demais, para explorá-las como mão de obra mais barata que a dos homens, usada historicamente inclusive para diminuir o valor da mão de obra geral, em trabalhos precarizados, e para força de procriação compulsória através do controle de sua sexualidade e a alienação dos próprios corpos para a criação de um exército de reserva de mão de obra (FEDERICI, 2017; MARX, 2011).

Historicamente, essa miríade de violências, serviu para que mulheres viessem a ser, numa sociedade de mercadorias e propriedade privada como a sociedade capitalista, elas próprias, uma propriedade, e onde a violência exercida contra elas, um recurso estratégico de controle social, e antagonismo intra classe trabalhadora, que torna mulheres propriedades de seus maridos, que institui uma hierarquia sexual que permanece até os dias atuais. Assim, mulheres perdem o domínio sobre si mesmas em todos os âmbitos, e passam então a serem subjugadas às violências atualmente conhecidas, assim como Eva é condenada por Deus a trabalhar para viver e sentir as dores no parto, uma condenação que se efetiva no capitalismo, já que mulheres são submetidas a uma medicina misógina que as obriga a um formato de parto que não entende o funcionamento natural do seu organismo e o do parto, e trabalham duplamente, em jornadas extensas e mal pagas, e em um trabalho reprodutivo não-remunerado (FEDERICI, 2017; MURARO, 2005, PATEMAN, 1993).

Junto a isso, essas violências, majoritariamente sexuais, contra as mulheres caracterizam parte do que é a concretização dos mitos em uma realidade dada e naturalizada que virá a partir da ascensão de um patriarcado capitalista, como aponta Federici (2017). A naturalização da violência sexual contra mulheres, especialmente como um recurso estratégico de conquista, terror e

destruição da solidariedade de classe, foi necessária para a consolidação de uma sociedade capitalista em formação, e a violência contra as mulheres se tornou uma de suas pedras de sustentação. Na origem da sociedade capitalista está um processo de acumulação primitiva que precisou desalojar comunidades e mulheres dos seus próprios meios de produção (especialmente a terra) para poder explorá-las a partir do trabalho assalariado, para o qual o trabalhador recebe como pagamento apenas uma parte do que produz, enquanto o excedente é apropriado pelo capitalista. O antagonismo entre os que possuem os meios de produção e aqueles que não possuem nada a não ser a própria força de trabalho é o que define a sociedade capitalista. (FEDERICI, 2017; MARX, 2011).

Antes dessa estrutura capitalista se consolidar e se tornar a única forma social existente houve uma intensa luta contra seu avanço, e foi para barrar essa luta que a violência sexual serviu estrategicamente ao capital. Como aponta Federici (2017), a luta se dava nesse momento, principalmente pela terra, contra o avanço dos cercamentos dos espaços comuns e das florestas, e também pelo direito de trabalhar para si e sua subsistência, o que já vinha sendo tratado como vagabundagem e punido pelo Estado como crime. Nesse momento, as lutas tomaram parte da Europa, mas também, das colônias contra o avanço da colonização, da nova lógica de trabalho, da religião imposta e destruição de seus territórios trazida pelos colonizadores.

Destruir a luta organizada foi fundamental para fundar as bases do sistema capitalista. E o capitalismo não poderia ter vencido sem ter lançado mão de estratégias que fornecessem poder e controle às suas classes dominantes, e é para servir a essa função que a violência contra as mulheres, nos espaços colonizados, marcado além do sexo/gênero, também por raça e etnia, passou a ser utilizado.

Entre as violências mais utilizadas de forma estratégica, está a violência sexual. Silvia Federici (2017) descreve que nesse período de surgimento do capitalismo as autoridades políticas na Europa atuaram de forma permissiva em relação ao estupro, na prática descriminalizando esta forma de violência, especialmente contra as mulheres de classe baixa. Essa política cooptou os trabalhadores em um ciclo de violência sexual que lhes garantiu ‘sexo’, e dirigiu o ódio e a hostilidade, antes dirigidos à burguesia, para as mulheres, especialmente mulheres proletárias. Federici (2017) escreve que:

o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que se realizava aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas ou arrastavam as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular. Aqueles que participavam desses “esportes” eram

aprendizes de empregados domésticos, jovens e filhos de famílias ricas sem um centavo no bolso, enquanto as mulheres eram meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras, sobre as quais circulavam rumores de que eram “mantidas” por seus senhores (p. 103)

O estupro destruía a existência dessas mulheres, sua reputação e sua capacidade de viver em comunidade. Arruinadas pela violência, tanto fisicamente quanto moralmente, encontravam dificuldades para continuar nas cidades em que estavam e abandonavam esses lugares, tornando-se andarilhas e/ou prostitutas lançadas a um empobrecimento imediato. O abandono das mulheres desses espaços por conta da violência sofrida implicava também o abandono do apoio dessas mulheres para que as lutas contra o regime capitalista prosseguissem naqueles locais, minando assim a organização e força da classe trabalhadora. Federici (2017) aponta que essa legalização do estupro instituiu um clima extremamente misógino, degradou todas as mulheres qualquer que fosse sua classe e insensibilizou a população frente a violência contra as mulheres, criando o espaço necessário para estabelecê-la como um recurso usual da nova sociedade nascente. A violência contra as mulheres alcançou seu objetivo e serviu ao seu papel de destruir a solidariedade intra classe. Segundo Federici (2017):

os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com o consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal. Como era de se esperar as autoridades encararam os distúrbios causados por essa política (as brigas, a presença de bandos de jovens perambulando pelas ruas em busca de aventuras e perturbando a tranquilidade pública) como um preço pequeno a se pagar em troca da diminuição das tensões sociais já que estavam obcecadas pelo medo das grandes insurreições urbanas e pela crença de que, se os homens pobres conseguissem se impor, eles se apoderariam de suas mulheres e disporiam delas coletivamente (p. 104)

Junto do estabelecimento do antagonismo intra classe entre homens e mulheres, estabeleceu-se também a tomada dos corpos das mulheres como um espaço a ser conquistado, apropriado explorado. A nova política sexual definiu mulheres como seres malignos, capazes de atrocidades e conspirações, mas também seres idiotas, incapazes de pensar por si mesmas. Essa lógica dúbia aprisionou mulheres no espaço ‘privado’, em um trabalho doméstico não remunerado e em uma procriação obrigatória a partir de uma maternidade compulsória, ao passo que definiu seu corpo

como espaço ‘público’ que, como mulher proletária, poderia ser disposto, violentamente, por homens de ambas as classes.

E com a naturalização dessa violência contra mulheres estava subjacente o objetivo de expropriar mulheres das terras que habitavam, e sua consequente privatização. A violência sexual contra as mulheres, e sua posteriori perseguição como bruxas aliadas do diabo, ou outras formas taxativas de inferioridade social, serviu para que suas mortes ou sua desgraça pública contribuísse para a privatização da terra, a perda do espaço comum, que significou a perda dos meios de produção, e portanto, de subsistência para mulheres, mas por extensão, de todos/as os/as que viriam a ser a classe trabalhadora (FEDERICI, 2017).

Há, nesse sentido, uma violência que é sexual pois se baseia no sexo. O controle sobre mulheres e o uso dos seus corpos de forma privatizada dentro do capitalismo se relaciona com a apropriação da capacidade reprodutiva imposta às mulheres, seja a partir da maternidade, seja a partir de um trabalho reprodutivo não pago, ou através de sua mão de obra precarizada. As políticas de Estado excludentes, a marginalização social, o controle do corpo e comportamento, a demonização e inferiorização social, a exploração barateada da mão de obra feminina, junto a violências como estupro, gravidez forçada, dentre outras, configuram também o que se pode entender como violências baseadas no sexo, uma forma mais ampla de pensar as violências sexuais avaliando a violência que atinge mulheres a partir da sua capacidade reprodutiva física e social (PATEMAN, 1993; SAFFIOTI, 2013).

Um processo que segue acontecendo. No conflito colombiano, que será abordado, a principal razão para o deslocamento interno, ou o exílio das mulheres e suas famílias de suas terras e locais de origem, se relaciona com a violência sexual, que tal como nos tempos primórdios, tem como objetivo central a expropriação das terras e sua anexação à propriedade latifundiária no país, como explicaram Céspedes-Báez (2010) e a Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013). Esse movimento de privatização das terras, que gera acumulação de riqueza, é necessária tanto para passar a explorar as terras de forma mercantil, quanto para retirar seus trabalhadores da mesma e forçá-los ao trabalho assalariado, é um processo histórico do capital, que se deu na Europa, mas que desde a colonização espalhou seus tentáculos por toda a ‘América Ladina’²⁴.

Esse movimento é parte da colonização de todo o continente americano. Mulheres tiveram roubadas de si suas terras e seu direito de bem viver nas mesmas, hoje relegadas a espaços mínimos sempre ameaçadas pela ‘civilização’ que continua avançando sobre elas, especialmente mulheres

²⁴ *América Ladina* é o nome que Lélia Gonzales dá a América Latina referindo-se à presença africana que também forma o continente nos últimos séculos. Lélia Gonzales (1935 – 1994) foi ativista e um dos principais nomes do Feminismo Negro brasileiro e latino-americano, responsável por termos-conceitos como América Ladina, e ‘Pretuguês’, referindo-se à forma periférica da linguagem no Brasil.

indígenas, ‘mestiças’ e negras na América Latina. A colonização também violentou mulheres de forma estratégica para separá-las das lutas contra o avanço colonial, como estratégia de controle territorial e humilhação pública. Como Sueli Carneiro²⁵ (2010) destacou, o estupro das mulheres escravizadas e indígenas fez parte de todo o processo que construiu o Estado, o mercado e o pensamento latino-americano. Angela Davis²⁶ (2016) destaca como o estupro de mulheres escravizadas foi parte do processo de controle para a escravização:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (p.26)

Junto a isso, Davis (2016) aponta que os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava (geralmente considerados bons cristãos) a deixar de lados suas atitudes sexistas ortodoxas. Como Eric Williams (1994) debate, os ‘honrados’ homens europeus não eram os santos que a alta sociedade acreditavam que eram, quando estavam nas colônias e, certamente, não o eram quando se tratava das mulheres escravizadas, de quem abusavam e torturavam, sexual e fisicamente, das piores maneiras imagináveis.

O que Angela Davis descreve será comum não apenas nos Estados Unidos, país sobre o qual Angela escreve, mas em toda a América, incluindo a América Latina. Como aponta Marina Lacerda (2015), a violência sexual contra as mulheres constitui um *modus operandi* do processo colonizatório de todo o Brasil e América-Latina, tanto na diligência pelo controle territorial, como pelo controle social com a castração sexual das mulheres brancas e a hiperssexualização de mulheres negras e indígenas. A violência contra mulheres escravizadas²⁷, como Federici (2017) também aponta, serviu a propósitos de miscigenação, mas especialmente para a produção em massa de mais força de mão de obra escravizada. A violência contra as mulheres indígenas²⁸, um marco

²⁵ Aparecida Sueli Carneiro Jacoel (1950-), mais conhecida como Sueli Carneiro, é um dos principais nomes do Feminismo Negro brasileiro e latino-americano. É Filósofa, escritora e militante contra o racismo. Foi fundadora do Géledes – Instituto da Mulher Negra.

²⁶ Angela Yvonne Davis (1944-) é uma ativista política, escritora, filósofa e feminista negra estadunidense. Considera-se marxista e integrou movimentos políticos como o Panteras Negras, foi membro do partido comunista, e hoje integra o *Committees of correspondence for Democracy and Socialism*. É autora de livros acerca dos temas da classe, feminismo, sistema prisional.

²⁷ Isso pode ser visto no quadro ‘Três homens com uma mulher Negra’ do holandês Christiaan Couwenbergh de 1632.

²⁸ Na Arte, Diego Rivera retratou a violência do colonizador contra as mulheres astecas no seu Mural exposto no Palácio Nacional do México.

presente desde que os colonizadores pisaram nos solos da então Abya Yala, tinha como propósito o domínio do território e a subjugação dos povos aos quais pertenciam. Na invasão colonizadora do Peru, por exemplo, foi uma princesa Inca a ser violentada na frente de seu rei, e em outro momento, uma outra princesa Inca foi violentada aos 8 anos pelos colonizadores²⁹ e forçada a casar com um deles aos 15, como escreve o Centro Cervantes (2015).

Como explica Marina Lacerda (2015) o processo da colonização se deu contra toda a América³⁰. Como Pabla Pérez San Martín³¹ (2015) nos mostra, o processo capitalista da colonização violentou mulheres, e roubou delas suas terras, e os conhecimentos ancestrais que possuíam sobre seus próprios corpos, seus ciclos naturais, sobre as ervas e as plantas que colhiam, e as colocam em um processo de alienação, tanto de si mesmas, quanto da natureza a qual estavam integradas. Tanto mulheres, quanto a terra, como explicam Martín (2015) e Silvia Federici (2017), são violentadas e expropriadas, entendidas no processo de colonização como algo a ser explorado.

Em todo o processo de ascensão capitalista, as mulheres e a terra foram entendidas como violáveis e associadas uma a outra na selvageria e no perigo que ofereciam aos homens e que poderiam ser destruídas sob violação e tortura, como explica Maria Mies (2014). Uma violência, material e ideológica, que recebeu permissão para existir inclusive na Igreja, antes tão preocupada com a casta sexualidade de seus seguidores. A Bula Papal de 1454 do Papa Nicolau V permite ‘invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria’, como destaca Marina Lacerda (2010). Nesse sentido Maria Mies³² (2014) explica que:

Todo o ataque brutal aos povos da África, Ásia e América pelos capitalistas mercadores europeus foi justificado como uma missão civilizadora das nações cristãs. Aqui vemos a conexão entre o processo de ‘civilização’ pelo qual mulheres europeias pobres foram perseguidas e ‘disciplinadas’ durante a caça às bruxas, e a ‘civilização’ dos povos ‘bárbaros’ nas colônias. Ambos são definidos como “natureza” descontrolada, perigosa e selvagem, e ambos devem ser subjugados pela força e tortura para quebrar sua resistência ao roubo, expropriação e exploração (p. 90).

²⁹ Nesse caso foi a Princesa Inca nomeada de Beatriz Clara violentada pelo ‘conquistador’ Cristobál Maldonado.

³⁰ Aqui compreendendo não apenas a América Latina (que concebe geopoliticamente América do Sul e América Central unido ao México) mas também a América do Norte que foi também vítima da Colonização levando-se em consideração as milhares de mortes dos povos originários que habitaram os atuais Estados Unidos e Canadá e cujas culturas, territórios e populações foram também, majoritariamente, exterminados.

³¹ Pabla Pérez San Martín (1987-) é chilena e mapuche, investigadora social, escritora e parteira tradicional. É a responsável pelo projeto Ginecosofia que investiga e reúne tradições e saberes ancestrais de cura com o uso de ervas medicinais para a saúde sexual das mulheres.

³² Maria Mies (1931-) é uma socióloga e filósofa feminista-marxista. Se dedicou especialmente a pesquisar teoria feminista, ecofeminismo e ecosocialismo, acumulação capitalista e a exploração dos países subdesenvolvidos. É também ativista feminista desde a década de 1960.

Maquiados sob uma suposta benevolência cristã, justifica-se assim a violência sexual contra mulheres e a destruição e exploração da terra para os propósitos dos colonizadores de acumulação de riqueza.

Nesse processo, em que a violência sexual serve como uma estratégia de expropriação e de controle contra mulheres e suas terras, os corpos das mulheres passam a ser compreendidos como um território, de conquista e apropriação, assim como o território é visto como uma ‘virgem’ a ser ‘aberta’ e desbravada, como explica Anne McClintock³³ (2010). Essa mentalidade colonial, se torna uma ideologia³⁴ necessária e funcional para a violência empreendida. Como explicam McClintock (2010) e Marina Lacerda (2010) a América³⁵, em si, possui um simbolismo para os colonizadores da ‘virgem’ a ser descoberta e possuída. Na Europa, a imagem do novo mundo era a da mulher exótica, de um paraíso da livre sexualidade, onde mulheres caminhavam desnudas sempre prontas para satisfazer a lascívia de seus ‘conquistadores’.

Na conhecida carta de Pero Vaz de Caminha, o conquistador das Américas fala dos corpos desnudos dos povos conquistados com especial ênfase aos corpos das mulheres:

(...)quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até o quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha (p.7).

A descrição de Caminha sobre a nudez dá ênfase aos corpos das mulheres em mais de um momento ao longo da carta, onde em outro momento descreverá uma mulher segurando seu filho,

³³ Anne McClintock (1954-) é professora da Universidade de Princeton em Gênero e Sexualidade. Pesquisa feminismo, sexualidade, raça, nacionalismo e teoria cultural.

³⁴ Ideologia não pode ser definida apenas como uma falsa consciência como rapidamente se define esse conceito quando tratando-se da teoria de Marx e seus herdeiros. No debate marxista, Ludovico Silva (2017) explica que a ideologia é a racionalidade funcional ao capital interiorizada pelo indivíduo como se fosse a sua própria consciência, quando, de fato, aí sim, esta é uma falsa consciência, a consciência do capital colocada a partir da dominação das mentes. É a construção de uma mentalidade que não será útil para esse sujeito/a, mas é útil, ao capital e sua manutenção, enquanto esse sujeito/a estará preso a uma mentalidade que não o ajudará a emancipar-se ou a entender as relações sociais colocadas pelo sistema que o explora. A ideologia é um suporte necessário para a existência e o desenvolvimento do capitalismo, que fabrica o consciente – e o inconsciente – dos sujeitos/as de modo a torná-los funcionais para o desenvolvimento do sistema, como, por exemplo, formar trabalhadores disciplinados e bons consumidores, homens violentos e mulheres submissas. Uma base necessária para que esse sistema possa seguir comandando a vida dos sujeitos da classe trabalhadora subordinada à classe dominante.

³⁵ Parte disso pode ser observada na Arte. O primeiro desenho representando a ‘America’ é de Jan Van der Straet de 1575, uma gravura descrevendo Vespúcio, com seus artefatos de conquistador, ereto frente a uma mulher – America – nua e insinuando-se ao conquistador.

descrevendo que seu filho estaria envolto em um pano, enquanto o corpo da mãe, “pernas e o resto”, não traziam cobertura alguma.

O nome dado ao continente não é, assim, uma questão avulsa. América, nome feminino, remonta exatamente a um nome de mulher, que carregará, na visão do colonizador, um exotismo sexualizador que permite uma violência intensificada. De acordo com Lacerda (2010), a América a ser conquistada era representada no imaginário europeu como uma mulher bela, sedutora e atraente, de beleza exótica. O território a ser conquistado se apresenta, nesse entendimento, como uma terra virgem a ser descoberta, explorada, possuída e usurpada, da mesma forma, o corpo da mulher, especialmente das mulheres indígenas violentadas nesse processo, é metaforicamente a terra conquistada.

Nesse sentido, Anne McClintock (2010) explica que:

O conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero - não como o reconhecimento expandido das diferenças culturais - e era validado pela nova lógica iluminista da propriedade privada e do individualismo possessivo³⁶. Nessas fantasias, o mundo era tornado feminino e espacialmente exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado no interesse do poder imperial massivo. Assim, para René Descartes, a expansão do conhecimento masculino equivalia a um violento arranjo de propriedade que fazia dos homens “senhores e possuidores da natureza”. Na mente desses homens, a conquista imperial do globo encontrava sua figura e sua sanção política na prévia subordinação das mulheres como uma categoria da natureza (p. 47)

McClintock (2010) explica que a feminização da terra – e a conseqüente territorialização das mulheres – foi uma estratégia de contenção violenta que se relaciona diretamente com os interesses econômico-políticos daquele momento e que não se separa do imperialismo imposto cuja construção de um imaginário foi necessário para convencidamente desumanizar aquele espaço e o/a outro/a na relação de subjugação.

Essa desumanização também está relacionada ao avanço capitalista sobre a terra e o território. A exploração capitalista da terra pressupõe a alienação do/a sujeito em relação a natureza transformando-a em propriedade e não mais como o espaço de reprodução da vida. Essa relação capitalista determina também sua relação com o/a outro/a e consigo mesmo. A transformação da terra em propriedade é um dos aspectos centrais dessa dominação colonizatória e a relação que se

³⁶ A expressão pertence a Crawford Macpherson. A expressão está vinculada ao empirismo inglês e à revolução inglesa-burguesa. Foi discutida de forma aprofundada na obra de Macpherson intitulada ‘A teoria política do individualismo possessivo – de Hobbes a Locke’ de 1962.

coloca entre terra/natureza e mulher: ambas, dentro do processo capitalista, tornam-se propriedade, e como tal, estão dispostas para o domínio e a exploração capitalista sobre si (KAUTSKY, 2015; MARX, 2004; MCCLINTOCK, 2010).

Essa relação se dá em todos os níveis de colonização e dominação capitalista. Primeiro, a natureza e a terra, compreendidas como esse espaço a ser destruído, assim como mulheres eram entendidas como território de exploração. Essa relação é parte da dinâmica de um sistema capitalista em expansão que para a sua acumulação depende da expropriação dos meios de produção dos trabalhadores. Essa é também uma das formas de entender a acumulação primitiva do capital: a força dispendida para forçar mulheres e a terra, incluindo recursos minerais, ao jugo do capital. Como qualquer outro movimento do capitalismo, essa não é uma marcha pacífica. O método da acumulação primitiva é violento, com o objetivo de roubar, onde, quando e quem quer seja economicamente necessário, politicamente possível e tecnicamente alcançável. Foi um método necessário contra as mulheres e a terra porque a produção de riqueza está, também, condicionada ao controle de ambas. Esse processo significou, acima de tudo, poder sobre as/os antigas/os proprietárias/os de terra e posse sobre as mulheres responsáveis pela reprodução da força de trabalho e pela procriação. As pilhagens, os roubos, as violações, os estupros e a desumanização nunca cessaram (BENNHOLDT; MIES; WERLHOF, 1988).

E isso foi ainda mais fácil para com as colônias e as mulheres que ali habitavam, fossem elas mulheres indígenas ou mulheres escravizadas. A desumanização das mulheres já era um processo praticamente completo na Europa, com mulheres brancas tidas como sujeitas inferiores, pois esse seria o local que passariam a ocupar na esfera social a partir do novo modo de produção capitalista onde o trabalho que produziam era considerado inferior e sem nenhum tipo de valor, uma vez este era agora determinado de forma monetária, e o trabalho que mulheres executavam estava fora dessa relação social monetarizada. Esse trabalho ‘sem valor’, do ponto de vista de exploração direta do capital, é o trabalho que irá também subjugar mulheres no processo colonial. Porém, sobre essas mulheres recaía ainda o ‘bônus’ de não serem brancas e entendidas, religiosamente e no imaginário do colonizador, como seres ainda mais inferiores e ‘selvagens’. Além disso, tal como no contrato do casamento onde as mulheres se tornavam propriedade do marido, a relação de escravidão é agravada nesse sentido, pela coisificação³⁷, dos homens e mulheres escravizados/as. A violência

³⁷ No Brasil, no século XIX, mulheres eram considerados/as “bens semoventes”. Gilberto Freyre, pai da errônea (e racista) teoria da miscigenação racial no Brasil, escreveu que meninas negras virgens eram vistas como o remédio para a Sífilis que os sinhozinhos carregavam. Segundo Freyre (1986): “Foram os senhores das casas-grandes que contaminaram de *lucis (sífilis)* as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda mulecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem” (p. 338). Ao adentrarmos o século XX, já na pós escravidão, a ‘coisificação’ das mulheres, especialmente mulheres negras segue sendo uma constante. Em ‘Clara dos Anjos’ de Lima Barreto, o escritor denuncia como mulheres negras ou lidas como ‘mestiças’ eram vistas como

sexual contra mulheres escravizadas não está sujeita à punição, ou julgo de má conduta, uma vez que a escrava ali violentada é propriedade de seu violador, e como tal, não mais que outro de suas posses do qual ele pode usufruir como bem entende. (FEDERICI, 2017; LACERDA, 2010; PATEMAN, 1993).

Essa relação de propriedade que recai sobre as mulheres, onde elas são a propriedade, sem terem direito a tê-la, as coloca em uma posição de inferioridade sócio-política-econômica pois a sociedade capitalista é determinada pela propriedade privada, e o sujeito de ‘direito’ é somente aquele que pode ter propriedades. Nesse sentido, a dimensão estratégica que a violência sexual assume contra os companheiros ou como retaliação à ‘honra’ do sujeito inimigo, se relaciona também com a ideia de posse que paira sobre mulheres, onde elas são entendidas como uma propriedade. Em uma sociedade em que homens e mulheres perderam os meios de produção e possuem apenas sua força de trabalho, mulheres se tornam a compensação à propriedade perdida. A instituição da propriedade privada como um dos paradigmas centrais da sociedade capitalista, destituiu os homens e tornou mulheres propriedade dos homens (FEDERICI, 2017; PATEMAN, 1993).

Carole Pateman (1993) explica como o contrato de casamento³⁸ foi deliberadamente ignorado pelos teóricos da teoria política, e como a mulher não foi considerada nos pactos do contrato social que estabeleceu o Estado burguês. Em uma sociedade em que os homens trabalhadores não possuem nada, ele é apenas dono da sua mulher e de sua prole, um pensamento de posse que atravessou os séculos e chega até os dias atuais, e que se reflete nos inúmeros casos de feminicídio que acompanhamos todos os dias. Nessa relação, a mulher se torna a coisa a ser possuída, o algo a ser desfrutado, um objeto apropriado. Em uma sociedade capitalista, como pontua Marx (2011) no primeiro tomo do capital, os seres humanos, no geral, se tornam coisas, e as coisas ganham um status de ser.

A subjugação e a coisificação do outro a partir de um processo ideológico de desumanização, cujo propósito real é a exploração econômica e a relação de propriedade ali estabelecida, é importante para a construção da hierarquia racial e seu uso na colonização. O racismo e a hierarquia racial tem como propósito material servir a mão de obra mais barata que o capitalismo pôde possuir para ampliar seu processo de acumulação primitiva, exploração das

botins de conquista para os jovens e homens ricos das cidades, numa relação de racismo condicionada justamente pela questão da propriedade, uma vez que famílias negras não a detinham, e as mulheres eram entendidas como posse masculina. A emblemática frase - “Mãe, nós não somos nada!” - que encerra o livro de Clara gritando para sua mãe negra, expressa a continuidade desse padrão nos anos 20 no Brasil. Atualmente, o padrão da ‘mulata exportação’ e objetificação de mulheres na mídia especialmente também revela a continuidade dessa objetificação.

³⁸ Sobre isso, Weber (1999), no seu debate sobre o rapto de mulheres, sugeriu que o ritual de casamento é ele próprio, muitas vezes um rapto simulado da mulher, sem que, por isso, o rapto efetivo tenha representado uma ‘fase’ na história do direito, ou um problema para o Estado.

colônias e a construção da relação de dependência e transferência de valor, das colônias para as metrópoles. Esse mesmo racismo será utilizado contra as mulheres escravizadas e sua constante violação nos grandes latifúndios ao longo de toda a América. A hierarquia racial, assim como a hierarquia de gênero, constitutiva na superioridade do sujeito branco colonizador não é apenas um elemento cultural, e sim, um elemento de demarcação de quem detém a propriedade e o poder, do Estado e o monopólio do capital, que é necessário para a solidificação da sociedade capitalista naquele momento histórico, e necessário nos dias atuais, para sua manutenção, onde a violência racista e a violência contra as mulheres continuam sendo parte das violências da qual o capital, direta ou indiretamente, lança mão para conquistar seus objetivos (FEDERICI, 2017; MIES, 2014; SHIVA, 2014, WILLIAMS, 1994).

Aimé Cesaire (1978), ao falar do colonialismo, aponta que:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizado em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção (p.25)

Cesaire (1978) discute que a colonização era um processo de coisificação dos povos colonizados. Que era, fazendo referência à forma com que o capitalismo se dava nas colônias, uma fabricação apressada de subalternos/as necessários/as às marchas dos negócios.

E essa maneira com que o capitalismo usa da violência contra as mulheres para conseguir angariar seus propósitos de acumulação é também o que configura sua natureza patriarcal. Como discutem Federici (2017), Mies (2014) e Pateman (1993) entende-se que capitalismo e patriarcado são indissociáveis, coexistem e se co-sustentam enquanto estrutura social. Sobre o patriarcado capitalista ou um capitalismo patriarcal é preciso também considerar, tal qual Heleieth Saffioti³⁹ (2015), que o patriarcado é determinado por uma hierarquia sexual e de raça, e pela desigualdade de uma sociedade de classes. Saffioti (2015) define o patriarcado como um regime em que:

as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos

³⁹ Heleieth Saffioti (1934 – 2010) foi uma socióloga marxista brasileira e militante feminista. É responsável por alguns dos grandes clássicos do feminismo brasileiro como ‘A mulher na sociedade de classes’, ‘Mulher brasileira: opressão e exploração’ e ‘Gênero, patriarcado e violência’, duas destas obras, utilizadas neste trabalho.

homens como categoria social, a sujeição das mulheres também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. (...) O importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos (p. 112).

Essa condição de vulnerabilidade criada pelas estruturas sociais são explicitadas nas relações da economia política da violência contra as mulheres através das crises sistemáticas do capital, onde a violência sexual se torna uma estratégia de expropriação contra mulheres e suas comunidades como recurso de acumulação do capital, através da precarização do trabalho, onde mulheres, expropriadas dos meios de produção/subsistência são forçadas a proletarização e ao empobrecimento generalizado na periferia urbana ou nas *plantations* agrárias, com escassos direitos trabalhistas, e condições de trabalhos análogas a escravidão. Esse processo de acumulação se dá também a partir dos conflitos sociais e armados, que tornam os corpos das mulheres um território acompanhado da destruição dos recursos naturais através do extrativismo e do latifúndio, que afetam a capacidade de sobrevivência e subsistência das mulheres, que ajudam a constituir e a sustentar uma relação de desigualdade a nível internacional. Assim, a violência sexual contra mulheres tem papel central nas relações político-sócio-econômicas que permeiam os conflitos sociais e desempenha uma função estratégica para a economia política que existe nos conflitos armados e sociais, como discutem Jacqui True⁴⁰ (2012) e Sara Meger (2016).

Nesse sentido, Rosa Luxemburgo (2002) analisa que historicamente a guerra foi um auxiliar indispensável do desenvolvimento capitalista. De acordo com Luxemburgo (2002) o capitalismo deve o seu primeiro impulso às guerras, independentemente do resultado, vitória ou derrota. Os conflitos que ameaçavam o cenário da política mundial não servem, simplesmente, para fomentar novos mercados ao capitalismo, trata-se, fundamentalmente, de exportar para outros continentes, especialmente para as regiões das antigas colônias, a divisão de classes já existente entre os europeus.

Esse antagonismo, provindo das metrópoles e nos trópicos instalada através de uma ordem burguesa colonizada, criou a degradação das condições de vida e do uso dos corpos das mulheres como um corpo território, onde o corpo é parte do território e por extensão entendido como uma anexa parte de domínio e conquista, uma propriedade. O corpo território é a expressão de um corpo e de um território que foram privatizados sob o julgo do capital, são portanto, propriedade. O corpo

⁴⁰ Jacqui True é doutora e especialista em política, Relações Internacionais e estudos de gênero. É professora de Relações Internacionais e diretora do Centro de Gênero, Paz e Segurança da Universidade de Monash. Trabalha também para o conselho de Pesquisa da Austrália e é professora associada do Instituto de Pesquisa da Paz de Oslo. Seu principal eixo de pesquisa é a economia política, e a economia política da violência contra as mulheres.

é uma propriedade, pertencente e exploradas por outrem, numa relação social em que também a terra e o território estão também apropriadas para exploração capitalista. O corpo, assim, não é apenas território de apropriação, mas tal qual a natureza e a terra na sociedade capitalista, é uma propriedade privada (KAUTSKY, 2015; PATEMAN, 1993).

Essa relação da privatização do corpo, e a relação traçada entre corpo e território a serem dominados e explorados, é parte do que caracteriza as chamadas 'novas guerras'. De acordo com Segato (2016), as novas formas de guerra são caracterizadas pela informalidade, implantadas hoje em um espaço que podem ser caracterizadas como paraestatais pois são controladas por empresas armadas com a participação de tropas tanto estatais, como paraestatais. Esses formatos de guerra são descritas por Segato (2016) como lucrativas e não convencionais, e são responsáveis por ter tornado a América Latina o espaço mais violento do planeta em termos de guerras não formalmente travadas entre Estados, mas dentro deles. Nesses conflitos, os corpos das mulheres, como os territórios, foram parte das conquistas e anexações das regiões inimigas, inseminadas pelo estupro dos exércitos de ocupação, e hoje, seguem atingidas e destruídas pelo excesso de crueldade, pilhagem até o último vestígio da vida ou a tortura até a morte. Nesse processo, o entendimento das mulheres como 'presas', ou espaços de conquista, manifesta-se tanto nas formas de destruição corporal sem precedentes, quanto nas formas de tráfico e comercialização do que esses corpos podem oferecer. Apesar de algumas vitórias no campo do Estado e do aumento da quantidade de leis e políticas públicas para a proteção das mulheres, sua vulnerabilidade à violência aumentou.

Segato (2016) destaca que os crimes contra mulheres que acontecem nesses espaços não são apenas crimes de ordem privada, como se procura fazer acreditar através das mídias tradicionais e dos entendimentos oficiais divulgados. Na verdade, são crimes de guerra com propósitos explicitamente capitalistas: a privatização da vida, domínio dos territórios, conquista de controle dos recursos naturais, expansão de economias extrativistas. As mulheres são parte desse território a ser dominado e utilizado como parte de um estrategema que visa estabelecer o terror como recurso de dominação social, a humilhação pública, a destruição dos vínculos de comunidade, a destruição aos acessos aos meios para a reprodução da própria vida. Não é, portanto, uma coincidência ou apenas um detalhe menor, que se observe atualmente o avanço indiscriminado sobre territórios indígenas e camponeses por toda a América Latina e como isso afeta a vida das mulheres. A violência sexual contra mulheres é útil para o controle político e, além disso, economicamente viável para diminuir o valor da mão de obra a partir da vulnerabilização e empobrecimento forçado das populações.

Sara Meger (2016) aponta que a violência contra as mulheres perpetuada nos conflitos, ao servir aos propósitos patriarcais da manutenção da desigualdade entre homens e mulheres e a

naturalização da violência, serve também aos propósitos políticos que estão subjacentes a seu uso nos conflitos do sul mundo, financiados pelo capital internacional, e que ajudam a sustentar uma hierarquia entre os Estados no sistema internacional que é facilitado pela exploração dos recursos materiais e através da acumulação do capital. Meger (2016) discute que essa violência contra as mulheres é uma parte constituinte da globalização da acumulação do capital, uma vez que a ordem econômica dominante requer a destruição de qualquer resistência e qualquer dissidência que contrarie sua lógica de exploração e acumulação, haja vista que não importa aos senhores do mundo destruir as resistências.

Como se observa, são mulheres os principais alvos dessa violência pois como Sara Meger (2016) explica:

a posição de vulnerabilidade social, combinada com a naturalização da violência sexual na sociedade, torna mulheres os alvos centrais dos grupos armados nas guerras contemporâneas. A violência sexual testemunhada nesses conflitos é reflexo da segmentação instrumental dos civis nas novas guerras e se provou um meio particularmente efetivo nos quais grupos armados nas guerras contemporâneas perseguem seus próprios interesses estratégicos (p. 48)

A violência sexual, segundo Meger (2016), se mostra particularmente efetiva devido à exploração das construções sociais de ‘feminilidade’ e ‘masculinidade’. Assim, o uso da violência sexual assume uma dupla função de permitir acesso para um recurso econômico e reafirmar a dominação baseada em uma hierarquia sexual. Assim, Meger (2016) explica que da perspectiva da economia política a violência contra as mulheres e a violência sexual no conflito armado é fortalecida, ideológica e materialmente, como um recurso estratégico, financiado por interesses político-econômicas que visam ampliar o seu poder e aprofundar o padrão centro-periferia no sistema internacional, e a subordinação das mulheres e a desigualdade social e política entre homens e mulheres e a exploração da violência naturalizada, a nível também internacional.

Silvia Federici (2002) coloca que a guerra segue na ordem do dia pois a nova configuração de forças trazidas pela globalização precisa destruir qualquer atividade econômica ou instituição política que não favoreça a acumulação capitalista, e esse processo de destruição é também em si mesmo violento. O recurso da violência é fundamental para o processo de acumulação. Na globalização desse processo, há muito de continuidade e avanço do sistema colonial, explica Federici (2002), onde permanece o padrão de transferência de riqueza da periferia para o centro através da instalação de programas econômicos de privatizações, liberalização de mercado e perda da propriedade intelectual. Nesse mesmo sentido, Sara Meger (2014) explica como o crescimento

do capital requer uma produtividade cada vez maior com custos de produção cada vez menores, bem como acesso contínuo às matérias-primas necessárias para o processo de produção. Não é por acaso que os conflitos nos países subdesenvolvidos coincidam historicamente com a ascensão da globalização capitalista. Pelo contrário, a violência está intimamente relacionada ao projeto de ‘desenvolvimento’ que tanto prejudica os povos.

Silvia Federici (2013) explica que o objetivo principal da globalização é fornecer ao capital controle total sobre o trabalho e os recursos naturais e, para esse fim, deve expropriar os trabalhadores de qualquer meio de subsistência que lhes permita resistir a um aumento na exploração. Essa expropriação não é possível sem um ataque sistemático às condições materiais de reprodução social e contra os principais sujeitos deste trabalho, que na maioria dos países são mulheres. Por isso, explica Federici (2013), a globalização em qualquer uma de suas facetas - ajuste estrutural, liberalização do comércio, guerras de baixa intensidade - é essencialmente uma guerra contra as mulheres, uma guerra especialmente devastadora para as mulheres dos países do sul mundo e, por extensão, toda a classe trabalhadora desses países. Nesse sentido, os Estados do sul do mundo se encontram em desvantagem – dependentes do capital internacional, estão constantemente fadados à exploração sem escrúpulos que requer a acumulação do capital, o que frequentemente leva ao conflito. Isso ocorre através de redes de poder relacionados à economia política internacional que conecta grupos armados com o mercado internacional e possibilita através desse contato, intermediado através do enfraquecimento premeditado dos Estados e financiamento ilegal, a exploração de recursos naturais e commodities vendidas no mercado internacional, como discute Sara Meger (2016).

Assim, desde a colonização, o progresso dos grandes homens - europeus - baseia-se na subordinação e exploração de suas próprias mulheres, na exploração e matança da natureza, na exploração e subordinação de outros povos e suas terras. Portanto, a lei desse ‘progresso’ é sempre contraditória e não evolutiva: progresso por alguns meios, retrocesso por outros; ‘Evolução’ por alguns meios, ‘involução’ por outros; ‘Humanização’ por alguns meios, ‘desumanização’ por outros; desenvolvimento de forças produtivas por alguns meios, subdesenvolvimento e retrocesso para outros. A riqueza para alguns implica na pobreza para outros. O modo de produção de um patriarcado capitalista predatório constitui relacionamentos não-recíprocos e exploradores. Dentro desse relacionamento, não há progresso geral para todos, não há possibilidade de desenvolvimento para todos, como debate Maria Mies (2014).

Silvia Federici (2013) explicita que esse desenvolvimento afetou, em graus variados, todas as populações do planeta. A nova ordem internacional é definida por Federici (2013) como um processo de recolonização. Longe de comprimir o planeta em uma rede de circuitos

interdependentes, ele foi reconstruído como um sistema de estrutura de pirâmide, estabelecendo e produzindo as desigualdades e a polarização social e econômica que historicamente caracterizaram o sistema. Esse ponto estratégico para a acumulação primitiva foi moldado pelo mundo colonizador, pelas plantations e pela escravidão, historicamente a origem do sistema capitalista.

A partir dessa compreensão, o Estado só pode ser compreendido como cúmplice da apropriação dos corpos das mulheres e da violência estabelecida sobre os mesmos. A usurpação de territórios e espaços comunais exigido pelo imperialismo globalizado estabeleceu sobre mulheres um empobrecimento generalizado, onde, com a perda da capacidade para a reprodução da própria vida, elas acabam ainda mais submetidas ao jugo do capital. Essa cumplicidade do Estado com essa violência é observada e denunciada no conflito colombiano tratando-se da violência contra as mulheres. O desprezo histórico do Estado para com as mulheres e sua relação de cumplicidade com os interesses da burguesia é um vício de formação. O Estado, tal como o conhecemos, existe justamente para a manutenção dos interesses do capital⁴¹, como o comitê central da burguesia, como apontou Marx (2010). O não reconhecimento da violência é parte do limite que compõe esse Estado. Carole Pateman (1993) discute os limites desse Estado ao apontar a exclusão das mulheres no ato que cria a sociedade civil e como essa exclusão não é levada em consideração para a formação social. Pateman (1993) aponta que a separação do espaço público do espaço privado, que relegou a mulher ao segundo espaço, estabeleceu que os problemas que atingem mulheres não fazem parte da esfera pública, e portanto, são um problema da esfera sob domínio ‘paterno’, ou, patriarcal. O Estado moderno, criado sob o paradigma do Contrato Social e dos direitos individuais, tanto quanto foi constituído para legitimar a exploração da classe trabalhadora, também não levou em consideração as mulheres, e estabeleceu a diferença sexual enquanto uma diferença política, que veio a tornar mulheres mães e esposas, eventualmente escravas, e propriedades dos homens. Portanto, uma sociedade civil e um Estado construído sob este paradigma não levará em consideração denúncias de estupro, sejam eles violentos, sejam eles maritais, sejam eles utilizados como recursos de guerra, pois os corpos e as vontades das mulheres não lhes pertencem num mundo determinado pelo patriarcado capitalista.

É isso que explica o não-reconhecimento da violência contra as mulheres, que como já discutido, aconteceu apenas na segunda metade do século passado. Entretanto, mesmo quando debatida, a violência sexual ainda foi – e é - considerada um problema de cunho privado, como

⁴¹ E não são mulheres que historicamente, detêm o capital. Na lista da Revista Forbes (2019) na lista dos 20 bilionários do mundo no ano de 2019, 2 eram mulheres. Ter 2 mulheres na lista não é um dado a ser celebrado, especialmente no ano com o maior índice de pauperização no mundo desde a década de 90 e alto nível de concentração de renda, mas serve para observar o gênero daqueles que detêm o monopólio do capital, e portanto do poder, no mundo.

afirma Pateman (1993). Rhonda Copelon⁴² (1995), discute a dificuldade de se conseguir o reconhecimento de que a violência contra as mulheres de todos os tipos é uma questão de direitos humanos e, portanto, uma questão de responsabilidade do Estado e do sistema internacional, pois a violência contra as mulheres tem sido tradicionalmente compreendida como um assunto privado, e não como uma questão que deva ser tratada e resolvida como uma questão pública. É assim que a violência sexual acaba não sendo entendido na complexidade do conflito, como parte das relações de poder e controle ali estabelecidas, mas, senão, apenas como um espólio de guerra e, portanto, o Estado acaba assim desresponsabilizado na relação de violência exercida contra as mulheres, como aponta Copelon (1995).

Essa falta de responsabilização do Estado frente às violências contra as mulheres, não pode ser enxergada uma exceção uma vez que o Estado liberal capitalista é marcado pela desigualdade entre homens e mulheres e a violência é parte central de toda a configuração capitalista, como se pode observar na história, com as torturas e mortes de mulheres no período de caça às bruxas na Europa e na colonização. A violência, como um todo e, por extensão, a violência contra as mulheres, é componente do Estado capitalista, porque o capital precisa usar da violência para manter subordinada a classe explorada, e o Estado e suas forças são responsáveis por essa manutenção através da ordem violenta e do monopólio da violência que impõe contra estes e da jurisdição que constrói para beneficiar especialmente a classe proprietária. Na América Latina, a violência do Estado se dirige principalmente contra mulheres, pobres, negros/as, população LGBT, que além de serem as principais violentadas/os, é também a parcela da população do continente majoritariamente proletarizada (ESTRADA, 2015; MARX, 2011; PATEMAN, 1993; SEGATO, 2014).

A violência empreendida contra mulheres é parte de uma estratégia de progresso capitalista que beneficia os setores mais interessados na acumulação do capital, e parte de um imperialismo que desde sempre avança contra o sul do mundo, e contra mulheres, como explica Segato (2016), em uma relação que a violência torna-se banalizada. Dessa forma, em um cenário de conflito, a violência sexual atende à manutenção não apenas da dominação sexual do homem sobre a mulher, mas a uma dominação social e militar, da classe dominante contra a classe subordinada e despossuída. A violência sexual como manifestação de dominação e poder expressa-se na guerra de maneira tão naturalizada quanto os próprios papéis de gênero, uma vez que a mulher é vista como um ser passível de ser ‘dominada’. Há uma naturalização das diferenciações e papéis estabelecidos

⁴² Rhonda Copelon (1944-2010) foi uma teórica, advogada e ativista judia norte-americana. Copelon discutiu temas referentes ao estupro e seu uso na guerra e fundou a clínica internacional de direitos humanos das mulheres, responsável por levar e vencer os primeiros casos de violência de gênero aos tribunais americanos e por oferecer consultas sobre direitos das mulheres.

de gênero, e estes se petrificam em relações desiguais e violentas, especialmente contra mulheres. Presente junto à condição feminina, está também a condição de raça/etnia, consequências da colonização. A violação das mulheres, a criminalização e a marginalização dos povos indígenas e afro-colombianos são também fenômenos importantes para os sistemas/as potências coloniais nas quais os processos de ‘racialização’ e ‘sexualização’ dos corpos femininos logicamente se convertem em violência sexual quando o conflito está estabelecido (FALCÃO, 2014).

Sara Meger (2016) aponta que para se entender a complexidade da violência sexual como um recurso estratégico na guerra, para além das determinações individuais, é necessário entender o conflito armado como parte de uma estrutura global, economicamente desigual e misógina. Entender os interesses e as relações de poder que compõem a violência sexual em situações de conflito armado é necessário para não se cair em estereótipos de gênero ou apenas na vitimização das mulheres, compreendendo a violência de forma atomizada e individualizada sem perceber as relações sociais e históricas que estão por trás. Para Meger (2016), a violência sexual que ocorre nos conflitos contemporâneos é parte de relações sócio-político-econômicas estruturadas por uma estrutura internacional neoliberal, e que precisa ser compreendida a partir da relação entre normas locais determinadas pelo gênero, globalização neoliberal e a economia política do próprio conflito.

Maria Mies (2014) expõe que a violência contra as mulheres é funcional para um processo de acumulação capitalista que também se baseia na dominação e na exploração produzida por uma hierarquia de gênero, parte da economia global capitalista. Não apenas a violência, na sua forma explícita, mas também nas formas não compreendidas como violência - como toda a exploração do trabalho feminino, a pobreza e a vulnerabilidade social das mulheres, também são funcionais ao sistema. É preciso considerar então a superexploração do trabalho feminino a partir de uma divisão sexual do trabalho que não remunera o trabalho reprodutivo feminino, responsável pela manutenção e reprodução de nova força de trabalho.

Essa condição também se relaciona com a baixa remuneração conferido ao trabalho feminino no chamado mercado formal de trabalho, onde mulheres, especialmente as mulheres trabalhadoras do sistema periférico capitalista, estão majoritariamente localizadas em postos precarizados de trabalho. Junto a essas violências que colocam mulheres em situação de vulnerabilidade social e de um empobrecimento generalizado, somam-se as violências mais drásticas tais como os deslocamentos e migrações forçadas, o estupro como arma de guerra, a exposição ao tráfico internacional de mulheres e a exploração sexual que também são parte desse processo de vulnerabilização.

Vânia Bambirra⁴³ (1971) aponta que a redução da mulher a uma categoria de objeto nunca foi tão utilizada por um sistema como no sistema capitalista, mesmo com todas as ‘conquistas’ no campo jurídico com algumas garantias de direitos. É por isso, afirma Bambirra (1971), que os defensores do sistema burguês não possuem autoridade política, social, ou moral para darem a si mesmos o título de defensores das mulheres.

Diante disso, recupera-se Saffioti (2015) quando ela aponta que:

(...) não basta que uma parte das mulheres ocupe umas posições econômicas, políticas, religiosas, etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades pelas quais é responsável a sociedade. (p. 114)

A violência estrutural contra mulheres é parte, portanto, de uma estrutura política-econômica capitalista que usa dos corpos das mulheres, sua capacidade reprodutiva e sua forma de trabalho de forma exploratória e abusiva, perpetuando as hierarquias de gênero, a manutenção de uma sociedade de classes e as relações centro/periferia no sistema internacional, cuja continuidade persistirá enquanto persistirem as relações capitalistas de exploração e dominação, e as relações centro periferia.

Assim, buscando analisar centro-periferia e os conflitos no sul do mundo consequência dessa relação capitalista de exploração e colonização, analisar-se-á a Colômbia e seu conflito. O próximo capítulo tratará do histórico geral do conflito armado colombiano onde a violência sexual foi utilizada como estratégia de guerra.

⁴³ Vânia Bambirra (1940-2015) foi uma cientista política e economista marxista brasileira. É um dos principais nomes da Teoria Marxista da Dependência.

3. O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO (1920-2016): interpretação histórica

Os debates acerca do conflito armado⁴⁴ na Colômbia motivam-se especialmente pela expressiva violência e número de mortes ocasionados ao longo dos mais de 50 anos de conflito, o que o classifica como o mais sangrento da história contemporânea da América Latina, como aponta o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013). As proporções da violência letal registram que mais de 220 mil pessoas foram mortas entre 1985 e 2012, contabilizadas apenas as mortes efetivamente registradas pelo Estado⁴⁵. O número registrado é avassalador uma vez que a quantidade de mortos representa o desaparecimento da população de cidades inteiras do país de acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013). Nesse contexto, o conflito é especialmente marcado pelo uso da violência sexual contra mulheres como uma estratégia de forma a usar o estupro, entre outras violências sexuais como a prostituição forçada, especialmente para conseguir controle e domínio sobre as terras, aterrorizar comunidades no interior do país coagindo-os ao deslocamento forçado, e também como forma de controle social. A violência sexual é também um dos fatores mais marcantes e presentes do conflito, como aponta a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2016).

A questão agrária é considerada como o fator central do conflito armado colombiano. Segundo a Oxfam (2017), a Colômbia é um dos países com o maior número de concentração de terras da América Latina sendo que 81% das terras, majoritariamente produtivas, pertencem a 1% ou menos da população do país colombiano. Segundo Dario Fajardo (2015) esta questão está associada com as usurpações de terras de camponeses e indígenas, apropriações indevidas de terras públicas do Estado e a imposição privada de arrendamentos e outras cobranças para o acesso a estas terras, o que muitas vezes ocorre com o suporte de agentes estatais. Estas situações acontecem de um modo generalizado, configurando o compromisso do Estado com a burguesia e os latifundiários, expressos em decisões políticas acerca da ocupação do território e a alocação de direitos sobre o mesmo.

⁴⁴ Adota-se aqui o termo ‘conflito armado’ por ser a definição central utilizada pelas principais referências aqui utilizadas como o Centro de Memória Histórica da Colômbia, a Ruta Pacífica de Las Mujeres, e autores/as como Dario Fajardo e Lina Céspedes-Báez, por exemplo, para se referir ao conflito interno da Colômbia.

De acordo com as Convenções de Genebra, a forma do conflito armado colombiano seria definido como um ‘conflito armado não internacional’, entendido como o conflito intra Estado realizado por grupos armados, não governamentais em conflito contra um governo, e/ou parcelas da população. Dentro dessa definição estão contidas as expressões, também utilizadas nesse trabalho, de ‘conflito armado interno’ e ‘guerra civil’.

⁴⁵ Um dado que segundo a própria comissão de memória histórica da Colômbia (2013) e Hernando Calvo Ospina (2010) precisa ser questionado, uma vez que a maioria dos massacres e assassinatos não foram de fato registrados mas sim acobertados pelo governo, uma vez que vários desses crimes foram cometidos pelo próprio Estado colombiano e suas lideranças políticas e apoiadores.

Estas decisões beneficiaram os grandes proprietários de terras e agroexportadores, os principais interessados no controle da terra e de seus trabalhadores. Ao longo de várias décadas, o que se observou foi o fortalecimento de políticas e leis de concentração da propriedade e exclusão dos setores mais vulneráveis, com efeitos negativos e diversos para toda a sociedade, cuja consequência pôde ser observada no aprofundamento e na extensão do conflito social armado, como descreve Dario Fajardo (2015).

O Centro de Memória Histórica (2013) enfatiza a necessidade de reconhecer que a violência que a Colômbia vive durante décadas não é simplesmente uma soma de fatos, vítimas ou atores armados. É uma violência sócio-política, produto de ações intencionais que se inscrevem principalmente em estratégias políticas e militares e se estabelecem a partir de complexas alianças e dinâmicas sociais. Desta maneira, para entender o conflito podem ser identificadas muitas responsabilidades políticas e sociais sobre o que vem acontecendo.

Hernando Calvo Ospina (2010) aponta que os problemas na Colômbia têm origem em sua colonização - um mal do qual todos os países da América Latina padecem. Ospina (2010) explica como os processos coloniais tornaram o país, antes a chamada Grancolômbia que englobava outros países tal qual a Venezuela, num local de disputa entre as elites locais e estrangeiras pelo domínio do território, que permaneceu mesmo após a independência do jugo dos espanhóis. Apesar da luta popular empenhada por Simón Bolívar, seu projeto de uma América Latina unida acaba vencida pelas classes dominantes locais e estrangeiras, e o controle das terras acabou nas mãos de latifundiários e de uma burguesia crioula⁴⁶ herdeira dos antigos poderes coloniais. Mesmo sob o discurso de libertação do centro colonial, que havia guiado a burguesia local em seu propósito emancipatório, inclusive após a fragmentação da Grancolômbia em distintos países dando origem à Colômbia, os estreitos laços com a colônia seguiram. Persistiu através das conexões econômicas e políticas, mas também no *modus operandi* da vida política e social do país. Essas relações de submissão ao império que colocaram a Colômbia, assim como o restante da América Latina, na condição de dependência na qual existem.

Com a chegada do século XX, aponta Fajardo (2015), o país tentava adentrar o mercado internacional a partir da exportação de bens primários como café, e minérios como a borracha. Tais atividades econômicas enriqueceram especialmente burgueses e latifundiários do país, que através do Estado trabalhavam para a aprovação de leis que dificultavam o acesso a terra e a manutenção

⁴⁶ Elite Creoula diz respeito aos filhos de espanhóis com os/as sujeitos/as locais na América Espanhola. Estes possuíam terras e posses porém não eram considerados, ou respeitados socialmente, da mesma forma que os Espanhóis, tampouco gozavam das mesmas posições e influências políticas. Com a 'libertação' das colônias, assumiram o protagonismo político, e o poder nas colônias recém libertas.

das pequenas propriedades rurais, aumentando a concentração da propriedade agrária e ampliando a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dario Fajardo (2015) explica que durante as décadas de 20 e 30 houve manifestações no país envolvendo os escassos direitos trabalhistas para os/as trabalhadores/as urbanos empregados por empresas estrangeiras, e a destruição desses postos de trabalhos impactados pela crise de 29. Também houve tensões sociais com a população campesina e indígena que desde o início do século XX se via afetada pelo avanço do latifúndio agroexportador e pela economia extrativista em seus territórios⁴⁷. Calvo Ospina (2010) explica que ao longo de toda a primeira metade do século XX a hegemonia conservadora o país, aliada a interesses estrangeiros, se valeu do aparato estatal e de forças mercenárias locais para reprimir a revolta popular contra as leis e demais ações que precarizavam a vida da população. Ameaças tornavam-se frequentes, especialmente no interior rural do país, e mortes de lideranças políticas, rurais e sindicalistas, se tornaram comuns, embora pouco noticiadas.

Sergio de Zubíria (2015) discute que durante essas décadas do início do século XX organizaram-se sindicatos ilegais e deu-se início a uma revolta indígena contra as forças repressivas do Estado, as desapropriações forçadas e contra a exploração dos recursos do país por interesses externos. Agravava-se, portanto, uma tensão entre as classes dominantes, composta pela burguesia, latifundiários e a cúpula da igreja católica, e a classe trabalhadora, que se organizava em torno de setores progressistas, como alguns sindicatos, movimentos sociais e movimentos campesinos.

Essa tensão foi agravada em um momento conjuntural de crise internacional, a crise de 29 e as tensões políticas na Europa que já anunciavam uma nova guerra. A Colômbia acabou afetada por conta do modo subordinado com que a sua economia se integrara ao mercado externo. O preço de seus produtos agrários produzidos para a exportação era determinado nas bolsas internacionais que haviam ‘quebrado’, e a presença de multinacionais começara a diminuir, assim como seus investimentos no país, como explicou Zubíria (2015). Assim, através de um movimento popular organizado e outras frentes progressistas, o partido liberal venceu o partido conservador nas eleições de 30, fazendo avançar algumas pautas populares. O avanço das pautas incluíram a estabilidade dos direitos dos campesinos sobre suas propriedades, a reversão para o Estado das terras roubadas pelo latifúndio que estavam sem uso, como explicou Fajardo (2015).

Essa agitação social crescente, que elegera o partido liberal, traduzia a instabilidade do equilíbrio na ordem social. Algumas centenas de camponeses/as e operários/as tinham perdido seus postos de trabalho em decorrência da crise mundial e lançaram-se à ocupação de fazendas em

⁴⁷ Dario Fajardo (2015) relata que em 1903 a população indígena já havia se rebelado contra a degradação de seus territórios, a super-exploração e o trabalho forçado a qual se viam submetidos por uma empresa estrangeira parte da economia da borracha, rebelião essa que acaba em massacre da população indígena envolvida.

diferentes regiões do país. Essas ocupações fortaleceram a radicalidade popular, e fez com que o regime agrário dominante, do latifúndio e das monoculturas para exportação, viesse a estar ameaçado por uma reforma agrária popular. Os proprietários de terras exigiram então que as autoridades locais respondessem às mobilizações, despejando e prendendo os revoltosos, o que acarretou em ferimentos e mortes tanto de camponeses quanto de forças policiais, agravando ainda mais as tensões. O esgotamento da hegemonia conservadora desencadeou uma série de revoltas centradas na questão agrária, que acabaram aglutinadas em torno de forças políticas que se fortaleciam a partir das demandas sociais pungentes⁴⁸.

As lutas desencadeadas reivindicavam direitos que até então não haviam tido espaço nos debates públicos. Avançou-se, assim, em debates como os direitos das mulheres, seus direitos de acesso à terra, e a questão da violência contra as mulheres. De acordo com a *Defensoria del pueblo* (2014) este foi também um momento em que as mulheres se organizaram nas lutas camponesas e operárias. Nesse momento, surgiram lideranças históricas da luta feminina como María Cano, *la flor del trabajo*, que liderou operários mulheres e homens em greves, espalhou ideias revolucionárias socialistas, lutou pelos direitos civis das mulheres, foi uma das cofundadoras do partido socialista no país e lutou por melhores condições de trabalho para mulheres e aumento de seus salários, defasados em relação aos salários masculinos. Também destacaram-se os esforços de mulheres como Josefa Blanco e Petrona Yance, que ergueram as mulheres em meio às lutas agrárias. Embora a participação das mulheres durante as greves fosse principalmente um apoio logístico, essas duas lideranças assumiram o desafio de ocupar espaços historicamente liderados por homens, como a espionagem e a vigilância.

Nesse contexto, as mulheres rurais uniram-se às demandas gerais feitas pelos camponeses, isto é, como sujeitas políticas pertencentes ao movimento camponês. Paralelamente, pela primeira vez na história recente da Colômbia, no final dos anos 20, as mulheres indígenas tiveram sua primeira aparição no cenário político nacional através das lutas indígenas lideradas por Quintín Lame, através da publicação em 1927 do manifesto sobre os direitos das mulheres indígenas na Colômbia, como apontou a *Defensoria del pueblo* (2014).

A *Ruta Pacífica* (2013) explica que por se envolverem nas lutas políticas, mulheres passaram a ser alvos de políticas de repressão através da violência física e/ou sexual. Mesmo com sua participação política, elas foram desde os primeiros momentos do conflito na Colômbia parte da população mais afetada pelos antagonismos de classe, especialmente no espaço rural. Embora nesse momento houvesse progressos em termos de leis para os direitos das mulheres, como o direito a

⁴⁸ Foram os casos da *Unión Nacional Izquierdista Revolucionaria* (UNIR) liderada por Jorge Eliécer Gaitán, o Partido Agrario Nacional (PAN) e o Partido Comunista.

posse da terra que se torna lei nesse período, efetivamente, nenhuma se concretizou na vida das mulheres, mesmo durante o período de governos progressistas.

Dario Fajardo (2015) explica que o enfraquecimento da economia resultante da redução dos investimentos externos e da crise no campo, foi causado pelas dificuldades de exportação dos produtos agrários produzidos no país, tornando necessário reorganizar a agricultura e fortalecer a indústria nacional. Essas tarefas foram levantadas com a perspectiva de uma ampla inclusão social da classe trabalhadora e camponesa. Para tornar tal projeto viável, o governo promoveu processos de organização de trabalhadores e camponeses, setores sociais em cujas mobilizações o triunfo do partido liberal fora catapultado. Esse momento teve seu ápice com a lei⁴⁹ que forneceu garantias estatais para a formação de ligas e sindicatos agrícolas, um possível interlocutor político, destinado a fortalecer o liberalismo. Um fortalecimento que não significou a diminuição da desigualdade econômica, e nem de longe ameaçou mexer nas raízes da sociedade dividida em classes: a propriedade privada. Significou apenas que as classes proletarizadas agora tinham alguns direitos civis e políticos que não possuíam sob a hege de um governo conservador.

Com os avanços dos liberais, as tensões se aprofundavam. Dentro das classes dominantes, entre o latifúndio e uma burguesia urbana que tentava se industrializar, e entre a classe dominante e a classe trabalhadora e camponesa que agora tinha um mínimo de garantias formais sob o governo liberal. Zubíria (2015) aponta que este momento constituiu um processo de mudança política interna, uma vez que devido à crise internacional que tornou obsoleta a base econômica da Colômbia, os capitalistas do país precisaram procurar outros ramos de negócio, o que fez a industrialização do país decolar, dando início a um processo de urbanização, ‘modernização’⁵⁰ social e cultural do país, que determinou também um outro funcionamento político, agora liberal e modernista, conseqüente das mudanças estruturais em que o país se encontrava. A década de 30, como explica Fajardo (2015), é a década com o maior número de reformas. Os marcos legais e políticos estabelecidos visavam acalmar os protestos camponeses e estabilizar as condições econômicas e políticas no campo. Por outro lado, a ação política do governo pretendia capturar os camponeses dentro das estruturas partidárias do liberalismo, através do apoio oficial a organizações sindicais e sua mediação favorável em greves. Essa política ampliou a base social do liberalismo junto a parte dos trabalhadores e criou um racha na união entre trabalhadores do campo e trabalhadores urbanos uma vez que as políticas trabalhavam de forma contida com a incorporação de camponeses nas transformações do país e mantinham a estrutura da propriedade agrícola concentrada.

⁴⁹ Lei 83 de 1931.

⁵⁰ Aspas minhas.

O reacionarismo⁵¹ aos avanços liberais fez com que as propostas de modernização do Estado, das relações de trabalho e do acesso à terra encontrassem seus limites nos setores dominantes. Nesse contexto, surgiu a ala reformista do partido liberal, que se opunha a medidas radicais de transformação social e abriu diálogo e proximidade com as classes dominantes e conservadoras do país. Em pouco tempo, tornaram-se a majoritária do partido liberal, restringindo a ala mais progressista a um reformismo formal. Assim, com a capacidade de mobilização da ala reformista do partido liberal, a oposição conservadora conseguiu bloquear os avanços sociais. Uma reconfiguração das relações sociais e políticas, mesmo sob os termos moderados propostos pelos reformadores, foi inaceitável para aqueles que mais se beneficiavam da estrutura de poder vigente, o que agravou o clima político no país, como explicou Dario Fajardo (2015). Ospina (2010) aponta que, em que pese os avanços das lutas dos camponeses, indígenas e sindicatos, e na busca por um outro projeto de país, também aceleraram-se os passos da burguesia e dos latifundiários.

Como Fajardo (2015) explica, a ofensiva conservadora vinha se articulando com a ala mais reformista dos liberais e ambos se fortaleciam com o apoio da cúpula da igreja católica que tampouco ansiava por avanços mais radicais, como as propostas de uma reforma agrária popular ou o direito da propriedade da terra para mulheres. Diante disso, políticos como Jorge Gaitan⁵² cresciam nos setores populares por criticar as medidas reacionárias de seu próprio partido. Jorge Eliézer Gaitan (1903-1948) destaca-se nesse período justamente pelas suas defesas dos setores mais populares e desfavorecidos do país, e por defender pautas como a reforma agrária e direitos trabalhistas. Gaitan encarna a possibilidade de uma mudança radical na Colômbia, e passa a ser entendido como um líder de massas que nesse momento se fortalece como figura política, especialmente nos setores rurais e proletarizados das regiões urbanas, e seus seguidores passam a ser classificados como gaitanistas.

Alfredo Molano (2015) discute que as classes dominantes do país buscaram se fortalecer politicamente e expandir seu poderio militar com a compra de armas durante o período em que, oficialmente, não eram governo. A derrocada do projeto liberal se deu então justamente porque não podiam romper com os grandes latifundiários do país e com uma burguesia conservadora. Molano (2015) explica que a lei de terras de 1936 marca esse momento em que volta a ficar óbvio que as classes dominantes jamais saíram do poder, apesar dos governos progressistas. Mesmo sendo uma

⁵¹ Reacionarismo ou Reacionário é o oposto de Revolucionário. Diz respeito a movimentações políticas que trabalham contra mudanças sociais e/ou o avanço de uma possível revolução ou reformas radicais, e lutam pela manutenção do status quo ou a volta de antigos regimes ou antigas políticas.

⁵² Jorge Eliécer Gaitán Ayala (1903-1948) foi político, líder de um movimento socialista na Colômbia, chegou a ser ministro da Educação e também ministro do Trabalho, foi prefeito de Bogotá sob a ascensão do partido liberal e um dos líderes mais carismáticos, e também dos mais radicais, do Partido Liberal. Foi assassinado a mando dos latifundiários colombianos em 1948, um dos assassinatos considerados como um marco de violência e emblemático na história da Colômbia.

medida tomada pelos liberais, a lei 200 de 1936 cujo objetivo era falar sobre a função social da terra assumiu uma posição dúbia diante do conflito agrário no país. A lei buscava tratar sobre as propriedades agrárias, e a divisão das terras, especialmente as terras produtivas do país.

Já nesse período, as terras produtivas estavam majoritariamente sob o comando do latifúndio, muitas não utilizadas, além de que apenas uma pequena parcela dessas terras era utilizada para a produção de alimentos. Além disso, terras públicas acabavam constantemente apropriadas pelos latifundiários. Os camponeses entenderam a lei como um ponto inicial para a recuperação e tomada de terras apropriadas pelo grande latifúndio. Os latifundiários a compreenderam como o direito de defender a qualquer custo suas propriedades. Jorge Gaitan chamou a lei de apenas mais uma lei de ‘papel’ que um vento qualquer levaria.

Junto a essa conjuntura interna e afetada pela crise internacional, pela guerra civil espanhola e pela segunda guerra mundial, a Colômbia aprofundou sua própria crise. A propaganda anticomunista e o fortalecimento dos conservadores junto a uma parte dos liberais agravaram as tensões sociais de forma violenta no país. É nesse momento, em 1948, que ocorre o assassinato de Jorge Gaitan, um dos episódios que demarcam o início do conflito civil colombiano. Embora não fosse um revolucionário, mas sim um liberal, Gaitan era visto como um líder de massas para a maior parte dos setores populares na Colômbia, seu assassinato marcou a derrota do liberalismo, especialmente de um liberalismo de esquerda reformista cujas conciliações tornaram-se insuficientes para as classes hegemônicas do país. Esse momento também marca a derrocada de projetos populares acerca de direitos trabalhistas, soberania, e uma possível reforma agrária popular. A igreja e poderosos grupos financeiros e empresariais, especialmente petroleiros, foram implacáveis contra o povo. A polícia, os guardas civis armados e tendências partidárias conservadoras dentro do Exército foram instrumentos utilizados pelo Partido Conservador cercou o Liberal. Gaitan foi acusado de ser um comunista mascarado. Centenas de liberais, gaitanistas ou camponeses suspeitos de serem apoiadores de Gaitan, foram mortos por apoiadores e líderes do Partido Conservador. O assassinato de Gaitan serviu para perseguir e criminalizar qualquer protesto. A década de 50 chegou marcada justamente com sangue, não apenas de Gaitan, mas também de lideranças camponesas, sindicalistas, camponeses e trabalhadores. A burguesia conservadora voltou ao governo sob o poder das armas apontadas, sejam elas das forças oficiais ou dos capangas e milícias privadas, diretamente contra camponeses/as, trabalhadores/as, mulheres e indígenas do país (FAJARDO, 2015; MOLANO, 2015; OSPINA, 2010).

De acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) após o assassinato de Gaitan dezenas de protestos populares que ficaram conhecido como ‘*El Bogotazo*’ eclodiram por toda a capital e outras regiões da Colômbia. Grupos armados foram formados dentro dos partidos

políticos com diferentes níveis de organização: por um lado, a polícia *chulavita* e *Los aves* (assassinos contratados), a serviço do governo conservador e repressor; por outro, guerrilheiros liberais e as autodefesas comunistas. O confronto político bipartidário foi se radicalizando e degradando até o ponto em que se tornaram comuns os massacres, assassinatos, violências sexuais, desapropriação de comunidades campesinas e outros atos violentos com os quais se buscava subjugar o adversário político. Também se registraram nesse período atos de violência macabros, como o desmembramento de pessoas vivas, exposições de cabeças decepadas e a dispersão de partes do corpo pelas estradas rurais. Esses acontecimentos determinam o início do conflito e imprimem sua marca registrada àquele período que é geralmente chamado de *'la violencia'*⁵³, um nome genérico que expressa a naturalização desse fenômeno na história da Colômbia, como explicita o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013).

É nesse momento que emerge o terrorismo de Estado na Colômbia, que virá a ser uma das características centrais do Estado colombiano. O terrorismo de Estado é caracterizado por serem especialmente os aparatos estatais, como suas forças armadas, a polícia e demais militares, as chamadas forças oficiais do governo, que serão responsáveis pela violência, assassinatos, perseguições e massacres no país. O terrorismo de Estado que é responsável por valas comuns de camponeses e proletários rurais, lideranças políticas, sindicalistas, e violência sexual contra as mulheres, foi também fortalecido pelo apoio internacional dos Estados Unidos (OSPINA, 2010).

Os anos que se seguem, de acordo com Dario Fajardo (2015), estão constituídos por um *continuum* de violência, o reestabelecimento da frente nacional conservadora no governo e o desenvolvimento econômico no país. O governo colombiano precisou enfrentar em meio a essa conjuntura conflituosa a reorganização da vida nacional, tarefa com a qual a nova estrutura política precisava lidar em um contexto de reduções na renda das exportações que dificultavam a importação de bens necessários para o desenvolvimento agrícola e manufatureiro. Requisitos foram atendidos de alguma forma com os excedentes agrícolas fornecidos pelos Estados Unidos através de um acordo⁵⁴. Em meio a essas circunstâncias, o país avançou rumo a um crescimento econômico, baseado na concentração de renda e de terra, que pôde se constituir a partir de uma oferta abundante de mão de obra barata e terras usurpadas, que se deu através do conflito com a destruição de

⁵³ De acordo com Daniel Pécaut (2015) *'la violencia'* começa em 1946, após a eleição do conservador Mariano Ospina Pérez. Em 1947, ele já havia produzido cerca de 14.000 mortos. Mas, como a violência anterior de 1930 havia mostrado, qualquer tipo de alternância era portadora de confrontos sangrentos e os departamentos mais afetados foram os mesmos que foram afetados quinze anos antes. Pode-se pensar, então, que essas são apenas formas tradicionais de violência. Mas essa alternância ocorre em um momento especial: o surgimento de uma mobilização populista sem precedentes, atrás de Gaitán; e uma contra-mobilização que reivindica um fundamentalismo católico, por trás de Laureano Gómez. Desde então, a violência é exacerbada: em 1948 atinge cerca de 43.000 mortos, em 1950 mais de 50.000.

⁵⁴ O acordo com os Estados Unidos é possível através da Lei 480 de 1953.

comunidades inteiras e a expropriação dos sobreviventes (10% da população) de terras e patrimônios.

É a partir da implementação dessas políticas, que usufrui das expropriações de comunidades campesinas e povos originários, que se fortalece o crescimento econômico nesse período pós década de 60. Nesse processo, Fajardo (2015) explica que há uma aceleração da acumulação de capital, ou seja, um enriquecimento rápido e altas taxas de lucro para a burguesia e renda da terra para o latifúndio; é possível uma associação da velocidade do crescimento econômico ao período de turbulência e violência que o acompanhava e, como se pode concluir, o sangue e a acumulação andaram juntas. Jairo Estrada (2015) explica que a tendência histórica do processo de acumulação constitui um fator essencial para caracterizar as relações causais e a persistência do conflito social e armado, embora não as explique isoladamente. É muito útil entender as condições de produção e reprodução de antagonismo e conflito social e as formas específicas que ele assume através de lutas sociais e de classe, na medida em que é responsável pelo regime de produção e apropriação da riqueza social produzida, da maneira como as diferentes classes e facções participam dela, bem como da organização institucional do poder e do Estado para esses fins, especialmente através dos desenhos da política econômica. A forma predominante de acumulação capitalista ao longo do conflito tem sido a acumulação primitiva através da violência e da desapropriação. Seu principal resultado histórico é a geração de uma das sociedades mais desiguais do mundo, caracterizada por uma alta concentração de riqueza e propriedade⁵⁵.

Nesse período de transição da década de 50 para a década de 60 quando o conflito interno propiciou o avanço do capital, houve também o início da intervenção dos Estados Unidos, e a constante aliança do governo colombiano para com o governo estadunidense. Fajardo (2015) escreve sobre a ‘aliança para o progresso’, que implementou uma reforma agrária limitada⁵⁶, ineficaz em resolver a desigualdade do acesso à terra no país, e a aplicação de um plano de guerra contra-insurgente projetado dentro dos parâmetros da Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos, que aprofundou o desenvolvimento do conflito social armado. De acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), as organizações camponesas lideradas por comunistas, embora estas tivessem começado a se formar já na década anterior, passaram a ser vistas como parte de uma conspiração comunista internacional, e passou-se a investir no conflito como forma de recuperação de territórios entendidos como pertencentes a essas forças, uma leitura típica do momento histórico da guerra fria.

⁵⁵ De acordo com o relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Colômbia está entre os 10 países mais desiguais da América Latina, ao lado do Brasil e do México, com alta concentração de renda e desigualdade de gênero. O relatório pode ser acessado aqui: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf>>.

⁵⁶ Lei 135 de 1961.

A guerra contra as guerrilhas e as populações que lhes eram aliadas deu origem também a duas interpretações do conflito: a dos que consideraram a violência generalizada resultado do crime comum e uma patologia das classes populares, e a dos que a interpretaram como uma consequência social de um problema agrário nunca resolvido. Pesquisadores/as como Fajardo (2015), Molano (2015), Estrada (2015), Ospina (2010) e a Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013; 2015; 2016) apontam que é o conflito agrário que aprofunda as condições de violência na Colômbia uma vez que esta gera, objetivamente como forma de acumulação do capital para as classes dominantes colombianas, uma miséria e uma desigualdade contra as classes populares do país. A leitura de que as classes desfavorecidas são responsáveis pela violência colaborou, e colabora, para que se naturalize a violência contra as mesmas, de maneira que sua resistência e luta é entendida como ameaça e justifica os ataques que recebem sejam das forças oficiais governamentais (polícia ou exército) ou das forças de 'defesa privada' dos grandes latifundiários, como serão as forças paramilitares, por exemplo.

No contexto nacional, as transformações das antigas forças de autodefesa comunistas, surgidas na década de 50, nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) aconteceram a partir dos confrontos entre guerrilheiros comunistas e liberais, a eliminação de quadrilhas conservadoras e os esforços do regime bipartidário de entrincheirar-se com os poderes locais e regionais. De acordo com a narrativa oficial das FARC, seu surgimento em meados da década de 60 está relacionado aos ataques do exército contra as chamadas "repúblicas independentes" e aos massacres de comunidades campesinas, realizado pelo exército nacional a serviço do grande latifúndio. Segundo outras versões, a opção desses grupos comunistas à luta armada deve-se por um lado, ao assassinato de um de seus líderes, Jacobo Prías Alape, também conhecido como *Charro Negro*, pelos guerrilheiros liberais; e, por outro lado, começa como uma reação desses grupos contra a recuperação militar do território realizada pelo Exército Nacional, em que também foram derrotados os guerrilheiros liberais e algumas das gangues conservadoras, de acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013).

A estruturação das guerrilhas ao longo do país contou com o apoio das populações campesinas e, em regiões periféricas urbanas, de setores dos trabalhadores assalariados. Esse apoio vem, especialmente, pelas forças guerrilheiras estarem a favor da luta campesina, e carregando-a como bandeira junto a sua proposta de luta pela emancipação social, mas também, pela violência que as forças associadas à burguesia e também as forças oficiais da Frente Nacional que governava o país traziam para o povo. Além disso, a classe trabalhadora e campesina do país entendia o Estado, e conseqüentemente seu governo, como inimigos, uma vez que a maior parte das reformas aprovadas pelo governo tornavam sua vida ainda mais miserável, e dificultavam seu acesso a

direitos básicos como a garantia à habitação ou do acesso à terra, como explica Calvo Ospina (2010). Já nesse momento, os ‘jagunços’ e militares associados aos latifundiários e burgueses do país trabalhavam nos roubos de terras, com a presença da violência sexual contra as mulheres, especialmente mulheres rurais de acordo com a *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013).

No período que se segue, da década de 60 a década de 80, o conflito se aprofundou dentro do país, com a ‘caça’ contra as guerrilhas e movimentos populares sendo empreendida pelas forças oficiais do governo. Surgem também nesse momento outros grupos guerrilheiros - o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército de Libertação Popular (EPL), cujas origens remontam ao encontro entre jovens habitantes das cidades formados e que se radicalizaram por influência das revoluções cubana e chinesa, carregando ainda parte de uma herança das antigas guerrilhas gaitanistas, muitos deles de origem campesina, descontentes com as restrições da participação política na frente nacional, de acordo com o Centro de Memória Histórica (2013).

O processo de retomada dos territórios guerrilheiros, é acompanhado, de acordo com o Centro de Memória Histórica (2013), por reformas institucionais básicas, como pequenas reformas agrárias e o fortalecimento de alguns direitos trabalhistas que buscavam apaziguar a revolta social, prevenir possíveis ‘atos revolucionários’, e para balancear um pouco em relação as constantes reformas e leis que serviam apenas à classe dominante colombiana. As reformas não resolveram questões centrais, uma vez que a miséria seguiu persistente e as perseguições a população campesina apenas aumentou. Mesmo com leis que visavam proteger o pequeno agricultor, o avanço dos latifundiários e da economia extrativista seguiu ameaçando essas comunidades, com o assassinato de suas lideranças, massacres de camponeses e comunidades indígenas, e o estupro de mulheres rurais. Apenas na década de 70, a expropriação de terras chegou a 2 milhões de héctares, cerca de 11% do território nacional (OSPINA, 2010; CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA, 2013).

O problema agrário encontrado na Colômbia onde se denuncia a concentração de terras, a expropriação de terras de pequenos camponeses para o grande latifúndio, e o uso das terras produtivas para economias agrárias de exportação são parte do que configura a agricultura em uma sociedade capitalista. Karl Kautsky (2015) explica que a agricultura capitalista é configurada pela exploração da terra onde esta é utilizada para propósitos de arrendamento, onde há um proprietário e trabalhadores assalariados na relação de exploração do mais-valor no âmbito campesino. Isso é parte do que constitui também a agricultura para a grande exportação, onde a concentração de terra é necessária uma vez que depende de uma produção em massa para suprir demandas de mercado, o que prejudica tanto a terra, pelo uso intenso da monocultura, e vem a tornar a terra improdutiva em pouco tempo. Essa lógica também prejudica a economia agrária em um todo, pois sua produção não

está voltada para o propósito de produção de alimentos, para o qual originalmente existe, mas sim para o lucro capitalista. Mesmo quando produz alimentos, a terra e sua produção ainda está submetida à lógica do capital tendo apenas um valor de troca. Dessa forma, a exploração capitalista da terra aliena os trabalhadores camponeses porque lhes toma seus meios de produção. Esse trabalhador estará submetido ao constante êxodo rural que o coloca em um processo de proletarização junto aos trabalhadores urbanos. Ao serem privados do acesso à terra e do seu cultivo, apenas resta aos camponeses trabalhar para o grande proprietário por um salário, que é de onde tirará seu sustento e não mais diretamente da terra.

Kautsky (2015) também ressalta que, no capitalismo, a agricultura se move continuamente sob um ciclo de concentração, fracionamento e destruição da terra. No capitalismo, em que tudo se torna mercadoria, da terra à força de trabalho do trabalhador, o latifúndio é essa relação mercantilizada da terra que existe em função da grande produção para mercados estrangeiros. A concentração da propriedade territorial expulsa gerações inteiras da população do campo, e vem a contribuir para a ruína dos camponeses, o que também gera uma população de despossuídos que sob a miséria que lhes é imposta, poderá estar dispostos às lutas radicais.

É isso que Victor Moncayo (2015) explica ao falar das forças de insurgência na Colômbia, representada na figura das FARC por exemplo, relacionada justamente a questão agrária e reprimida justamente pelas forças dominantes do Estado, como os latifundiários. A repressão das forças insurgentes é insuficiente pois as condições concretas que determinam sua existência seguem existindo. A insurgência existe diante do antagonismo dos interesses de classe que permeiam o conflito colombiano, e todo conflito social inerente a uma sociedade de classes.

Daniel Pécaut (2015) explica que durante as décadas de 70 e 80, o agronegócio voltou a se tornar o setor econômico mais rentável do país, o que ocorre em detrimento do desenvolvimento da indústria que passou a regredir. O agronegócio e extrativismo são base do desenvolvimento econômico colombiano, como explica Victor Moncayo (2015). Porém, são economias menos rentáveis do que o narcotráfico, que desde a década de 80 passa a ser a principal atividade econômica do país. Calvo Ospina (2010) explica que a produção de narcóticos é um desdobramento das crises econômicas que atingiram as classes dominantes do país, que encontraram no tráfico de drogas um mercado mais rentável para fazer suas grandes propriedades de terra darem lucro, do que apenas o agronegócio. Junto a isso, a burguesia estadunidense era um aliado como comprador e para o escoamento das mercadorias, e a doutrina da guerra às drogas se fortaleceu na mídia e nas políticas de Estado em toda a América Latina, especialmente contra populações periféricas e, no caso colombiano, as guerrilhas, o que manteve os grandes donos dos

cartéis longe dos holofotes e a economia narcótica, super rentável, sob o controle das classes dominantes.

A produção de drogas ilícitas, principalmente maconha e cocaína, foi o que, efetivamente, inseriu a economia colombiana no mercado mundial. O narcotráfico tornou-se um fator de estabilidade macroeconômica, impulsionou a especulação imobiliária urbana, ampliou a concentração de terras e abriu novos negócios para o setor financeiro através da lavagem de dinheiro. A economia ilícita também ofereceu uma maneira de sobreviver aos camponeses, que vieram a trabalhar como empregados nas fazendas de produção; estimulou a extensão da fronteira agrícola; tornou-se um pilar dos processos de acumulação capitalista, e contribuiu para a crescente militarização das questões nacionais, como explica Jairo Estrada (2015).

Moncayo (2015) explica que o narcotráfico se tornou um fator central na guerra civil colombiana tanto porque aprofundou as tendências do sistema político, de centralização de poder a partir de coalizões regionais e as relações político-econômicas entre a burguesia, o grande latifúndio e a elite política do país, como também porque aumentou o conflito territorial. O controle e a posse do território, essencial para os setores econômicos que precisam da terra para existir, se aprofundou no contexto do narcotráfico pelo fator de ilegalidade, que depende da estabilidade do controle sobre o território para a produção e a distribuição, e também pela disputa de domínio das regiões para os cartéis. A economia política do narcotráfico transformou também outras dinâmicas do conflito, especialmente ao inserir novos grupos armados, pois, é com a chegada do tráfico de drogas que chegaram os grupos paramilitares.

A infraestrutura do narcotráfico se constituiu, e até hoje se constitui dessa forma, de investimentos em aquisições de terras, gado e outros recursos úteis, seja para a produção e distribuição dos narcóticos, seja para lavar dinheiro e manter as aparências de negócio legal. O rápido e volumoso enriquecimento derivado do narcotráfico significou um rápido aumento nos níveis de consumo e poder político para os associados a essa atividade. A agricultura local se encontrou ainda mais enfraquecida pela entrada maciça de capitais do narcotráfico, que acelerou a concentração da propriedade de terras através da mão do paramilitarismo. Esses efeitos resultaram na implantação de economias destinadas ao mercado externo, contando com apoio do Estado e na expansão de uma oferta de mão-de-obra que permitiu, e permite, o crescimento de sistemas informais de contratação e a persistência de altos níveis de pobreza, tanto rural, quanto urbano, como explicitou Dario Fajardo (2015).

A presença do paramilitarismo, trazida por essa economia do narcotráfico, determina o aprofundamento da violência, como o terrorismo de Estado e sua desresponsabilização pela violência presente no país, os massacres de civis tanto por represália ao apoio às guerrilhas, quanto

pelo envolvimento em movimentos camponeses ou sindicais, e os assassinatos premeditados de lideranças políticas e sindicais. O paramilitarismo também está relacionado com o controle político da arena política e dos grupos presentes nas esferas de decisão do Estado, assim como o controle sócio-político-econômico das populações (OSPINA, 2010; RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES, 2013).

Os paramilitares podem ser considerados o braço armado do capital. Foram financiados pelos latifundiários, narcotraficantes, políticos e a burguesia colombiana, os grupos se formaram, entre outros membros, por ‘jagunços’ das (antigas) autodefesas dos latifundiários e da burguesia nacional, e inclui também ex-membros da polícia nacional e do exército. Foram formados especialmente para esconder os crimes das forças oficiais do Estado e sua participação nos massacres e assassinatos do país (OSPINA, 2010). A violência que atravessou os transcurso políticos foi expresso no processo de paz que aconteceu na década de 1980 quando as FARC, junto a outros grupos radicalizados de movimentos camponeses e urbanos, entregaram as armas, e se uniram ao Partido Comunista enquanto um grupo político, a Unidade Patriótica (UP), abandonando a luta armada em favor da via eleitoral/legal. Em pouco tempo, a UP conseguiu obter em aliança com o Partido Comunista cinco cadeiras no Senado colombiano e nove representantes no Congresso. Nas eleições locais de 1988, as primeiras realizadas na modalidade de sufrágio universal, a Unidade Patriótica conquistou 23 prefeituras. Esse processo político, no entanto, se tornou uma tragédia sem precedentes. Grupos paramilitares realizaram o extermínio sistemático de candidatos eleitos e militantes da UP. As estimativas sobre o número de vítimas variam em torno de 2.500, incluindo a maioria dos eleitos para o Congresso, os presidentes do partido, inúmeros líderes sindicais e camponeses, e uma geração inteira de jovens militantes. Assim, as classes dominantes do país, voltam ao domínio total da política ‘legal’ colombiana, como explicitou Daniel Pécaut (2015).

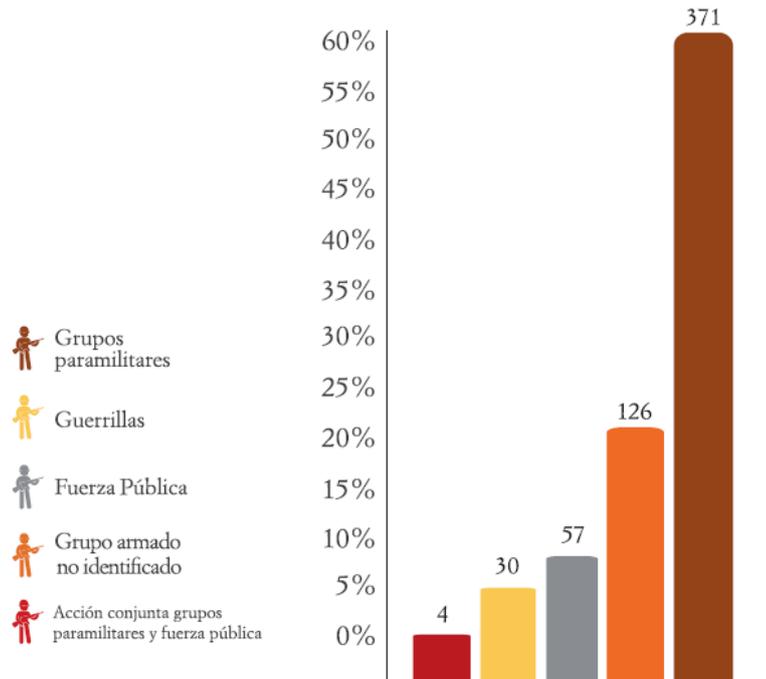
Assim, as décadas de 80 e 90 e os anos 2000 ficaram marcadas como um período de tragédias humanitárias consideradas as piores do ocidente; valas comuns com corpos de camponeses são encontradas, e a escalada do estupro contra as mulheres se multiplica. A Colômbia passa a ser considerada um dos países com a guerra civil mais longa do eixo sul do mundo, e com um alto número de deslocados internos, ao passo que é também uma das guerras menos noticiadas e comentadas mundialmente. Uma exceção ao silêncio sobre o conflito é o esforço midiático e propagandístico de manufaturar a opinião pública, demonizando as FARC e movimentos

campesinos do país, especialmente em função da doutrina dos EUA de caça aos comunistas⁵⁷, como aponta Calvo Ospina (2010).

O massacre político da década de 80 é um exemplo das distintas formas de tortura e massacres que são parte da história colombiana. As valas comuns, com corpos de civis, especialmente campesinos e a violência contra as mulheres, passam a ser um problema popularmente conhecido. O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) reporta que para o período entre 1981 e 2012 documentou 588 eventos de violência nos quais haviam traços ou marcas de torturas nos corpos de 15.300 pessoas. De todos os casos de violência extrema, a maioria tratava-se de assassinatos e massacres, ou atos de violência nos quais o corpo foi exibido publicamente pelos autores como parte de sua estratégia de terror. Do total de 588 eventos com episódios de extrema violência e crueldade, 371 (63%) foram atribuídos a grupos paramilitares; 126 (21,4%), para grupos armados não identificados⁵⁸; 57 (9,7%), para membros das forças oficiais do governo; 30 (5,1%), para os guerrilheiros; e 4 (0,7%), para grupos paramilitares e as forças oficiais em ações conjuntas, como mostra o Gráfico (1). Em suma, seis em cada dez casos dessa natureza foram perpetrados por grupos paramilitares, o que revela que as práticas de extrema crueldade são uma marca paramilitar. Essa particularidade ajudou a revelar a identidade dos responsáveis em casos em que foram feitas tentativas de ocultar a autoria desses atos violentos.

⁵⁷ A relação com os Estados Unidos com a entrada da década de 90 e do próximo século é determinante na Colômbia. Como explica Moncayo (2015), a própria dinâmica do paramilitarismo é uma herança da velha política estadunidense de se usar de forças militares treinadas destacadas para a ilegalidade como forma de atuação mais fácil e menos tangível de punição para o Estado. A Colômbia, que pela intensidade do conflito e pelo constante envolvimento de suas forças oficiais, exército e/ou polícia, em massacres e assassinatos, encontrou no paramilitarismo também um recurso de esconder os crimes cometidos e se torna um recurso de proteção para a classe dominante que agora com o narcotráfico e os paramilitares tem aparatos completos de violência e capital para estabilidade e expansão.

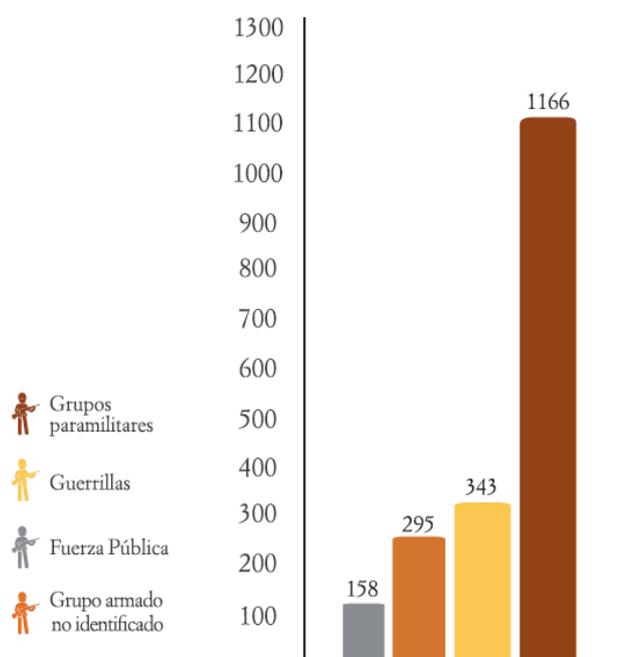
⁵⁸ Majoritariamente os grupos de autodefesas, grupos de 'capangas'/'jagunços' particulares, e as forças oficiais do governo não identificadas.



Fonte: Centro de Memória Histórica da Colômbia, 2013

Segundo o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), a violência física, os massacres e atos de extrema crueldade são traços característicos dos grupos paramilitares, enquanto a violência contra a liberdade, como sequestros, e contra a propriedade, como roubos e chantagem por dinheiro são os traços característicos das ações guerrilheiras como as FARC. Por isso o agravamento da violência com a chegada dos paramilitares é notado em toda a literatura acerca do conflito colombiano (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA, 2013; ESTRADA, 2015; FAJARDO, 2015; MOLANO, 2015; OSPINA, 2010; RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES, 2013;).

Dos 1982 massacres ocorridos entre 1980 e 2012 na Colômbia, os paramilitares são responsáveis por 58,9% deles. Os guerrilheiros foram responsáveis por 343 e as forças oficiais por 158, o que equivale a 17,3% e 7,9%, respectivamente. Por outro lado, 295 massacres, equivalentes a 14,8% do total, foram cometidos por grupos armados não identificados. Os vinte massacres restantes correspondem a ações conjuntas de grupos paramilitares e membros das forças oficiais do governo, ou ações de outros grupos armados (agente estrangeiro ou outras milícias, como as urbanas), como aponta o Gráfico (2):



Fonte: Centro de Memória Histórica, 2013

Com o fracasso dos processos de paz das décadas de 80 e 90, que acabaram ambos em massacres contra as principais lideranças e quadros políticos que haviam se comprometido com a luta pela via legal das eleições, as guerrilhas voltam a atuar na ilegalidade com redobrado apoio social.

É preciso destacar que os dados acerca das violências no país são limitados pela carência de registros ao longo dos anos. Segundo Calvo Ospina (2010), o governo colombiano não registrou a maior parte dos casos de massacres, assassinatos ou valas comuns, e escondeu a maior parte deles. Portanto, os números são extremamente débeis diante da realidade do país, e foram inseridos aqui no sentido de dar uma mínima ideia dos casos registrados, e mostrar o padrão que se estabeleceu entre os casos registrados, da violência paramilitar, por exemplo. Além disso, alguns dos dados, da maneira como estão expostos, podem acabar escondendo a realidade. Quando aponta, por exemplo, que apenas 4 massacres de 588 foram realizados em ações conjuntas de grupos paramilitares e forças oficiais, invisibiliza o vínculo que o Estado tem com os paramilitares e com a violência empreendida contra a população.

A entrada do novo século é marcada pela liberalização econômica e por reformas políticas antipopulares. O Plano Colômbia, um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, traz medidas de abertura da economia, e permitiu um avanço da guerra às drogas⁵⁹ e às guerrilhas. O

⁵⁹A guerra às drogas é uma guerra de geopolítica. A Colômbia assume um papel estratégico na política estadunidense de controle sobre a América Latina, e sua política de guerra às drogas é a extensão dessa política sobre todo o continente. A nova guerra às drogas do final dos anos 90 é uma continuidade dessa política iniciado por Richard Nixon já no final da

Plano também permitiu a instalação de 7 bases militares estadunidenses no território colombiano para treino e tecnologia militar, e uma possível ‘ajuda’ para controle do narcotráfico, uma forma de mascarar, de acordo com Calvo Ospina (2010), o controle que as forças paramilitares exercem sobre o mercado de drogas. É nesse momento, do início dos anos 2000 que o presidente Uribe passa a negar a existência do conflito armado colombiano, passando a defender que a guerra no país havia terminado. A negação do conflito, que pretendia ocultar o avanço das forças oficiais sobre territórios dominados pela guerrilha, e que foi propagandeada pela mídia nacional e internacional, serviu para atrair investimentos externos à Colômbia. Esse processo foi acompanhado por reformas políticas impopulares que implicaram em uma maior pauperização de setores do pequeno e médio campesinato e favoreceu a conversão das fazendas em extensa pecuária. Também avançou para uma maior exploração extrativista do país, com a entrada de multinacionais. (OSPINA, 2010; PÉCAUT, 2015).

A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) denunciou que ao longo do Plano Colômbia o governo tentava negociar com as populações indígenas o uso de suas terras para a megamineração estrangeira. Uma vez que esses povos não cediam, entrava em curso o *modus operandi* do conflito, com os deliberados ataques dos paramilitares contra as comunidades, a violação das mulheres, o assassinato dos homens, e a expropriação do território para as mãos dos interessados com tais projetos econômicos.

Rosa Luxemburgo⁶⁰ (2002) explica, nesse sentido, que em uma sociedade dividida pelo antagonismo de classe não há paz. O conflito, a guerra, é parte de uma sociedade de classes uma vez que essa violência conflituosa é necessária como forma de subordinação da classe proletária, e em determinado momento, é parte da reação, em tese revolucionária, da classe proletária contra quem lhes explora. O conflito, latente em uma sociedade capitalista, impera o modo de produção capitalista/o sistema capitalista. Nesse sentido, afirma Luxemburgo (2002) a guerra é sempre um auxiliar ao desenvolvimento capitalista.

Entre 1996 e 2005, a guerra atingiu sua máxima expressão. O terrorismo de Estado se aprofundou, e os massacres, torturas, violência sexual, perseguições, valas comuns e assassinatos tornaram-se uma característica absolutamente enraizada. O deslocamento forçado aumentou de forma a levar a Colômbia a ser um dos países do mundo com o maior nível de deslocamento interno

década de 70, que é justamente quando a economia de drogas ilícitas se fortalece no país. Cabe discutir como a guerra às drogas serviu exatamente para controlar o mercado de narcóticos na mão dos grandes cartéis internacionais, que envolveu a Colômbia e sua exportação de cocaína para os Estados Unidos, fortaleceu os grandes traficantes, enquanto os massacres e os efeitos da guerra às drogas são sentidos, majoritariamente, pelas populações rurais no caso da Colômbia, e populações periféricas em toda a América Latina (OSPINA, 2010; PÉCAUT, 2015).

⁶⁰ Rosa Luxemburgo (1871 – 1919) foi uma filósofa, economista, marxista, sindicalista, ativista contra a guerra e revolucionária socialista. É considerada um dos grandes nomes da teoria marxista cujas contribuições seguem atuais e sendo base para estudos até os dias atuais. Debateu temas como a acumulação do capital e Imperialismo.

de pessoas, como mostra o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) e Calvo Ospina (2010). Fajardo (2015) explica que por conta da natureza do conflito armado como uma ‘guerra social’, seus efeitos foram sentidos na população colombiana como um todo, ser um conflito que já vem de muito tempo e que envolve praticamente todo o território colombiano. Nas últimas décadas, a soma cumulativa de mortes e desaparecidos foi de aproximadamente um milhão de pessoas, além das torturas, mutilações, danos psicológicos e morais, detenções, sequestros e deslocamentos⁶¹ forçados das últimas três décadas.

A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) fornece alguns cálculos que apontam que 1,3% da população controla cerca de 70% da terra. Entre 1984 e 2005, propriedades entre 200 e mais hectares aumentaram sua extensão em 22,9%. Pelo contrário, no mesmo período, fazendas com menos de três hectares perderam 1,2% de sua extensão em hectares. De acordo com a Tabela (1) nos anos 2000 a área total dedicada à grande propriedade aumentou consideravelmente. Em 2011, estimou-se que mais de 70% da área produtiva pertencia apenas a 6,9% da população do país. Mesmo assim, esse número pode ser maior se considerarmos o número de hectares de terra acumulados pelos grandes proprietários de terra, sem atender aos requisitos legais ou por meio de ‘laranjas’.

Variaciones	Gran propiedad	Pequeña propiedad	Minifundio
Aumentos en la superficie de explotación, número de predios y población propietaria entre el 2000 y el 2009	1.462.118 hectáreas.	Sin datos	1.252.135 hectáreas
	1429 predios		270.248 predios
	13.822 población propietaria		433.617 población propietaria.
Representación al año 2009	70.31% del área total	19.1% del área total	10.59% del área total
	Conformada por el 5.5% de los predios	Conformada por el 13.66% de los predios	Conformado por el 80.49% de los predios
	Pertenece al 6.97% de los población propietaria	Pertenece al 14.72% de los población propietaria.	Pertenece al 78.31% de los población propietaria

Fonte: *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, 2013.

Vários autores também apontam uma relação entre a concentração de terras e a implementação de grandes projetos de mineração e exploração de hidrocarbonetos em La Guajira,

⁶¹ *Desplazamiento*, em espanhol. A referência a palavra no original torna mais eficaz o entendimento da problemática do que sua correspondente em português.

Cesar e Putumayo; agroflorestas no litoral norte (ao sul de Bolívar e Córdoba); e movimentos de desapropriação acelerada no sudoeste (Valle del Cauca e Cauca), que coincidem com os projetos de plantio de cana para produção de etanol (Cesar, Valle del Cauca, Nariño e Norte de Santander). Também pode-se observar essa expansão em direção às cidades de Meta e Vichada em uma integração de projetos de agrossilvicultura, biocombustíveis e hidrocarbonetos. O investimento em terras por nacionais e estrangeiros é estimado em 485.000 hectares até 2010 (185.000 hectares de investidores estrangeiros e 300.000 hectares de investidores nacionais), de acordo com a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013).

Nos anos 2000-2010, também se observou um aumento da violência contra civis, especialmente relacionadas às atividades paramilitares. A escalada de violência que se vê nesse período se relaciona com uma série de condições estruturais do Estado colombiano. Como explicou Ospina (2010):

nada acontece por acaso. A ‘faxina’ política realizada pelo exército [colombiano] e os paramilitares tem esvaziado de camponeses pobres muitas regiões colombianas. Homens e mulheres que cometem um destes ‘erros’, ou todos juntos: morarem em territórios ricos, organizarem-se para exigir seus direitos, militaram ou deram seu voto a formações políticas de oposição, ou talvez – talvez – simpatizaram com as guerrilhas. Suas terras passam para mãos de latifundiários, chefes paramilitares, representantes de poderosos interesses econômicos (p. 19).

Segundo o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) essa violência foi responsável por um dos maiores problemas que o país enfrenta que é o deslocamento forçado. O deslocamento forçado é considerado crime contra a humanidade pelas Nações Unidas, e dentro da Colômbia é um fenômeno generalizado, vinculado à expropriação e ao controle de territórios estratégicos. Essa última característica expõe que, subjacente ao confronto entre os diversos grupos armados, existem interesses econômicos e políticos de setores como o narcotráfico, grandes empresas, latifúndio e a megamineração que pressionam o despejo e a expropriação da população civil.

O deslocamento forçado, que é uma palavra simpática para se falar de exílio rural em decorrência da expropriação das terras causada por violências como o estupro, sendo algo que vem crescendo continuamente desde 1996, quando uma etapa de piora até 2002, seguida por uma tendência instável e mutável de 2003 para hoje. Nos dez anos entre 1985 e 1995, 819.510 mil pessoas foram violentamente deslocadas. Em apenas seis anos, entre 1996 e 2002, o número chegou a 2.014.893 milhões de vítimas. Apenas entre 2000 e 2003, o número anual de pessoas em situações

de deslocamento forçado ultrapassou 300.000 pessoas. Entre 2003 e 2012, um total de quase 3 milhões pessoas foram deslocadas.

Em 2015, se estima que o número de deslocados internos registrados no Governo colombiano chegou a 5.859 milhões, dando à Colômbia a maior população de deslocados do mundo depois da Síria, país também vítima de grupos armados e do imperialismo ocidental. Dessa população de deslocados internos, mais de 78% são mulheres e crianças. Segundo a *United Nations Women* (2016), da população de deslocados internos mais de 97% vivem na linha da pobreza, sem acesso a recursos básico como educação, saúde ou segurança. Tanto ao longo do deslocamento quanto em seus novos locais, mulheres e suas famílias acabam vulnerabilizadas e ainda mais expostas aos riscos de violência sexual. Enquanto o deslocamento forçado afeta meninos, meninas, adolescentes, adultos, mulheres, grupos étnicos e deficientes de maneiras diferentes, mulheres e grupos étnicos são particularmente afetados, como já apontado, de acordo com a *United Nations Women* (2016). As comunidades étnicas são as principais afetadas pelo deslocamento forçado, uma vez que mais de 800 mil das pessoas deslocadas pertenciam a algum grupo étnico, de população originária ou negra/quilombola.

O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2015) aponta o deslocamento forçado como um dos principais responsáveis pelo empobrecimento generalizado da população do país. Esse empobrecimento afeta e vulnerabiliza especialmente mulheres, tornando-as vítimas constantes da violência sistemática do conflito, desde a violência sexual com propósitos estratégicos militares, tanto pela pobreza que as sujeita à superexploração nas periferias urbanas.

É dentro dessa situação caótica que o governo colombiano em 2012 iniciou mais um dos processos de paz, que tem sua finalização em 2016. Essa nova tentativa rendeu ao ex presidente colombiano Juan Manuel Santos um nobel da paz. Levando em consideração algumas das resoluções internacionais que já havia nesse momento, como a resolução 1325 das Nações Unidas que reconhece a violência sexual em tempos de guerra como crime de lesa humanidade, esse processo de paz contou com a voz de diversos historiadores, ativistas e movimentos sociais, especialmente de mulheres e da população campesina. Mulheres participaram ativamente desse processo de paz denunciando as violências que sofreram ao longo dos anos de conflito, especialmente a violência paramilitar. No entanto, foi notória a falha na proteção do anonimato das testemunhas, com o que acabaram expostas a ameaças durante e após os processos de paz. (ARON, 2014; UNITED NATIONS WOMEN, 2016).

Efetivamente, o processo de paz resultou em muito pouco. Em 2016 ocorreu o plebiscito popular, o qual resultou no rechaço da maioria da população aos acordos de paz. Falhas nesses processos foram reveladas e críticas levantadas apontaram que o acordo de paz tinha servido como

uma armadilha para desarmar as guerrilhas, a exemplo do que já ocorrera outras vezes no passado (Ospina, 2010). A questão da propriedade da terra foi debatida e trazida, sem que tenha se tornado política efetiva no país. Os dados atuais, pós processos de paz, apontam para uma nova escalada da violência. De acordo com o *Indepaz*, o Instituto de desenvolvimento para o desenvolvimento e a paz na Colômbia, entre 2016 e 2018, pelo menos, 747 lideranças sociais foram assassinadas na Colômbia.

Assim, compreende-se que os pontos determinantes do conflito colombiano são parte dos problemas relacionados à estrutura sócio-político-econômica na Colômbia, que é comum para com toda a América Latina. É sobre isso que brevemente discutir-se-á no item 3.1.

3.1 A questão da dependência na América Latina: breve debate

Segundo Eduardo Galeano (2010):

Para os que concebem a História como uma contenda, o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já foi dito, é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial (p. 8).

Em ‘Veias Abertas da América Latina’, Galeano (2010) expõe que a exploração, a violência, a dependência e o imperialismo são partes de uma totalidade que integra a América Latina ao capitalismo mundial.

De acordo com Ruy Mauro Marini (2005) desde o século XVI a América Latina se desenvolve a partir dessa lógica da colônia produtora de metais preciosos e produtos primários, que viabilizou os primeiros anos de desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa pois contribuiu com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, segundo Marini, foi importante para sustentar o sistema manufatureiro europeu e propiciar o desenvolvimento da grande indústria. Mesmo após a independência dos Estados latinos com relação às matrizes coloniais, a transferência de riquezas não cessou de sair em direção aos países capitalistas centrais.

Marini (2005) afirma que é a transferência de valor da periferia para o centro o que desenvolve as metrópoles e condiciona o subdesenvolvimento dos países dependentes. É tirando das colônias o excedente necessário para seu próprio desenvolvimento que o centro capitalista avança

no desenvolvimento de suas forças produtivas. Os países colonizados são obrigados a uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho de forma rebaixada, como exportadores de bens primários, e dependentes do capital internacional. Marini (2005) explica que a dependência é:

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas (p.4)

Após séculos de colonização a América Latina permanece hoje submetida a uma relação de subordinação com metrópoles estrangeiras, o que se explica por uma herança colonial e por um imperialismo renovado. Os países dependentes latino-americanos, têm seu desenvolvimento restringido pela posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, sobrando à suas economias a produção de mercadorias de baixo valor agregado, o que se expressa em políticas econômicas marcadas pelo extrativismo, a monocultura e o capital financeiro internacional. Os povos latino-americanos acabam assim condenados a conflitos, superexploração⁶² e misérias (BAMBIRRA, 2015; MARINI, 2005).

Sérgio de Zubíria (2015) discute que a natureza e as funções do Estado na América Latina devem ser estabelecidas lógica e historicamente a partir do processo concreto do desenvolvimento capitalista dependente. O Estado dependente latino-americano, tal como é o caso da Colômbia, é caracterizado pela forte concentração de riqueza e poder político centralizado em uma minoria, formalmente baseada em uma democracia representativa que privilegia apenas uma pequena massa política relacionada aos interesses da classe dominante. Essa natureza sobreposta do modelo de Estado significa que os princípios e formas de unidade nacional, soberania e centralização do Estado, democracia representativa e participação popular tem sua existência limitada ou inexistente na América Latina.

Dessa forma, cabe compreender que a dependência do Estado na América Latina ficou assim configurada pela forma com que o capitalismo se desenvolveu. Embora a exploração já existisse

⁶² A superexploração da força de trabalho que é definida por Rui Mauro Marini (1974) a partir de três características centrais: a elevação da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário à trabalhadora para repor sua força de trabalho. Importante destacar que superexploração não é meramente mais exploração. É determinada especialmente pelo salário muito inferior à necessidade diária de reposição da força de trabalho, que aliados à intensidade do trabalho e seu prolongamento, desgasta o trabalhador. Entende-se que isso seja em muitas formas responsáveis pelo intenso adoecimento dos trabalhadores latinos e sua menor expectativa de vida.

durante o período em que eram colônias, na contemporaneidade essa exploração assume formas determinadas pelo capital, principalmente pela monopolização dos mercados e pelo sistema financeiro, como explicou Ruy Mauro Marini (2005).

A dependência, acaba sendo também útil a um modelo patriarcal de Estado, que é débil e serve apenas aos interesses de suas classes dominante colonizadas e amos imperialistas. No caso da Colômbia, a dependência foi e é determinante para que o conflito tenha como uma de suas características centrais a violação dos corpos de mulheres sem que tal crime fosse considerado um problema, e tampouco, viesse a ser resolvido efetivamente, apesar de leis e discussões ‘públicas’ acerca do tema.

A violência sexual contra mulheres no conflito armado colombiano atravessou gerações e é justamente o tema a ser explorado no próximo capítulo.

4. A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COMO ESTRATÉGIA NO CONFLITO COLOMBIANO (2000-2016).

A violência sexual contra mulheres é um problema mundial - de acordo com as Nações Unidas 1 em cada 3 mulheres será abusada sexualmente ao longo da vida. Embora a violência sexual seja parte do cotidiano social e configure uma violência aterradora, considerada crime contra a humanidade e violação de direitos humanos, em muitos casos acaba sendo completamente ignorada ou naturalizada, compreendida como mais uma fatalidade de se existir como mulher, ou de não se portar tão bem como uma, dentro da sociedade atual. A violência sexual também se expressa e se reproduz ideologicamente através da mídia, dos filmes, de livros, de jornais, das redes sociais e da pornografia.

Discussões feministas na metade do século XX trouxeram ao debate o tema da violência sexual. Essa problemática passou a ser observada internacionalmente a partir das convenções das Nações Unidas. A primeira convenção internacional a tratar exclusivamente dos direitos das mulheres foi a “Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” de 1979. Esse primeiro instrumento foi útil para que as questões relativas as mulheres passassem a ser debatidas no âmbito da Organização das Nações Unidas, o que a posteriori resultou em outras convenções internacionais sobre as mulheres, como a “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres” de 1993 e a “Convenção de Belém do Pará” de 1994. Nestes documentos, são discutidos tanto os direitos das mulheres, quanto as violências a que estão expostas, como a violência sexual.

A Organização Mundial da Saúde (2002) definiu a violência sexual como:

qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou adiantamentos sexuais indesejados, ou atos para tráfico, ou de outra forma dirigido, contra uma pessoa ou sua sexualidade usando coerção, por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer situação, incluindo, mas não se limitando a casa e trabalho (p.2)

A violência sexual inclui uma miríade de violências: desde estupro, definida como a penetração fisicamente forçada ou coagida da vagina, do ânus, usando um pênis, outras partes do corpo ou um objeto, estupro coletivo, estupro marital, a assédio, casamento forçado, abuso sexual de pessoas deficientes, abuso infantil, prostituição forçada, aborto forçado, a proibição de uso de contraceptivos que previnam gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis, tráfico de meninas e

mulheres, e o uso da violência sexual como uma estratégia durante conflitos armados, como definido pela Organização Mundial da Saúde (2002).

Mulheres ficam particularmente suscetíveis a essa forma de violência quando expostas a situações como imigração forçada, desastres naturais, ou conflito armado (UNITED NATIONS, 2016). Segundo Elisabeth Rehn⁶³ e Ellen Sirleaf⁶⁴ (2002), mulheres raramente têm os mesmos recursos, direitos e autoridade que homens possuem, e essa situação de vulnerabilidade e desigualdade social se aprofunda durante um contexto de guerra. Durante uma guerra, homens e mulheres são torturados e abusados de maneiras distintas, por diferentes razões. Embora mais homens sejam mortos em batalha, mulheres frequentemente experienciam violências como gravidez forçada, sequestros, escravidão sexual e abusos sexuais.

Segundo Beth Speake (2012), a violação dos corpos das mulheres como uma estratégia sistemática empregada por forças beligerantes é um fenômeno que pode ser observado em distintas épocas e lugares do mundo. A violência sexual em períodos da guerra é uma das formas mais antigas e predominantes de violência registrada contra mulheres, como indica Susan Brownmiller (1994). Como Brownmiller (1994) explica a violência sexual no contexto da guerra/conflito armado é geralmente tratado como um mau comportamento individual e isolado, um desejo incontrolável de soldados indisciplinados, ou ainda como um espólio de guerra, deixando-se lado as relações sociais e de poder que estão por trás dessa violência. Porém, em espaços de conflito a violência sexual torna-se uma estratégia onde os corpos de mulheres e o terror aplicado a eles passa a ser um meio para um fim, e não um fim em si mesmo, sendo funcional para o roubo de terras, empobrecimento forçado (facilitando a exploração na forma assalariada), e o estabelecimento do medo e do terror como forma de manter estas comunidades dominadas.

Rita Segato (2016) explica que essa forma de violência faz parte também das dinâmicas das chamadas novas guerras, compostas especialmente por milícias e por poucos mecanismos ou reconhecimentos formais quando comparadas às grandes guerras mundiais e tem como característica central a escritura, a inscrição da guerra nos corpos das mulheres. Para Segato (2016) essa violência que visa controlar as mulheres e colocá-las sob a lógica da exploração, não pode ser compreendida da forma como ela é apresentada pela mídia que a trata como algo difuso, esporádico e anômalo. É preciso perceber que este fenômeno que interliga elementos a primeira vista não relacionados e aleatórios, como a exploração das mulheres e seus corpos, o latifúndio, o

⁶³ Elisabeth Rehn (1935-) foi a primeira mulher a ser ministra da defesa na Europa na Finlândia. É especialista em Ciências Políticas e Economia.

⁶⁴ Ellen Sirleaf (1938-) foi a primeira mulher chefe de Estado na África ao ser eleita presidente na Libéria onde foi presidente de 2006 e 2018. Ganhou um Nobel de Paz em 2011 em reconhecimento ao seu trabalho no envolvimento de mulheres em processos e manutenção de paz. Em 2016 foi eleita dirigente da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental sendo a primeira mulher a ocupar o acento desde que a Comunidade existe.

narcotráfico, os paramilitares e o terrorismo de Estado. Para Segato (2016) essa estrutura tem uma extensão global e influencia governos, como também é influenciada por eles, tanto pelos meios nacionais, quanto nos centros imperialistas.

Na Colômbia, a violência sexual tem sido uma prática constante tanto no conflito armado, como fora dele, presente em todos os espaços que mulheres habitam. O conflito armado tornou comum várias formas de violência, como as execuções públicas, os crimes de tortura, e a violência sexual contra mulheres (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA, 2013). A violação dos direitos das mulheres tem sido ignorada pelo Estado colombiano, muito embora seja um tema que afeta a vida de metade da população do país. Um problema, que como já discutido, é parte do status quo do Estado capitalista, mesmo quando mulheres e meninas são vítimas de violências como feminicídio, estupro, mutilação sexual, escravidão sexual, nudez forçada, entre outros, como apontou Jessika Galindo (2014). Obviamente determinada pelo gênero, a violência sexual no conflito colombiano, também está determinada pela raça/etnia e de classe. Majoritariamente, as mulheres violentadas são mulheres pobres do interior rural do país, majoritariamente negras e indígenas. Embora a população das regiões urbanas sofra os efeitos do conflito colombiano, é especialmente a população rural, principalmente mulheres rurais, que estão na mira dessa violência.

Em um país marcado pela pobreza e pela guerra, a violência sexual foi e é o pão de cada dia para as mulheres colombianas, como aponta Olga Yepes⁶⁵ (2007). No curso dos mais de 50 anos do conflito, a violência sexual foi utilizada como uma estratégia de guerra por todos os grupos armados presentes no conflito - forças militares do Estado, grupos paramilitares e guerrilhas. Como mostra o Gráfico (3), desde a década de 80, a violência sexual se encontra em uma escalada no país, oscilando entre alguns anos, mas em uma linha de constante crescimento. O pico dos números de violência sexual no país chegam ao seu máximo no ano de 2002. O alto nível de violência sexual nos anos de 2002 e 2004 também se explica com a chegada do presidente Uribe no poder e sua política de Segurança Democrática Nacional com a qual se buscou fazer uma ‘caça’ às guerrilhas por todo o interior do país, servindo de desculpa ‘oficial’ para a conquista de novos territórios para a megamineração de multinacionais estrangeiras no país (OSPINA, 2010)

⁶⁵ Olga Cecilia Restrepo Yepes é professora da Universidade de Medellín e membro do grupo de Investigação Jurídica da mesma Universidade.



Fonte: Centro de Memória Histórica da Colômbia, 2013.

É a partir do final dos anos 90 e dos anos 2000 que a violência sexual no marco do conflito armado e seu uso estratégico passa a receber atenção. Seu uso sistemático, embora conhecido anteriormente, só passa a ser considerado um problema na entrada do novo século, quando procura-se entender o que essa violência significou no conflito armado colombiano, e que relação possui com o conflito agrário e com o empobrecimento generalizado que mulheres sofrem dentro da Colômbia, como explica a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013).

Segundo a Anistia Internacional (2004), na entrada do novo século cerca de 60% a 70% de toda população de mulheres da Colômbia havia sofrido algum tipo de violência física e/ou sexual em decorrência do conflito armado. Entre 2001 e 2009, 490 mil mulheres sofreram violência sexual no marco do conflito armado, o que significa dizer que em média a cada ano cerca de 55 mil mulheres foram vítimas de violência sexual, 149 por dia, 6 a cada hora, especialmente nos municípios com intensa presença das forças oficiais do governo colombiano e grupos paramilitares. Entre 2010 e 2015 cerca de 875 mil mulheres foram vítimas da mesma violência pelos mesmos grupos armados. Cerca de 82% das mulheres violentadas, aproximadamente 402 mil mulheres, não denunciaram a violência sofrida. 73% dessas mulheres explicaram que não o fizeram por temer represálias das forças armadas presentes em suas comunidades, especialmente as estatais e paramilitares⁶⁶ (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA*, 2011, 2017).

⁶⁶ Ao longo dos anos pode-se perceber também que quando as denúncias ocorrem, o maior número de denúncias vem de municípios maiores, enquanto poucas denúncias vem dos municípios interioranos, menores e mais pobres ruralizados do país. Isso se deve especialmente pela dificuldade de acesso e recursos que mulheres desses locais possuem para denunciar as violências que sofreram, por conta da falta de infraestrutura local, além do medo que sofrem de represálias. É importante entender esse movimento uma vez que ele é decisivo para determinar muitos dos dados registrados nos meio oficiais da Colômbia, e portanto, abrem essa lacuna de silêncio acerca das vítimas, como mostra a *Iniciativa*

Entre as principais formas de violência sofridas pelas mulheres colombianas estão a regulação da vida social e serviços domésticos forçados, e as violências sexuais como estupro, assédio sexual, prostituição forçada, gravidez ou aborto forçados, escravidão sexual, nudez forçada, empalamentos públicos, mutilação de órgãos genitais, prostituição e pornografia infantil. (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA*, 2011, 2017, *INFORME NACIONAL DE VIOLENCIA SEXUAL EN EL CONFLICTO ARMADO*, 2017), entre outras formas como mostra a Tabela (2):

Modalidades de violencia sexual
Violación
Esclavitud sexual
Acoso sexual
Tocamientos
Desnudez forzada
Aborto forzado
Amenaza sexual
Empalamiento
Obligar a presenciar violencia sexual ejercida contra otra persona
Obligar a realizar actos sexuales sobre el victimario u otra persona
Prostitución forzada
Mutilación de órganos sexuales
Prostitución infantil
Trata de personas con fines de explotación sexual
Pornografía infantil
Sin especificar

Fonte: *Informe Nacional de Violencia Sexual en el conflicto armado*, 2017

As diversas formas de violência sexual são apresentadas aqui separadamente, mas na realidade e na experiência vivida das sobreviventes, elas foram sujeitas a diferentes modalidades ou combinações dessas modalidades ao longo da vida. Ao considerar-se o somatório de todas as violações, cada mulher sofreu, em média, 4 violações distintas sob o marco do conflito, de acordo com o *Informe Nacional de Violencia Sexual en el conflicto armado* (2017). A maioria das mulheres violentadas ao longo do conflito armado tinha menos de 50 anos. Entre 2001 e 2015 cerca de 55% das mulheres que foram sexualmente violentadas tinha entre 15 e 35 anos de idade, e cerca de 60% das que sofreram prostituição forçada tinham entre 15 e 45 anos idade, de acordo com a *Iniciativa Saquen mi Cuerpo de La Guerra* (2011, 2017).

Saquen mi cuerpo de la guerra (2017). A maior parte do que se sabe acerca desse uso da violência não está apenas nos dados oficiais, mas também nos relatos coletados por organizações de mulheres e demais pesquisadoras do tema.

Mulheres também precisam lidar com as violências e violações que familiares, pessoas próximas e suas comunidades sofrem. Ao longo do conflito, mulheres lidaram com a constante perda de entes queridos, o medo da violência contra filhos e filhas, e o desmantelamento dos laços comunitários, além da perda do local em que viviam, de onde tiravam sua subsistência, e com o qual muitas vezes possuíam um vínculo emocional, cultural e tradicional, especialmente ao considerarmos populações originárias e quilombolas. Em termos estatísticos, pelo menos 45% das mulheres afetadas pelo conflito armado tiveram familiares assassinados, desaparecidos, e/ou sofreram deslocamento forçado. Aproximadamente 78% das mulheres relataram outras vítimas, além delas próprias – 67% sendo parentes, conhecidos, amigos ou vizinhos, 84% sendo pessoas do núcleo familiar ou parentes diretos, mais de 27% são mães ou pais ou companheiro, cerca de 25% são irmãos/irmãs ou crianças. Os dados revelam que as mulheres não foram vítimas sozinhas, mas junto a elas, também outras pessoas do seu círculo próximo foram agredidas. O impacto referido pelas mulheres se estende especialmente ao ambiente familiar mais próximo. (*RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2013).

Mulheres também estão submetidas a distintas formas de violência que compõem também o que se classifica como violação de direitos humanos⁶⁷. Desde o início dos anos 2000, 82% das mulheres⁶⁸ relataram ter sofrido alguma forma de tortura, ato cruel, inumano ou degradante. Cerca de 54% relataram ter sido vítimas de alguma forma de tortura psicológica, como ameaças de morte ou ser obrigada a presenciar a tortura ou o assassinato de outra pessoa, geralmente um familiar próximo. 49% das mulheres relataram ter sofrido ameaças, e cerca de 32%, foram hostilizadas, seguidas e vigiadas de alguma forma. Aproximadamente, 15% das mulheres relataram ter sofrido torturas físicas⁶⁹, e 13% relatou ter sido torturada e violentada sexualmente, em conjunto com outras

⁶⁷ Ao se discutir Direitos Humanos, e sua suposta universalidade, é preciso também ter o cuidado de reconhecer os limites e a *colonialidade* desse sistema. Rita Segato (2006) fala sobre a ausência do reconhecimento das pluralidades de costumes e sistema jurídicos, especialmente no sul do mundo, que não foram ouvidos ou consultados na formulação dos assim chamados Direitos Humanos, e que portanto, possuem limites de atuação nesses territórios já que não conseguem acompanhar as diferenças e especificidades desses locais e pessoas. Acompanhada desse pensamento, pontua-se também o aspecto imperialista de algumas dessas organizações internacionais e dos direitos humanos. As invasões americanas no Iraque e no Afeganistão se deram a partir de uma narrativa de direitos humanos e de levar direitos e direitos para as mulheres desses países que acabaram com menos direitos e destruídos sob uma narrativa que serve tanto para uma colonização moderna de uma visão ocidental dominante, como de pano de fundo, para o objetivo central dessas intervenções que não estão ligadas ao bem viver desses povos, mas aos desejos de expansão econômicas e imperialistas que regem o sistema internacional, especialmente quando vindo de países ocidentais. Na América Latina, a narrativa acerca dos direitos humanos, e mesmo dos direitos humanos das mulheres tem servido para justificar uma possível intervenção na Venezuela, que não coincidentemente, é um dos países mais ricos em minérios como ouro e petróleo do continente. Nesse sentido, a mesma narrativa não tratou publicamente da Colômbia e seu conflito mesmo quando o país vive sob uma guerra civil há 50 anos. A Colômbia é um país aliado de forças ocidentais como os Estados Unidos.

⁶⁸ O número é indicativo de um levantamento entre 700 e 2000 mulheres da *Ruta Pacífica de Las Mujeres*.

⁶⁹ De acordo com a Ruta Pacífica (2013) do número total de mulheres que sofreram tortura física, os métodos utilizados foram principalmente golpes tanto sem o uso de instrumentos, quanto com a presença dos mesmos, punição física, humilhação pública, trabalho forçado, queimaduras ou cortes e/ou enforcamentos. Com menor frequência, foram relatadas asfixia por imersão em água, asfixia com bolsas, ou outras formas de asfixia, bem como o uso de animais.

mulheres. 29% das mulheres relataram ter sofrido atentados físicos, e lesões, cerca de 20% relatou ter vivido desaparecimentos forçados de outros membros da família ou da comunidade, e também 30% das mulheres relataram ter sofrido ataques a liberdade pessoal, desde sequestros, ao confinamento forçado, e prisão de forma arbitrária. A maioria das mulheres violentadas se considera negra, ou membro de alguma comunidade étnica, como mulheres indígenas, e associam a violência, majoritariamente, aos paramilitares. (*RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2013).

A Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013) identificou as diferentes violações de direitos humanos contra as mulheres em 5 grupos ou fatores, como se observa na Tabela (3):

Violaciones de derechos humanos contra las mujeres				
Hostigamiento y destrucción	Tortura física, psicológica y sexual	Violaciones a la libertad personal	Desplazamiento forzado	Violaciones al derecho a la vida
<ul style="list-style-type: none"> - Requisas - Allanamientos - Amenazas - Seguimientos y vigilancia. - Destrucción de bienes 	<ul style="list-style-type: none"> - Tortura psicológica - Tortura física - Tortura sexual 	<ul style="list-style-type: none"> - Detenciones arbitrarias - Reclutamiento forzado - Toma de rehenes - Confinamiento 	<ul style="list-style-type: none"> - Desplazamiento individual, familiar y colectivo - Rural Urbano 	<ul style="list-style-type: none"> - Ejecuciones extrajudiciales - Desapariciones forzadas - Atentados y heridas
64%	59,3%	10%	73,77%	72,6%

Fonte: *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, 2013.

A Tabela (4) mostra a associação das violações de direitos humanos de acordo com etnia, idade, região do país e agentes que o realizaram:

Asociaciones entre violaciones de derechos humanos con edad, etnia, región y responsable ¹⁸			
Hostigamiento y destrucción	Tortura física, psicológica y sexual	Desplazamiento forzado	Violaciones al derecho a la vida
<ul style="list-style-type: none"> - Indígena, mestiza y afrodescendiente - Mujeres entre 30 y 59 años - Bogotá y Chocó - Mayor asociación a paramilitares 	<ul style="list-style-type: none"> - Indígena, mestiza y afrodescendiente - Mujeres entre 30 y 59 años - Bogotá, Chocó, Santander y Valle - Tortura física más asociada a agentes del Estado y paramilitares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Familiar: mestizas - Colectivo: afro e indígenas - Mujeres entre 30 y 49 años - Bogotá, Bolívar y Risaralda - Mayor asociación a paramilitares 	<ul style="list-style-type: none"> - No hay diferencias étnicas o región - Mujeres de 49 años en adelante - Antioquía, Chocó y Putumayo - Paramilitares, guerrilla y agentes del Estado

Fonte: *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, 2013

Todas as violações a que mulheres estão submetidas no conflito são marcadas pela presença da violência sexual, como mostra a *Ruta Pacífica de Las Mujeres*, 2013.

Além das determinações de gênero e raça, há também uma notável determinação de classe por trás da violência sexual contra as mulheres. As mulheres violentadas estão majoritariamente abaixo da linha ou abaixo da pobreza. São em sua grande maioria mulheres rurais ou vivendo nas periferias urbanas colombianas, muitas provindas do campo por conta do deslocamento forçado, alocadas em trabalhos precários e/ou lutando pelo acesso a posse da sua (pequena) propriedade rural de majoritária produção para subsistência. Os dados mostram que entre 2001 e 2015 75% das mulheres⁷⁰ que sofreram estupro pertenciam aos estratos 1 e 2⁷¹, que de acordo com o cálculo colombiano dos estratos sociais são os 2 estratos que correspondem a extrema pobreza e vulnerabilidade social. Das mulheres submetidas a prostituição forçada, entre 2001 e 2015, cerca de 85% pertenciam também aos estratos 1 e 2. O mesmo padrão se repete nas demais formas de violência sexual às quais as mulheres foram submetidas ao longo do conflito (*INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA*, 2011, 2017; *RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2013).

Rita Segato (2014) explica que enquanto a classe dominante colhe os frutos da guerra que trava contra a população, com o acúmulo de riqueza e propriedade, como se pode observar com o aumento do latifúndio no caso colombiano, é a classe proletarizada que sofre com a violência e o empobrecimento constante, e especialmente mulheres, que tem seus corpos utilizados como botins em meio ao conflito para servir a propósitos militares estratégicos. As violências às quais estão submetidas a classe despossuída colombiana são inerentes e indissociáveis à dimensão repressiva do Estado contra os dissidentes e contra os excluídos pobres e não-brancos e a favor do capital, como aponta Segato (2014).

E é justamente a população não-branca na Colômbia a sofrer majoritariamente com a violência sexual no conflito. Entre 2001 e 2015 cerca de 40% das mulheres que haviam sofrido alguma forma de violência sexual era negra, ‘mestiça’ ou indígena. Há também cerca de 15% de mulheres que não se consideram nem brancas, negras, indígenas ou ‘mestiças’, e que não se consideram pertencentes a nenhum grupo étnico, e apenas estão consideradas na categoria outro, como mostra a *Iniciativa Saquen Mi Cuerpo de la Guerra* (2011, 2017). Essas mulheres, de acordo com a *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013), são geralmente negras ou indígenas que preferem se

⁷⁰ A amostragem dos dados foi levantado pela *Iniciativa Saquen mi cuerpo de la Guerra* com grupos de mulheres entre 15 e 44 anos de 142 municípios entre 35 e 400 mil habitantes.

⁷¹ Os estratos socioeconômicos são uma ferramenta usada pelo Estado colombiano para classificar a habitação, de acordo com o nível de pobreza e acesso aos serviços públicos domésticos (eletricidade, aqueduto e saneamento básico). Essa classificação é realizada de 1 a 6, sendo o estrato 1 aquele com os níveis mais altos de pobreza e acesso precário aos serviços públicos domiciliares, e a 6 composta pelos super ricos, a burguesia e os grandes latifundiários do país.

reconhecer fora dos grupos aos quais pertencem pelo medo de serem reconhecidas como parte deles e voltarem a sofrer represálias, violências, agressões ou assédio, especialmente quando em situação de deslocamento e se estiverem residindo nas periferias urbanas.

Em uma sociedade de herança colonial e escravocrata como é a latino-americana, a raça é determinante nas relações sociais. Como explica Silvio Almeida (2018), a raça é uma relação social, o que significa dizer que esta é uma condição parte de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos, uma vez que uma sociedade de classes tal como a capitalista, é marcada pela violência e pelo antagonismo naturalmente adjacente à sua estrutura. Assim, na configuração do capitalismo latino-americano, o racismo se torna um suporte necessário para a sua estrutura, e faz parte do mecanismo que permite que pessoas negras estejam hierarquicamente abaixo e ainda mais discriminadas e exploradas dentro de um sistema onde as desigualdades lhes são inerentes.

Sueli Carneiro (2011) explica que na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhorios brancos contra mulheres negras e indígenas e a miscigenação gerada a partir dessa violência determinou as bases de uma série de identidades nacionais e estruturou uma suposta democracia racial latino-americana. Carneiro (2011) explica que essa violência sexual colonial cimentou várias das hierarquias de gênero e raça presentes nas sociedades onde a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada, e a violência sexual contra as mulheres negras se converteu em um romance.

Como a *Ruta Pacífica* (2013) indica, são mulheres negras e indígenas as principais afetadas pela violência do conflito colombiano, e são elas também a estarem em situação de vulnerabilidade social em decorrência da constante violência a qual estão expostas, violências que se relacionam diretamente com o racismo e a condição de classe dessas mulheres.

De acordo com as pesquisadoras colombianas Anyi Montañez e Angélica Garzon (2012), foram os grupos paramilitares os que mais usaram da violência sexual, especialmente contra camponesas, povos indígenas, prostitutas, lésbicas e mulheres em geral, com o objetivo de degradá-las e desumanizá-las no processo da guerra. A violência sexual por parte dos paramilitares é utilizado para causar vexame e destruir as raízes das comunidades, causando o deslocamento de comunidades de áreas estratégicas para projetos econômicos, e de expansão política e territorial.

De acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), os grupos paramilitares foram os responsáveis por 80% dos casos de violência sexual registrados, e testemunhados para movimentos sociais e organizações de mulheres, de violência sexual contra as mulheres. No caso dos paramilitares, a violência sexual foi praticada em diferentes contextos com diferentes objetivos: atacar as mulheres por seu status de liderança; destruir o círculo afetivo daqueles considerados inimigos; ‘punir’ comportamentos entendidos como transgressores, e gerar coesão entre os

membros de grupos paramilitares. Os casos em que se utilizou a violência sexual como forma de punir mulheres enquanto lideranças e espalhar o terror em suas comunidades, ocorreu especialmente com mulheres indígenas que ocupavam lugar de autoridade dentro de suas aldeias, bem como mulheres líderes que representam um grupo social específico, uma força política ou que desempenham um papel central na comunidade como professoras, parteiras, ‘curandeiras’, promotoras de saúde. Foram vitimadas por serem porta-vozes de reclamações coletivas ou por terem um papel central na reprodução da vida social e cultural de uma comunidade. O Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013) explica que neste caso:

os agressores atacam recorrendo à tortura sexual e através de mecanismos como o rompimento de membros e órgãos associados à sexualidade ou a incineração dos corpos das mortas. Dessa maneira, por meio do ataque violento e do assassinato de mulheres, o corpo delas também é manchado como território e o território é desacreditado (p. 80)

Dessa forma, a comunidade se vê com seus laços destruídos através do terror e das ameaças, o que permite que as terras em que essas mulheres trabalhavam sejam tomados de forma drástica pelas forças paramilitares.

Nos casos em que se busca destruir os laços afetivos, nos casos de mulheres estigmatizadas, como namoradas ou parentes de inimigos, os paramilitares praticavam contra elas torturas físicas e sexuais e incluíam exercícios de violência e humilhação pública⁷². Nestes casos, se transfere a identidade do adversário para as mulheres vítimas culpabilizadas por terem laços emocionais com o inimigo. Através delas, os paramilitares procuraram humilhar e desmoralizar seu inimigo, prolongando o sofrimento do inimigo a partir do tormento dos seus. A violência sexual também foi utilizada para ‘punir’ o comportamento lido como transgressor ou ignominioso da perspectiva dos grupos paramilitares. Além de violar mulheres marcadas por estarem envolvidas com o suposto inimigo, os paramilitares usaram da violência sexual para punir mulheres que tiveram comportamentos julgados pelos comandantes como inapropriados ou inaceitáveis dentro da ordem social que eles queriam impor. As mulheres foram taxadas de ‘fofoqueiras’, ‘infieis’, ‘raivosas’, ‘bruxas’, adjetivos que foram usados como justificativa pelos comandantes paramilitares para promover a violência sexual, uma mentalidade que paira sobre as mulheres desde os primórdios de sua demonização sob o capital, como discutido anteriormente. O corpo, o modo de se vestir e os

⁷² Isso aconteceu no massacre de El Salado, Montes de María, com uma jovem acusada de ter um vínculo sentimental com um comandante da guerrilha; e no massacre de Trujillo com a sobrinha do padre Tiberio Fernández Mafla, que foi submetido a diferentes agressores sexuais na presença de seu tio (CENTRO DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA, 2013).

ritmos da vida também eram regulados pelos paramilitares. As mulheres foram vítimas da imposição de um código de conduta específico. Para controlar e punir as mulheres indicadas por transgredir a ordem social ‘decente’ imposta por eles, os paramilitares também adotaram outras punições diferenciadas por sexo, que incluíam humilhação pública, escravidão trabalhista e trabalho doméstico forçado, estupro e escravidão sexual.

Todas essas violências foram infligidas às mulheres ao longo de todo o conflito colombiano, e de acordo com a Oxfam (2009) a violência tornou-se algo tão naturalizado que a maioria das mulheres não percebe já ter sido vítima dessa violência, tampouco reconhece tê-la sofrido, especialmente porque desconhece a natureza da violência sexual, sendo apenas o estupro reconhecido como tal pela maioria das mulheres e população em geral. A Oxfam (2009) aponta que cerca de 70% das mulheres não considera a situação de assédio sexual, a regulação da vida social ou serviços domésticos forçados a que foram submetidas como violência, ou violência sexual tampouco. A maioria das mulheres tem, ao longo do conflito, entendido a violência que sofrem como sendo parte da vida cotidiana.

Presente desde o início do conflito colombiano, como aponta Donny Merteens⁷³ (2010), a violência sexual contra as mulheres é identificada como uma constante desde os anos 50, ou no período de ‘*la violencia*’, quando o estupro como arma de guerra começou a fazer as primeiras vítimas, servindo desde então para os vários propósitos já mencionados, como explicou a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013).

Megan Bastick⁷⁴, Karin Grimm e Rahel Kunz⁷⁵ (2007) explicam que a violência sexual relacionada a conflitos ocorre em residências, campos, locais de detenção, locais militares e campos para refugiados e pessoas deslocadas. Ocorre durante o conflito, durante o deslocamento da população e continua depois do conflito. Mulheres e meninas são violentadas enquanto realizam tarefas diárias, como coleta de alimentos, água e madeira. Mulheres e crianças são sequestradas por grupos armados e mantidos em regime de escravidão sexual, ou forçados ao combate. Em casos de detenção correm o risco de serem estupradas, submetidas à mutilação sexual, humilhação e tortura. Mesmo a presença de organizações humanitárias e internacionais de manutenção da paz podem desencadear um aumento da prostituição, que levam mulheres e crianças a serem traficadas para

⁷³ Donny Meertens (1950-) é doutora em ciências sociais, professora da Pontifícia Universidade Javeriana, e especialista em Resolução de Conflitos e *Peacebuilding*, Gênero, Igualdade de Gênero, Direitos das Mulheres, América Latina e Colômbia.

⁷⁴ Megan Bastick é formada em Artes e Direito pela University of New Wales da Austrália. Trabalha para o *Geneva Centre for security sector governance*, é mestre em Direito Internacional e Doutoranda em Estudos de Gênero. Pesquisa e discute questões relacionadas a segurança internacional e mulheres, violência sexual como arma de guerra, e tem treinamentos acerca da questão pelas Nações Unidas e trabalhou para a Cruz Vermelha.

⁷⁵ Rahel Kunz é Professora da Universidade de Lausanne na França nas áreas de Relações Internacionais, Teoria Feminista e Teoria Política Internacional.

fins de exploração sexual. Algumas organizações humanitárias e de manutenção de paz foram flagradas condicionando o acesso à comida e outros itens de sobrevivência básica a abusos e violência sexual⁷⁶

Bastick, Grimm e Kunz (2007) também apontam que o estupro é utilizado como meio de destruir as estruturas familiares e comunitárias, o que muitas vezes é feito forçando os membros da família e da comunidade a testemunharem o estupro uns dos/as outros/as, ou quando forçam as pessoas a cometerem atos de violência sexual contra seus próprios familiares. Assim, a violência sexual é usada para torturar e humilhar pessoas, e para obter controle sobre as vítimas, ou garantir sua conformidade, algo considerado útil durante a detenção ou o recrutamento forçado. A violência sexual é também usada para punir ou humilhar grupo inimigo, e quando cometido contra mulheres e meninas, a violência sexual empreendida contra elas visa humilhar famílias e suas comunidades, e envergonhar os homens por falharem proteger ‘suas’ mulheres. A violência sexual é assim cometida para instilar o terror em uma população, para exercer controle social, incitar a fuga de um determinado território, gerar o empobrecimento de mulheres, suas famílias e comunidades visando torná-las mão de obra barata, como Catharine Mackinnon⁷⁷ (1998) também apontava.

María Sáenz⁷⁸ (2010) discute que a dinâmica social atribui papéis, funções e comportamentos a cada pessoa com base em seu sexo. Isso tem grandes efeitos diante do conflito armado, uma vez que estereótipos e preconceitos são reproduzidos e formas de discriminação são aguçadas, servindo de suporte ideológico com base no sexo.

Como aponta Cassandra Clifford⁷⁹ (2008), o estupro na guerra é uma prática profundamente enraizada na história do mundo e bem estabelecida na guerra moderna. A ideia de que o estupro é um subproduto ‘normal’ da guerra, ou que a violência contra as mulheres é algo natural, serviu para ocultar e perpetuar a sua utilização como um recurso viável e estratégico no conflito. Assim, observa-se que mulheres e seus corpos a partir da sua capacidade reprodutiva e sua sexualidade são com frequência utilizados como um campo de batalha durante períodos de conflito. As violências,

⁷⁶ Um exemplo dessa forma de abuso veio das tropas brasileiras no Haiti, onde soldados brasileiros foram acusados de abusar sexualmente de mulheres e meninas. Entre as acusações estão a ‘troca’ que os soldados faziam, especialmente com meninas e adolescentes, de sexo por água e alimentos. As tropas foram removidas em 2016 e enviadas para a operação de paz na República Democrática do Congo, um país marcado pelo estupro como arma de guerra e emblemático nesse sentido. O caso de violência das tropas não teve resolução. Fonte: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751>. (acesso em: 20/01/2020)

⁷⁷ Catharine MacKinnon (1946 -) é uma jurista e ativista estadunidense, conhecida como uma das principais teóricas da corrente do Feminismo Radical. Mackinnon discute o Estado, feminismo e as relações de poder entre sexos. É militante ativa contra a pornografia, a prostituição e a violência sexual em conflitos

⁷⁸ Maria Cristina Hurtado Sáenz é advogada e politóloga defensora de direitos humanos com ênfase em direitos da infância, adolescência, juventude e mulheres, com enfoque de gênero. É Mestre em políticas públicas e em políticas sociais, especialista em políticas de inclusão social para populações de maior risco de pobreza e exclusão social.

⁷⁹ Cassandra Clifford é formada pela universidade de Dublin e discute questões como tráfico de pessoas e crianças, direitos da infância e escravidão moderna.

preconceitos e desigualdades sociais que afetam a vida das mulheres se tornam ainda mais persistentes em tempos de conflito por conta da vulnerabilidade à qual mulheres acabam submetidas nesse contexto. As violências contra mulheres em um conflito armado não surgem espontaneamente, mas são planejadas e ordenadas através de cálculos políticos e econômicos. Atitudes violentas contra mulheres já prevalentes na sociedade são conscientemente inflamadas ou manipuladas pelas forças beligerantes que consideram que tal estratégia de guerra lhes servirá para alcançar seus objetivos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2004).

Assim essa violência pode assumir diversas facetas, de acordo com a Anistia Internacional (2004):

A violência pode assumir uma variedade de formas, desde psicológicas e físicas, resultando em extrema dificuldade econômica e privação social que negam os direitos econômicos, sociais e culturais das mulheres, bem como seus direitos civis e políticos. Mesmo onde as mulheres sofrem as mesmas violações dos direitos humanos que os homens, existirão distintas consequências às mulheres. As mulheres frequentemente enfrentam barreiras específicas ao acesso à justiça e à reparação, e precisam lidar com o estigma social nas sociedades pós-conflito por causa dos abusos que sofreram. Os que praticam os abusos são muitos e variados: soldados das forças armadas do estado; grupos paramilitares ou milícias pró-governo; grupos armados lutando contra o governo ou em guerra com outros grupos armados; a polícia, guardas prisionais ou segurança privada e pessoal militar; forças militares estacionadas no exterior, incluindo a ONU e outras forças de manutenção da paz; funcionários de agências humanitárias; vizinhos e parentes. Os locais onde essa violência ocorre são igualmente diversos: centros de detenção, deslocados e campos de refugiados, em postos de controle e postos de fronteira, em locais públicos, na comunidade e em casa (pgs. 8 e 9).

Catharine MacKinnon (1998) apontou que a violência sexual, o estupro especialmente, como uma estratégia de guerra se trata de um estupro sob controle. Trata-se de um estupro até a morte, como massacre, para matar ou fazer com que as vítimas prefiram estar mortas. É o estupro para ser visto, ouvido e assistido por todos, tal como um espetáculo, com propósitos de controle e domínio acerca dos territórios e de terror contra a população local. Não resta a mulheres e meninas senão fugir e sair de suas terras.

De acordo com a Ruta Pacífica de Las Mujeres (2013) a expropriação de terras através do deslocamento forçado é a principal função do estupro como estratégia de guerra. O deslocamento forçado no país colombiano tem uma dimensão catastrófica. De acordo com os dados oficiais do

país, cerca de 15% da população colombiana passou por essa experiência nas últimas décadas. Três em cada quatro mulheres foram vítimas de deslocamento forçado. Muitas mulheres se deslocaram sozinhas, individualmente, porém, a grande maioria fez isso conjuntamente com suas famílias, especialmente seus filhos e filhas, e outras com suas comunidades, coletivamente, mais comum entre mulheres negras e indígenas, como explicita a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2015).

Segundo María Sáenz (2010) o deslocamento forçado é uma grave violação dos direitos humanos, uma infração ao Direito Internacional Humanitário, um crime de guerra à luz do Direito Penal Internacional e um crime no âmbito de regulamentos internos sobre o assunto na Colômbia. É a violação dos direitos humanos na Colômbia que mais afeta a população civil. Sáenz (2010) definiu esse processo como:

O deslocamento forçado é uma violação dos direitos humanos que gera medo, causada por ações de pessoas ou grupos de pessoas com capacidade de impor sua vontade, sem que as vítimas possam resistir, sendo forçadas a deixar o local onde eles vivem ou o lugar onde geram sua sustentabilidade econômica. O deslocamento forçado não é apenas uma questão de mobilidade, é um evento traumático, transformando a vida e a autonomia de pessoas e comunidades (p. 261)

A lei 387 de 1997⁸⁰ da Colômbia definiu a pessoa em situação de deslocamento forçado como:

toda pessoa que tem sido/o forçado a migrar dentro do território nacional, abandonando a localidade de residência ou atividades econômicas habituais, porque sua vida, sua integridade física, sua segurança ou sua liberdade pessoal foram vulnerabilizadas ou se encontram diretamente afetadas pelas seguintes situações: conflito armado, perturbações e tensões interiores, violência generalizada, violações graves dos direitos humanos, infrações dentro do direito internacional humanitário ou outras situações emanadas das situações anteriores que podem alterar ou alteram a ordem pública (p.1).

A definição oferecida pelo governo colombiano fala especialmente da condição de vulnerabilidade que passa a condicionar a vida, a integridade, a liberdade e a segurança pessoal das pessoas em situação de deslocamento forçado, como aponta a *Defensoria del Pueblo* (2008), especialmente mulheres que ao se tornarem vítimas de deslocamento forçado, não encontram esquemas de atendimento adequados para responder às suas necessidades específicas e, mais ainda, precisam

⁸⁰ Lei 387 de 1997 – lei pela qual se adotam as medidas para prevenção de deslocamento forçado, a atenção, a proteção, a consolidação e a estabilização socioeconômica dos deslocados internos causados pela violência na República da Colômbia.

assumir processos repentinos de desenraizamento e adaptação aos novos cenários socioculturais, como aponta a UNIFEM (2010).

De acordo com a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) mais de 80% mulheres e meninas foram forçadas ao deslocamento forçado no conflito colombiano, apenas no século XXI, e fazem parte do maior número de afetados pela violência do conflito armado. Segundo María Sáenz (2010), dos 76,4% dos domicílios em situação de deslocamento, quase 51% são chefiados por mulheres (com ou sem companheiro). A maioria das vítimas do deslocamento forçado são mulheres, e aproximadamente 58% delas foram violentadas sexualmente, torturadas e/ou ameaçadas antes de se deslocarem, como parte do processo expropriação que leva ao deslocamento, e/ou durante o processo, e 55% têm menos de 18 anos. Os números citados são indicativos de como os efeitos diferenciados do deslocamento forçado recaem em proporções mais altas em crianças, adolescentes e mulheres. A situação de deslocamento é agravada pelas condições sociais, educacionais e econômicas das mulheres, uma vez que: 39% das famílias deslocadas eram dirigidas por mulheres, 30% dos/as adolescentes deslocados/as eram mães, 14,5% das mulheres deslocadas pelo conflito armado não tiveram educação formal, 48% delas estavam desempregada no processo.

De acordo com a *Defensoria del Pueblo* (2008), 8 em cada 10 mulheres foram forçadas a abandonar suas terras e comunidades. A relação entre violência sexual e deslocamento forçado é uma via de mão dupla – a violência sexual é causa central do deslocamento forçado para mulheres e da expropriação de suas terras, o deslocamento forçado coloca mulheres em uma situação de vulnerabilidade e empobrecimento forçados, expondo-as ainda mais ao risco da violência sexual e da prostituição, além claro, de colocá-las sob o jugo do mercado informal de subempregos e superexploração. É um processo de instabilidade, pouca segurança econômica e imigração, onde acabam sendo novamente vítimas da violência, da expropriação e da exploração, típicas de um capitalismo em um país subdesenvolvido (*RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES*, 2013, 2015).

Assim, o que move a máquina da violência mortífera contra mulheres no conflito são interesses estratégicos. A *Ruta Pacífica de las Mujeres* (2013) explica que no conflito colombiano os interesses econômicos, sociais e políticos estão relacionados à terra e ao controle do território: atividades extrativistas e produção agrícola em grande escala que respondem aos interesses de grandes empresas multinacionais, a construção de infraestruturas para facilitar essas atividades, e a ocupação do território na luta política entre o Estado e as forças guerrilheiras insurgentes. Portanto, em quase todos os conflitos que se desenvolvem no território colombiano o objetivo central é separar as populações da terra. A violência não só empurra as populações para o deslocamento, mas procura também minar a possibilidade de retorno e reconstrução das comunidades. Seu objetivo é destruir as raízes das populações em suas terras e deixar o caminho livre para sua exploração.

Não é uma coincidência ou acaso, portanto, que como mostra o relatório da *United Nations Women* (2016) de 1958 a 2012, cinco milhões de colombianos foram forçosamente deslocados de 6,6 milhões de hectares de terra - uma área equivalente ao tamanho da Suíça - no que foi efetivamente uma contrarreforma agrária que consolidou metade da terra da Colômbia nas mãos de 1% de sua população. Um 1% que é muito branco e muito rico, em um país que é muito negro, indígena e ‘mestiço’, mulheril, e muito pobre, onde mais de 50% da população feminina vive, junto a seus filhos, na linha da miséria ou em condição de miséria, e onde avós, mães, filhas e netas foram violentadas sexualmente, de forma estratégica para causar terror e desterro, uma violência que afeta e afetou gerações de mulheres na Colômbia, como explicita a *Defensoria del Pueblo* (2014).

Essa relação terra-mulher se dificulta especialmente em contextos de violência generalizada. Na medida em que existe evidência suficiente de que a questão agrária na Colômbia está ligada diretamente ao conflito armado, a questão da propriedade da terra, torna-se um eixo central. Lina Céspedes-Báez⁸¹ (2010) discute que a regulamentação jurídica da propriedade da terra, no contexto do conflito armado colombiano, provoca uma instabilidade e uma vulnerabilidade à população agrária que se soma aos interesses dos grupos armados e daqueles que se beneficiam colateralmente de suas ações violentas, como os latifundiários do país e as grandes mineradoras. Diante dessa situação, são especialmente mulheres que acabam afetadas, uma vez que seu direito de propriedade a terra nunca foi, efetivamente, garantido.

O deslocamento forçado maciço no país levou ao abandono de terras e territórios, comunidades desoladas, destruição e valas comuns. Destruiu projetos de vida truncados sob ameaças. Mortes cruéis por tiros e motosserras. As mulheres tiveram que enfrentar todas essas mazelas e horrores e reconstruir as próprias vidas e de suas famílias em contextos de insegurança e forte precariedade e pobreza. As rotas de fuga estavam cheias de perigos e mortes devido à desnutrição, doença e mais violências. O *modus operandi* do deslocamento forçado é vinculado com a violência direta e com os objetivos do controle da terra e da propriedade. A frequência com que ocorre revela como esse crime de guerra está inscrito na realidade colombiana, especialmente porque as razões que o produzem não foram eliminadas. As diferentes partes do conflito não devem apenas assumir sua responsabilidade, mas enfrentar sua solução. Para isso, o primeiro passo é acabar com a guerra, e o segundo é resolver a questão agrária que é a razão primeira de sua existência, como aponta a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013).

Lina Céspedes-Báez (2010) discute que em um conflito que é agrário, o controle e a posse da terra é um fator central. Báez (2010) explica que o tema de acesso à terra e à propriedade, como

⁸¹ Lina-Maria Céspedes-Báez é advogada e ativista colombiana pelos direitos das mulheres, especialmente no que tange restituição de terra e direitos civis

a violência sexual, são facetas necessárias da questão que cerca mulheres no conflito colombiano. Mulheres se encontram frequentemente sob o risco de sofrer violência sexual em uma sociedade patriarcal, e assim, acabam sendo alvos constantes dos atores armados do conflito cuja violência, especialmente a sexual nesse caso, é estratégica para expropriar mulheres e comunidades de suas terras. Donny Meertens (2010) enfatiza que nessa relação histórica entre terra e violência, o papel das mulheres rurais é sistematicamente desprezado. O direito das mulheres à propriedade recebeu pouco reconhecimento social, o impacto da violência as afetou desproporcionalmente e a perda ou desapropriação de suas terras foi frequentemente acompanhada por outra violência (como a sexual) direcionada especificamente contra elas. Por todas essas razões, as mulheres rurais enfrentam uma situação de dupla ou tripla desvantagem diante da reivindicação de seus direitos à reparação. A *United Nations Women* (2016) também pontua que mulheres rurais são as que mais defendem suas terras e que resistem ao deslocamento, ou que procuram retornar às suas terras apropriadas e por isso se tornam alvos de mais ameaças e ataques. Da mesma forma, o deslocamento de mulheres afro-colombianas e indígenas possui um elemento da destruição de sua espiritualidade e culturas ancestrais em razão da conexão que possuem com o território e por conta da centralidade que a terra, em si, possui em suas cosmovisões. Em alguns casos, o deslocamento traz a possibilidade de uma extinção cultural dessas comunidades.

Diante disso, existe também uma dificuldade de acesso à justiça, enquanto vítimas diretas do conflito armado, em busca de reparação, que foi uma das principais reivindicações das mulheres nas negociações de paz de Havana, que reivindicava pela garantia da propriedade de terra para mulheres e a recuperação dos territórios usurpados. Como afirma a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013), a terra é o ativo mais cobiçado na guerra, pelo que significa para seus objetivos estratégicos, como corredor ou suprimento, ou pela sua riqueza natural, como produção agrícola ou riqueza no subsolo.

É por esta razão que a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) aponta que muitas das mulheres violentadas eram lideranças políticas e/ou culturais, engajadas na defesa de suas terras, na denúncia da concentração de terra no país e na luta por uma reforma agrária, assim como pela paz em suas regiões, geralmente contra a violência paramilitar ou das forças oficiais do Estado, como a polícia nacional que é considerada pela população civil como uma ameaça. Mulheres, como as filhas ou netas dessas lideranças, também foram violentadas em retaliação às suas atuações políticas, visando a destruição da capacidade de articulação política e coletiva.

Donny Meertens (2010) afirma que a concentração da terra obtida através de atos violentos afeta desproporcionalmente as mulheres, especialmente as viúvas. A informalidade da posse da terra entre os setores camponeses do país tem sido apontada em muitos lugares como um dos grandes obstáculos ao avanço das ações de prevenção, proteção, restauração e reparação em relação ao

direito à terra. A essa situação se acrescenta às mulheres a invisibilidade histórica de seu relacionamento com a terra, o desconhecimento social de seus direitos à propriedade e a discriminação social e institucional em termos de decisões produtivas, crédito e assistência técnica. Meertens (2010) discute que as mulheres rurais sofreram de forma desproporcional o impacto do conflito armado e dos deslocamentos forçados devido à inter-relação da violência contra elas. A relação entre exílio, expropriação e violência sexual é evidente em numerosos relatos de vítimas. Nesse sentido, os riscos para as mulheres no contexto do conflito armado são resumidos pelo Tribunal, no *Auto*⁸² 092 de 2008 da corte colombiana, em pontos como: violência sexual, exploração doméstica, recrutamento forçado de filhos e filhas, perseguição por pertencer a organizações sociais, perseguição e assassinato devido a estratégias de controle, falta de proteção devido ao desaparecimento do provedor econômico durante a violência e o deslocamento, e discriminação contra mulheres afro e indígenas.

No *Auto 092* também está reconhecido que o deslocamento forçado possui inúmeras facetas de gênero que explicam seu impacto qualitativamente desproporcional e diferencial no exercício dos direitos fundamentais de um número igualmente desproporcional de mulheres. Os aspectos centrais que afetam mulheres nos deslocamentos sobre os quais a corte discutiu foram agrupadas em duas categorias principais: (1) padrões de violência e discriminação de gênero que já existem na sociedade colombiana e que são intensificados pelo conflito armado e agravado pelas falhas do sistema oficial de atenção à população deslocada, especialmente mulheres em situação de deslocamento forçado e (2) os problemas e necessidades específicos das mulheres deslocadas enquanto tais, que não são vivenciados por mulheres não deslocadas, nem por homens deslocados.

A categoria (1) definida pelo *Auto 092* inclui o aumento do risco de as mulheres deslocadas serem vítimas de violência e discriminação de gênero, e aponta como violências centrais:

- violência e abuso sexual, incluindo prostituição forçada, escravidão sexual ou tráfico de pessoas para fins de exploração sexual;
- violência intrafamiliar e violência comunitária com base no gênero;
- ignorância e violação de seu direito à saúde e, especialmente, de seus direitos sexuais e reprodutivos em todos os níveis, com particular gravidade no caso de meninas e adolescentes, mas também de mulheres grávidas e lactantes;
- a assunção do papel de chefe de família feminina sem as condições materiais mínimas de subsistência exigidas pelo princípio da dignidade humana, com complicações especiais em casos de mulheres com crianças pequenas, mulheres com problemas de saúde, mulheres com deficiência ou idosos;

⁸² Auto é parte de uma decisão / debate processual. São peças constitutivas de um processo jurídico.

- obstáculos agravados no acesso ao sistema educacional;
- obstáculos agravados na inserção no sistema econômico e no acesso a oportunidades de trabalho e produtivas;
- exploração doméstica e trabalhista, incluindo tráfico de pessoas para fins de exploração econômica;
- obstáculos agravados no acesso à propriedade da terra e na proteção de sua herança para o futuro, especialmente nos planos de retorno e realocação;
- os quadros de discriminação social aguda as quais estão submetidas mulheres indígenas e afrodescendentes deslocadas;
- violência contra mulheres líderes ou aquelas que adquirem visibilidade pública para suas atividades de promoção social, cívica ou de direitos humanos;
- discriminação em sua inserção nos espaços públicos e políticos, com impacto especial sobre o seu direito à participação
- a ignorância frontal de seus direitos como vítimas do conflito armado à justiça, verdade, reparação e garantia de não repetição.

A categoria (2) discutida no *Auto 092* reconhece as dificuldades específicas relacionadas a mulheres deslocadas, tais como:

- os requisitos especiais de assistência psicossocial e acompanhamento de mulheres deslocadas que estão gravemente insatisfeitas;
- problemas específicos das mulheres perante o sistema oficial de registro da população deslocada, bem como o processo de caracterização;
- problemas de acessibilidade das mulheres ao sistema de atendimento à população deslocada;
- uma alta frequência de funcionários não treinados para servir às mulheres deslocadas, ou abertamente hostis e insensíveis à sua situação;
- a abordagem muitas vezes ‘familiar’ do sistema de atendimento à população deslocada, que negligencia a atenção de um número muito grande de mulheres deslocadas que não são chefes de família; e
- a relutância estrutural do sistema de atendimento em conceder a extensão do Atendimento Humanitário de Emergência às mulheres que se qualificam para o mesmo;

Apesar do reconhecimento do Estado colombiano sobre as variadas violências, majoritariamente relacionadas ao uso da violência sexual e à expropriação direta a qual mulheres estão submetidas, não significou mudanças efetivas na forma com o que Estado se relaciona com as mesmas. De

acordo com o *Informe da Mesa Mujer y Conflicto Armado* (2009), as políticas públicas de prevenção, assim como de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual são ínfimas diante da realidade e da quantidade de mulheres afetadas. A maioria das mulheres não denuncia a violência por medo da forma com que serão tratadas, por serem descreditadas nos aparelhos públicos e muitas vezes pela comunidade em geral. Mas principalmente, o silêncio é mantido por medo das ameaças de quem as violentou, e uma vez que as próprias forças oficiais do governo, são percebidos como inimigas e perpetradores da violência contra as mulheres.

Envolvido de forma direta, como já apontado, através das forças oficiais, que de acordo com o Centro de Memória Histórica da Colômbia (2013), representa 20% dos violadores, como a polícia nacional, que como apontado por Calvo Ospina (2010) trabalha como um aliado do narcotráfico, do latifúndio e de interesses antipopulares. O Estado colombiano também está envolvido de forma indireta. Ao se observar a configuração de poder na Colômbia, onde quem compõe o Estado são os latifundiários e a burguesia, sendo estes os principais financiadores dos grupos paramilitares, aí também se vê o Estado colombiano e a quem ele tem servido, longe de ser a população mais atingida e mais vulnerabilizada pelo conflito. A negligência do Estado, não pode, portanto, ser entendida apenas como uma falha de governo, uma vez que o próprio Estado é responsável por essa violência.

É a Anistia Internacional (2012) quem aponta que as instituições estatais colombianas - incluindo o sistema de justiça criminal – falharam com as mulheres que sofreram violência sexual no conflito armado em todas as etapas do caminho tendo-lhes negado proteção, justiça e reparação, bem como os serviços de assistência e apoio necessários. A impunidade por crimes contra a humanidade e crimes de guerra, incluindo crimes de violência sexual, tem sido a característica definidora do conflito colombiano há mais de quatro décadas.

Destarte, o uso da violência sexual não é uma coincidência – e como já dito mais de uma vez e da forma com que se desenha através dos dados e dos relatos, serve aos interesses das classes dominantes do país. Nesse cenário, a violência sexual, assume um caráter estratégico. Essa violência estratégica se transforma em uma mensagem no cenário do conflito. Por meio dele, quem o comete procura humilhar, desencorajar, desorientar, derrotar, punir, vingar-se de homens, famílias, comunidades, mulheres ou organizações indicadas como aliadas do lado oposto. Como observa o Centro de Memória Histórica (2011), essa mensagem destinada ao inimigo é inscrita no corpo velado de mulheres. Como aponta o *Informe Nacional de violencia sexual en el conflicto armado* (2017) essa violência é parte de uma prática de apropriação de corpos e populações com o fim de reafirmar, firmar ou conseguir autoridade sobre os territórios, reitera a marca da apropriação sobre vítimas, emite uma mensagem social que reclama a posse de seus corpos, e por extensão, a posse do

território. A violência sexual que os atores armados realizaram às margens de rios, entrando à força nas casas ou coagindo suas vítimas, não são práticas ocasionais ou desconectadas mas estratégias de domínio sobre as mulheres, comunidades e população civil em geral.

Como explica a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) o propósito dessa violência é separar a população civil da terra, e por isso mulheres se tornam o principal alvo, haja vista que em geral são as pessoas responsáveis historicamente por manter em suas famílias e comunidades as condições mínimas como abrigo, alimentação, higiene, educação, etc. necessárias para suas famílias e comunidades. Além da reprodução material da vida, mulheres também são parte importante na criação e manutenção dos relacionamentos familiares e comunitários. A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) aponta que o conflito usou de uma violência sexual sistemática e preparada contra as mulheres que assume uma forma destrutiva contra o fazer das mulheres e que age com crueldade violenta contra seus corpos para deixar uma marca de domínio que perdura. Cabe apontar, que a maioria das mulheres está sozinha em seu movimento de deslocamento pois geralmente os homens da família e comunidades ou já se mudaram para os centros urbanos atrás de trabalho ou foram assassinados pela guerra. Nesse sentido, o ataque contra os corpos das mulheres, contra a rede de relacionamentos que elas tecem e cuidam, e contra os espaços em que suas formas e meios de vida se desenvolvem, busca destruir com a tarefa de criação social que une a vida coletiva dando continuidade à vida das populações e comunidades.

A *Ruta Pacífica de Las Mujeres* (2013) denuncia que essa violência torna a vida das mulheres materialmente insustentável. De acordo com a *Ruta Pacífica de Las Mujeres*(2013) a violência acaba naturalizada na sociedade e infiltrada nos corpos e nas mentes das mulheres de forma que a destruição de suas vidas e de seus vínculos com a comunidade e a terra traz a elas um processo de desumanização. A Tabela (5) aponta impactos na vida das mulheres violentadas:

Impactos de las violaciones de los derechos humanos contra las mujeres		
Consecuencias socio-afectivas y proyecto de vida	Impactos específicos como mujer	Consecuencias en la salud y el cuerpo
Condiciones afectivas	Estigmatización social	Hospitalizaciones
Condiciones económicas	Identidad como mujer	Discapacidad física o sensorial
Se trunca el proyecto de vida	Sexualidad	Heridas
Deterioro en las condiciones de vida	Separación familiar abandono	Fracturas
En las condiciones sociales		Dolores crónicos
Consecuencias en vida pública o privada		Adicciones
		Enfermedades
91.6%	74%	79.3%

Fonte: *Ruta Pacífica de Las Mujeres, 2013*

Para a *Sisma Mujer* (2009) uma mulher violentada declarou: “Eu não quero mais viver. É duro demais o que precisei passar, e ainda mais saber que precisarei viver com isso minha vida toda” (p. 64). De acordo com o *Informe Nacional de Violencia Sexual en el Conflicto Armado* (2017), das mulheres violentadas entre 2000 e 2016 cerca de 75% teve ou tinha depressão, e cerca de 30% delas tentou o suicídio. 55% das mulheres desenvolveu transtornos alimentares, 85% baixa autoestima, 90% desenvolveu transtornos de ansiedade, e 85% problemas de insônia. Estes problemas psicológicos afetam diretamente as relações com os filhos, a comunidade, a capacidade de retomar a própria vida, e expõem essas mulheres a ainda mais violências por parte do Estado, de seus companheiros, ou da sociedade, sejam violências físicas, psíquicas ou mesmo a miséria e a pobreza à qual acabam submetidas e que pioram sua situação de saúde mental e não lhes permite acesso a tratamentos ou recuperação adequada.

Por isso, representantes das Nações Unidas apontam a violência sexual como um recurso de guerra barato, eficaz e silencioso cujo efeito é sentido em toda a sociedade. O diagnóstico acerca do uso estratégico da violência sexual foi dado por Margot Wallstrom⁸³ em 2010 e pode ser explicada

⁸³ Margot Wallstrom (1954 -) é uma política e estudiosa Sueca. Foi representante das Nações Unidas para violência Sexual em Conflitos Armados entre 2010 – 2012. Foi ministra das relações exteriores da Suécia em 2014-2019 onde em 2015 se envolveu em uma ‘polêmica’ política ao defender o povo palestino sendo duramente censurada pelo governo israelense. Atualmente é membro do congresso da Suécia. É também doutora em Ciências Políticas. Wallstrom que não é mais a representante das Nações Unidas deu essa declaração acerca da violência sexual em 2010 em uma entrevista que pode ser lida aqui: <https://www.unric.org/pt/actualidade/29755-violencia-sexual-e-uma-arma-de-guerra-barata-e->

especialmente pela recorrência dessa violência, e entendida enquanto uma arma barata por não precisar de nenhum armamento específico exceto uma misoginia que é enraizada socialmente, eficaz por deixar marcas profundas, seja a destruição da comunidade onde as mulheres foram violentadas, sejam as doenças causadas às mulheres ou a vergonha pública que recai sobre os parceiros dessas mulheres.

O tema foi uma das questões a ser abordadas durante o processo de paz colombiano que aconteceu entre 2012 e 2016. As mulheres integradas nas mesas de negociação puderam testemunhar contra os grupos que lhes violentaram, o que acarretou novas consequências para estas mulheres uma vez que suas identidades não foram preservadas, deixando-as novamente expostas a violência. A violência sexual e a reparação da propriedade roubada foram alguns dos temas debatidos nas mesas de Havana⁸⁴ (ARON, 2015). No entanto, as negociações de paz na Colômbia sempre tiveram como efeito prático o desarmamento das guerrilhas, e pouco ou nada se fez para desarmar os paramilitares ou punir as forças oficiais que violentaram a população civil (OSPINA, 2010). As negociações de 2012 a 2016 não fugiram a regra. E embora o protagonismo feminino tenha sido notório no processo, apontado como necessário pelas resoluções internacionais, e reconhecido internacionalmente como um dos processos com o maior número de mulheres e organizações de mulheres envolvidas nos diálogos de paz, reconhecendo sua liderança nos processos e na luta pela paz (UNIFEM, 2014), as recentes negociações surtiram pouco efeito, e a violência sexual no país continuou predominante no conflito que segue até os dias atuais.

Junto a isso, cabe apontar que as resoluções internacionais que existem sobre o tema, apontaram tardiamente, uma questão que é histórica e recorrente na vida das mulheres em situação de conflito armado ao redor de todo o mundo. Porém, embora as regras existam num papel ou em determinado tribunal, mesmo a nível internacional, concretamente elas pouco ou nada fazem de diferença para a vida das mulheres. Mesmo com uma sentença de 250 páginas na Corte Colombiana que trata no *Auto 092* da violência sexual contra as mulheres, o estupro não deixou de acontecer, tampouco serviu para impedir seus principais alvos de praticá-lo, ou seus financiadores de prosseguir com seus pagamentos e objetivos.

Especialmente nas novas guerras, como aponta Rita Segato (2014) os conflitos não estão destinados a um termo e seu objetivo não é a paz, e tendem a se perpetuar. A guerra é hoje um projeto a longo prazo, que muitas vezes não resulta em vitórias ou derrotas conclusivas. Quase se poderia dizer que o plano é transformar a guerra em algo permanente, uma forma de existência.

[silenciosa-segundo-margot-wallstroem](#). (acesso em: 21/01/2020)

⁸⁴ Nas negociações de Paz de Havana foi grande a participação das mulheres nas mesas, expondo seus casos, e especialmente, reivindicando de volta as terras que lhes foram roubadas. No entanto, apesar dessa presença, houve pouco cuidado com as testemunhas e lideranças mulheres que tiveram nomes e rostos expostos, que as colocou em situação de vulnerabilidade (ARON, 2014).

Uma das razões para isso é que, com a progressiva perda de controle sobre a economia global e o deslocamento do epicentro do capital, o poder imperialista vê na proliferação de guerras sua forma última de dominação.

5. Considerações Finais

“Uma voz é recorrente em mim:

Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever?”

Glória Anzaldua

É 2020. Nós deveríamos estar debatendo física quântica, os multiversos, a possibilidade de viagens no tempo. Tal qual a senhorinha na passeata, eu levanto uma placa em que se lê: eu não acredito que ainda preciso escrever sobre isso. Não é fácil nascer mulher nesse século, reclamavam as irmãs Brontë no século XIX, e as cito, 3 séculos depois. A violência contra as mulheres, especialmente a violência sexual, atravessou os séculos e os mitos e se estabeleceu na vida diária de mulheres ao redor de todo o mundo, encontrando um espaço para existir de forma naturalizada sob a hege de uma sociedade capitalista.

A violência contra as mulheres é intrínseca às estruturas do capitalismo, como discutiu Silvia Federici (2017). Sem ela, não poderia ter construído o antagonismo entre homens e mulheres intra classe trabalhadora que é fundamental para impedir a organização coletiva. Tampouco, poderia ter se apropriado dos corpos das mulheres e imposto uma maternidade compulsória, sem o que não se reproduz o proletariado e o exército de reserva de mão de obra do capital. Sem a violência contra as mulheres, os capitalistas não poderiam ter excluído mulheres do contrato social, tornando-as uma propriedade para compensar os homens trabalhadores do fato de não possuírem qualquer outra propriedade além da própria força de trabalho, ‘sua’ mulher e/ou ‘sua’ prole. Sem a violência, mulheres não teriam sido condicionadas a um trabalho doméstico necessário para a reprodução da força de trabalho de que necessita o capital, mas que não é remunerado, e é desconsiderado como trabalho. Sem a violência sexual contra mulheres, o capital não poderia ter colonizado o sul do mundo, escravizado mulheres negras e avançado no processo de acumulação primitiva a partir da expropriação dos povos colonizados, o que permitiu a riqueza e o desenvolvimento das metrópoles.

Em uma sociedade capitalista, mulheres sempre serão os botins de guerra, apropriadas e determinadas por outrem. Somos as bruxas, as loucas, as transviadas, mas também as virgens, as cínicas, as santas. No meu caso, desbocada, ansiosa e radical. Nos dizem que falamos demais porque nossa comunicação não está condicionada ao quanto os homens falam, mas a um ideal de silêncio feminino. Como mulheres, somos o grande exagero ou um grande nada porque nossa humanidade não nos pertence, está condicionada e refletida a partir da humanidade que foi negada a toda a classe trabalhadora, e com agravo, a nós. A mulher não existe, dizia a psicanálise do século passado. E de fato, a mulher na sociedade do capital, é apenas o oposto do homem.

Não basta, assim, que alcancemos uma representatividade simbólica para que sejamos ‘empoderadas’. Como assinalou Bell Hooks:

As mulheres precisam saber (e cada vez mais elas são impedidas de descobrir) que o feminismo *não* tem a ver com se vestir para o sucesso, tornar-se executiva de grandes empresas e nem ser eleita para cargos públicos; *não* tem a ver com ter um casamento em que ambos tem profissões, ir esquiara nas férias e passar tempos longuíssimos com o marido e dois filhos adoráveis porque se tem uma empregada doméstica que possibilita tudo isso, mas que não tem tempo ou dinheiro para fazer isso por si; *não* tem a ver com abrir um Banco da Mulher, passar um fim de semana fazendo um curso caro que garante que vai lhe ensinar a ser autoconfiante (mas não agressiva); mais do que tudo, *não* tem a ver com se tornar policial, agente da CIA ou general do exército. Mas se essas imagens distorcidas do feminismo se tornam mais reais do que as nossas, em parte por nossa própria culpa. Não temos nos esforçado tanto quanto deveríamos para apresentar análises alternativas claras e importantes, que se relacionem com a vida das pessoas, e para oferecer grupos ativos e acessíveis nos quais se possa trabalhar (p.8).

É preciso que nos desprendamos das lógicas liberais se quisermos avançar nas nossas pautas de libertação.

Especialmente, porque como Pabla Pérez San Martín (2015) nos mostrou, há muito mais sobre nós, mulheres latino-americanas. Nós não éramos a mera sombra da figura dos homens quando as terras, nossos corpos e conhecimento nos pertenciam. Nossos corpos e conhecimentos ancestrais foram roubados de nós, expropriados pelo capital que compreendeu a nós, a natureza e a terra como seres violáveis, a serem possuídos e quebrados. Somos vistas como selvagens, como um lobo capaz de mudar o curso dos rios mas que está sempre na mira das armas de fogo dos caçadores que lhe perseguem. Essa lógica do pensamento ocidental também se assenta sobre a lógica da ciência desenvolvida por Francis Bacon que usou como base para o desenvolvimento de seu método científico as torturas da Inquisição contra mulheres, como apontou Carolyn Merchant (1980). A mesma inquisição que empalou mulheres, perseguiu camponeses/as, demonizou mulheres e impulsionou uma lógica de violência sexual, com a permissividade do Estado capitalista que assentava suas bases e nos persegue até os dias atuais.

A naturalização da violência sexual contra mulheres impera enquanto estratégia nos conflitos armados. A estratégia corresponde ao pensar e ao fazer daquilo que é necessário para se conseguir conquistar os objetivos determinados. Sob a lógica de conflito mulheres são apenas os meios para os fins. A violência sexual contra mulheres em um conflito tem como alguns de seus

propósitos expropriar mulheres e comunidades de seus territórios, baratear sua mão de obra para exploração, e humilhar os homens como incapazes e mulheres como inferiores.

Essa lógica foi reproduzida em todo o conflito armado colombiano. A Colômbia, um país latino-americano, ex colônia espanhola e espaço estratégico para a geopolítica estadunidense, tem uma das maiores crises humanitárias do ocidente e um dos conflitos mais longos do sul do mundo, sobre a qual poucos olhares são lançados, justamente pela proximidade do país com o coração do capital. O objetivo central desse trabalho era analisar a violência sexual como estratégia de guerra no conflito armado colombiano, procurando entender ao que e a quem serviu essa violência. Assim, cabe dizer que a violência sexual contra as mulheres foi usada como estratégia para a apropriação e controle de terras, proletarização da população campesina e destruição dos laços de comunidade, em benefício dos interesses das classes dominantes, em suma, para o processo de acumulação do capital. A guerra da Colômbia é um típico ‘case de sucesso’ capitalista. Expropriação e concentração de riqueza, alto índice de desigualdade social e precarização das condições de vida da classe trabalhadora.

Embora neste trabalho, o foco seja a Colômbia, pode-se apontar que a realidade do conflito armado do país, e a violência sócio-política-econômica do mesmo, está próxima de vários dos países da América Latina, incluindo o Brasil. O latifúndio brasileiro aumenta exponencialmente desde a década de 80, com um aumento considerável entre os anos 2000 – 2015⁸⁵, e uma concentração de renda que é uma das maiores do mundo. O conflito agrário brasileiro é também um dos mais violentos do continente, com assassinatos, perseguições a populações campesinas e indígenas, estupro contra mulheres. E mesmo sob governos de esquerda, a reforma agrária não foi uma pauta, e olímpicamente ignorado. Tampouco observou-se o uso estratégico que a violência sexual assume frente a populações campesinas, ribeirinhas e indígenas no país, e geralmente, aponta-se a violência sexual como um espólio patriarcal da sociedade, sem observar as dimensões estruturais que possui e a importância estratégica que tem para o conflito social. Esse é um estudo a ainda ser feito, e que transpassa também outros países com realidades semelhantes, como o Equador e o Peru.

O conflito social atravessa toda a América Latina e não poderia ser diferente ao se considerar as estruturas da dependência aqui estabelecidas. A dependência determina a maior parte das mazelas que o povo latino-americano sofre, desde sua superexploração até as estruturas racistas da sociedade. A colonização acabou. Mas foi substituída por uma nova dinâmica do capital onde os

⁸⁵ De acordo com o portal de notícias ‘O Brasil de Fato’, o latifúndio brasileiro aumentou 372% entre 1985 e 2017. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/03/area-ocupada-por-latifundio-cresceu-372-no-brasil-nos-ultimos-30-anos>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2020.

países, que outrora foram colônias, continuaram seu ciclo de transferência de valor para as metrópoles e em contínuo ciclo de subdesenvolvimento.

Um subdesenvolvimento que determina o Estado, e também as formas educacionais. Como Guerreiro Ramos (1956) já discutia, o Brasil não pesquisa o Brasil, tampouco a América Latina. Somos condicionados a olhar e estudar a Europa, suas teorias, suas histórias e a importá-las para nós de maneira a nos alienar da nossa própria realidade e a não entender como transformá-la.

E é justamente para isso que a teoria deve servir também. Para entender a realidade mas também para saber identificar os inimigos a serem combatidos e para este estado de coisas. O compromisso com a transformação da realidade das mulheres estabelecido no método do trabalho, fala sobre isso também. É um compromisso feminista e revolucionário para com a classe trabalhadora e as mulheres latinas de entender a realidade em que vivem e as mazelas que enfrentam, mas especialmente, compreender as origens e as raízes desses problemas de maneira a saber não apenas como amenizá-los, mas também como efetivamente superá-los. Ao tratá-los a conta-gotas, os problemas seguem se multiplicando sob uma bonita capa de verniz que parece fingir que alguns remendos aqui e lá serão suficientes para reestruturar séculos de uma herança colonizatória e de um sistema capitalista violento e predatório. E não serão. Nós mastigamos a miséria, a violência contra as mulheres, a exploração da classe trabalhadora, e seguimos apenas mastigando, porque não é possível engoli-la.

E não é porque o problema é estrutural. Não basta remediar o sistema. É preciso destruí-lo. A violência sexual estratégica se justifica a partir da utilidade e da viabilidade que tem para a classe capitalista acumular riqueza. Não basta apenas punir os perpetradores se a ordem que os mantém ativos segue a vapor. Punir-se-á um deles, mas o sistema achará dezenas de outros para violentar mulheres porque essa é uma violência barata que lhes traz lucro. Não basta pacificar a guerra se as origens que determinaram a existência do conflito seguem ativas. A paz não vai ser possível em uma sociedade em que o antagonismo determina que uma classe tem o direito de empalar publicamente a outra se isso lhes trouxer vantagens econômica-políticas. A paz não vai ser alcançada enquanto uma classe expropriar a outra de suas terras para anexá-las ao grande latifúndio. O conflito, como apontou Rosa Luxemburgo, é parte de uma sociedade dividida em classes com interesses opostos.

Como Glória Anzaldúa (1981), eu sinto que sou uma pobre *chicanita* do fim do mundo escrevendo. Escrever me dói mas escrever me salva. A escrita desvela as realidades que eu intento denunciar mas acima de tudo transformar, literalmente, revolucionar. Como Guerreiro Ramos, eu gostaria de viver em tempos onde não houvesse reivindicações a fazer. Mas a verdade do Brasil e da América Latina de hoje é a revolução. É na luta derradeira contra o capitalismo que se encontram

nossas possibilidades de emancipação. Só com a superação do capitalismo, que explora mulheres, homens, animais, e tudo do que puder tirar lucro, poderemos construir uma sociedade verdadeira.

Como mulheres, se o passado nunca nos pertenceu e o presente nos violenta, que a luta por um futuro sem um capitalista patriarcal em nosso encalço seja nosso horizonte.

6. REFERÊNCIAS:

- ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. **Feminist Epistemologies**. New York: Routledge, 1993.
- ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALVÁREZ ESTRADA, Jairo. **Acumulación capitalista, dominación de clase y rebelión armada: elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado**. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Lives blown apart: Crimes against women in times of conflict**. United Kingdom: Amnesty International Publications, 2004.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Colombia: Invisibles ante la justicia**. Impunidad por actos de violencia sexual cometidos en el conflicto: Informe de seguimiento. Madrid: Editorial Amnistía Internacional (EDAI), 2012.
- ANZALDUA, Glória. **Speaking in Tongues: a letter to the 3rd women writers**. In: Anzaldua, Glória. *Words in our pockets*. São Francisco: Bootlegger, 1981.
- ARON, Shauna. **Gender Equality and the Role of Women in the Peace Process**. In: School of advanced international studies. Colombia: Understanding conflict. **Baltimore**: John Hopkins University, 2015.
- BAMBIRRA, Vânia. **Liberación de la mujer y lucha de clases**. Santiago: Punto Final, 1972.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: editora insular, 2015.
- BASTICK, Megan; GRIMM, Karin; KUNZ, Rahel. **Sexual Violence in Armed Conflict: Global overview and implications for the security sector**. Genebra: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2007.
- BARTRA, Eli. **Acerca de la investigación y la metodología feminista**. In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; FLORES PALACIOS, Fátima; EVERARDO, Ríos Maribel. **Investigación Feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, p. 67-78.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Gênero, trabalho e direito na América Latina: a superexploração das mulheres trabalhadoras nos países dependentes**. Curitiba: Monografia, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- BROWNMILLER, Susan. **Against our Will: men, women and rape**. New York: Ballantine Book, 1975.

- BROWNMILLER, Susan. **Making Female Bodies the Battlefield**. In: STIGLMAYER, Alexandra. **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. USA: University of Nebraska Press, 1994, pp. 180–182.
- CANELA, Kelly Cristina. **O estupro no direito romano**. São Paulo: Cultura Acadêmica editora, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero**. São Paulo: Géledes Instituto da mulher negra, 2010
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA. **Basta Ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprensa Nacional, 2013.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA DA COLÔMBIA. **La guerra inscrita en el cuerpo: informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado**. Bogotá: Imprensa nacional, 2017.
- CENTRO VIRTUAL CERVANTES. **La princesa Incaica Beatriz Clara y el dramaturgo ilustrado Francisco del Castillo**. In: <https://cvc.cervantes.es/literatura/mujer_independencias/chang.htm>. Acesso em: 23 de janeiro de 2020.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá de Costa Editora, 1978.
- CÉSPEDES-BÁES, Lina María. **La violencia sexual en contra de las mujeres como estrategia de despojo de tierras en el conflicto armado colombiano**. Bogotá: Consultoría para los derechos humanos y el Desplazamiento (CODEH), 2010.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- CLIFFORD, Cassandra. **Rape as a Weapon of War and it's Long-term Effects on Victims and Society**. New York: The Foreign Policy Association, 2008.
- COLOMBIA. **Ley 387 de 1997: Por la cual se adoptan medidas para la prevención del desplazamiento forzado; la atención, protección, consolidación y esta estabilización socioeconómica de los desplazados internos por la violencia en la República de Colombia**, 1997.
- COLOMBIA. **Corte Constitucional: Auto 092 de 2008**.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE ZUBIRIA, Sergio. **Dimensiones políticas y culturales en el conflicto colombiano**. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.
- DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Promoción y monitoreo de los derechos sexuales y reproductivos de mujeres víctimas de desplazamiento forzado con énfasis en violencias**

intrafamiliar y sexual. Bogotá: Defensoría Delegada para la Prevención de Riesgos de Violaciones a los Derechos Humanos y el DIH, 2008.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. **El conflicto armado y riesgo para la mujer rural:** estudios de caso en los departamentos de Chocó, Córdoba, Santander y Caquetá. Bogotá: Defensoría Delegada para la Prevención de Riesgos de Violaciones a los Derechos Humanos y el DIH, 2014.

FALCÃO, Ana Taísa da Silva. **Violências sexuais em conflitos armados:** um silenciamento histórico. Rio de Janeiro: X Jornadas de Estudos Históricos, 2014.

FAJARDO, Dario. **Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones para su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana.** *In:* COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.

FEDERICI, Silvia. **War, Globalization and Reproduction.** USA: Peace & Change, 2002.

FEDERICI, Silvia. **Revolución em punto cero.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.

FEDERICI, Silvia. **La reproducción de la fuerza de trabajo en la economía global y la revolución feminista inacabada.** Montevideú: Contrapunto, v. 5, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **A história oculta da fofoca: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado.** São Paulo: Boitempo, 2019

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Brasil: L&PM editoras, 2010.

GALINDO, Jessika Mayerlin Ibañes. **La discriminación de la mujer:** una arma letal del conflicto interno en Colombia en la primera década del siglo XXI. Bogotá: Universidad Militar Nueva Granada, 2014.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A Redução Sociológica.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957

GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos. **Investigación Feminista:** Epistemología, metodología y representaciones sociales. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA. **Primera Encuesta de Prevalencia - Violencia sexual en contra de las mujeres en el contexto del conflicto armado colombiano, 2001 – 2009.** Colômbia: Campaña - Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra, 2011.

- INICIATIVA SAQUEN MI CUERPO DE LA GUERRA. **Encuesta de Prevalencia de Violencia sexual en contra de las mujeres en el contexto del conflicto armado colombiano**, 2010-2015. Colômbia: Campaña - Violaciones y otras violencias: saquen mi cuerpo de la guerra, 2017.
- INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL. **Gender Violence in Armed Conflicts**. Portugal: Cadernos do Instituto da Defesa Nacional, 2013.
- HEISE, Lori; ELLSBERG, Mary; GOTTMOELLER, Megan. **A global overview of Gender-Based violence**. Washington: International Federation of Gynecology and Obstetrics, 2002.
- HURTADO SÁENZ, Maria Cristina. **El análisis del género del desplazamiento forzado**. Bogotá: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer – UNIFEM, 2010
- KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**: estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. Marxist Internet Archive, 2015.
- LACERDA, Marina. **Colonização dos corpos**: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Pontificia Católica do Rio de Janeiro, Monografia, 2015.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. Marxist Internet Archive, 2002.
- MESA DE TRABAJO MUJER Y CONFLICTO ARMADO. **IX Informe sobre Violencia Sociopolítica contra Mujeres, Jóvenes y Niñas en Colombia**. Bogotá, 2009
- MONTAÑEZ CASTELBLANCO, Anyi Viviana; RODRÍGUEZ GARZÓN, Angélica Maria. **El uso de la violencia sexual por parte de los paramilitares en el caribe colombiano**. Bogotá: Ciudad da paz-ando, VOL 5, núm. 2, 2012, págs. 37-52.
- NOBEL'S WOMEN INITIATIVE. **War on Women**: Time for action to end sexual violence in conflict. Ottawa: Nobel's women initiative, 2011.
- HARDING, Sandra. **Is there a feminist method?** . In: _____. *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-14.
- HARDING, Sandra. **Rethinking standpoint epistemology**: what is wrong with strong objectivity? Michigan: The Centennial Review, Vol. 36, No. 3, 2015.
- HARDING, Sandra. **Objectivity and Diversity**: another logic of scientific research. Chicago: The University of Chicago press, 2015.
- HYNES, Patricia. **On the battlefield on women's bodies**: an overview of the harm of war to women. Boston: Boston University School of Public Health, Department of Environmental Health, 2011.
- HOOKS, Bell. **Feminist theory**: from margin to center. Cambridge: South End Press, 2000.
- MACKINNON, Catherine A. *Crímenes de Guerra, Crímenes de Paz*. In: Los Derechos Humanos, las conferencias Oxford Amnesty de 1993. Trota, 1998.

- MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- MANUEL MONCAYO, Victor. **Hacia la verdad del conflicto: insurgencia guerrillera y orden social vigente**. In: Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.
- MARX, Karl. **Os manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. São Paulo: editora campinas, 2010.
- MEERTENS, Donny. **Ensayos sobre tierra, violencia y género: hombres y mujeres en la historia rural de Colombia (1930-1990)**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Centro de Estudios Sociales, 2010.
- MEGER, Sara. **Toward a Feminist Political Economy of Wartime Sexual Violence: The case of the Republic Democratic Republic of Congo**. International Feminist Journal of Politics, 2014.
- MEGER, Sara. **Rape Loot Pillage: The Political Economy of Sexual Violence in Armed Conflict**. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.
- MERCHANT, Caroline. **The death of Nature: Women, ecology and the scientific revolution**. San Francisco: Harper and Row publishers, 1980.
- MIES, Maria; THOMSEN, Verokika Bennholdt; WERLHOF, Claudia Von. **Women the Last Colony**. England: Zed Books, 1988.
- MIES, Maria; SALLEH, Ariel; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London: Zed Books, 2014.
- MIES, Maria. **Patriarchy and Accumulation on a world scale: women in the international division of labour**. London: Zed Books, 2014.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. In: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.
- MOLANO BRAVO, Alfredo. **Fragmentos de la historia del conflicto armado (1920-2010)**. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.
- MURARO, Rose Marie. **Breve Introdução Histórica**. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2005

- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: World Health Organization, 2002
- OSPINA, Hernando Calvo. **O terrorismo de Estado na Colômbia**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.
- OXFAM. **La violencia sexual en Colombia: una arma de guerra**. Kênia: Oxfam International, 2009.
- OXFAM. **Radiografía de la desigualdad: lo que nos dice el último censo agropecuario sobre la distribución de la tierra en Colombia**. Bogotá: Oxfam America, 2017.
- RIUZ, Lourdes Fernández. **Género y ciencia: entre la tradición y la transgresión**. In: BLAZQUEZ GRAF, Norma; FLORES PALACIOS, Fátima; EVERARDO, Ríos Maribel. **Investigación Feminista: Epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2012. p. 79-110.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- PÉCAUT, Daniel. **Una lucha armada a servicio del status quo y político**. In: COMISIÓN HISTÓRICA DEL CONFLICTO Y SUS VÍCTIMAS. **Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia**. Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica, 2015.
- REHN, Elisabeth; SIRLEAF, Ellen. **Women, war and peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-building**. New York: United Nations development fund for women, 2002.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **Las violencias contra mujeres em una sociedad em guerra**. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2008.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **La verdad de las Mujeres: Víctimas del conflicto armado en Colombia (tomo I)**. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2013.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **La verdad de las Mujeres: Víctimas del conflicto armado en Colombia (tomo II)**. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2013.
- RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **Acceso de las mujeres a la tierra: realidades de la restitución y el desarrollo rural para mujeres en Santander, Antioquia y Cauca**. Bogotá: Organización Feminista por la paz Ruta Pacífica de las mujeres, 2016.
- SAN MARTIN, Pabla Pérez. **Manual de Introdução a Ginecologia Natural**. Ginecosofia Ediciones, 2015
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher sob o modo de produção capitalista**. São Paulo: Contexto, 1976.

- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: expressão popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: expressão popular, 2015.
- SEGATO, Rita Laura. **Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres**. *Revista Sociedade e Estado*, 29, n. 2, 341-371, 2014.
- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las Mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.
- SILVA, Ludovico. **A mais-valia ideológica**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.
- SMITH, Dorothy. **The everyday world as problematic: A Feminist Sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1987.
- SPEAKE, Beth. **Women's bodies are battlefields**. University of Leeds, 2012.
- UNIFEM. **¿Justicia Desigual?: género y derechos de las víctimas em Colombia**. Bogotá: Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer – UNIFEM, 2010.
- UNIFEM COLOMBIA. **Las mujeres colombianas en busca de la paz: una aproximación a sus iniciativas y propuestas**. Colombia: Programa de paz y seguridad en America Latina, 2014.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women**. United Nations, 1979.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Declaration on the Elimination of Violence against Women** . Resolution 48/104. United Nations, 1993.
- UNITED NATIONS. World Conference on Human Rights. **Vienna Declaration and Programme of Action**. Vienna: United Nations, 1993.
- UNITED NATIONS - Division for the Advancement of Women Department of Economic and Social Affairs. **Sexual Violence and Armed Conflict: United Nations Response**. [S.I.], United Nations, 1998.
- UNITED NATIONS' SECURITY COUNCIL. **Resolution 1325** . Adopted by the Security Council at its 4213th meeting on 31 October 2000. New York: United Nations, 2000.
- UNITED NATIONS' SECURITY COUNCIL. **Resolution 1820** . Adopted by the Security Council at its 5916th meeting on 19 June 2008. New York: United Nations, 2008.
- UNITED NATIONS WOMEN. **Gender and the role of women in Colombia's peace process**. New York: United Nations Women / United States institute for Peace, 2016.
- TRUE, Jacqui. **The Political Economy of Violence Against Women**. New York: Oxford University Press, 2012.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília/DF: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. Virginia: The wylliam bird press, 1994.

YEPES, Olga Cecilia Restrepo. **¿ El silencio de las inocentes?:** a violencia sexual a mujeres en el contexto del conflicto armado. Medellin: Opinión Jurídica, Vol. 6, No. 11, pp. 87 – 114, 2007.